

PCP contra brutal ofensiva israelita

Realizou-se anteontem uma vigília em frente da embaixada de Israel em Lisboa, em protesto contra a brutal ofensiva que vitima o povo palestiniano. O PCP exprimiu a sua mais viva preocupação e indignação pela



Solidariedade

ofensiva militar israelita e apela à participação na manifestação, marcada para a próxima quarta-feira, às 18.30 horas, com concentração na Praça de Camões.

Págs. 15 a 18 e 32

Alarme na OGMA

Estão em risco imediato 400 postos de trabalho, mas a política de privatização, prosseguida desde 1994, ameaça seriamente o próprio futuro das Oficinas de Aeronáutica de Alverca. Os comunistas apelam à unidade e à luta dos trabalhadores para resistir e defender a empresa e o emprego com direitos.

Págs. 5 e 6



Acordo de cessar-fogo

Angola a caminho da paz?

O acordo de cessar-fogo entre o exército angolano e a UNITA é hoje oficialmente assinado em Luanda, na presença de José Eduardo dos Santos, da ONU e dos embaixadores da chamada troika.

Pág. 14

Luta endurece em Itália

Greve geral convocada

Milhares de trabalhadores italianos voltaram a manifestar-se nas principais cidades, rejeitando o terrorismo e a política de direita de Berlusconi. Os sindicatos convocaram greve geral para dia 16.

Pág. 13

Manifesto

Por uma nova escola

Promovido pela Fenprof e pela Confap, o manifesto «Por uma nova escola do 1.º ciclo do ensino básico» recolheu, em dois meses, o apoio de mais de 1800 organizações.

Pág. 10

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Manifestação pela paz em frente da embaixada de Israel

Resumo

27 Quarta-feira

O primeiro sindicato da PSP é constituído formalmente pela Associação Sócio-Profissional da Polícia, que se transforma em Associação Sindical dos Profissionais da Polícia ● Os trabalhadores do Jardim Zoológico entram em greve reivindicando aumentos salariais, redução do horário de trabalho e 25 dias úteis de férias ● Um militante da Frente Popular para a Libertação de Palestina é assassinado e um outro ficou gravemente ferido numa explosão registada num campo de refugiados da Cisjordânia ● A filial espanhola da operadora britânica Vodafone apresenta, junto da Direcção-Geral do Trabalho, um plano para despedir 530 trabalhadores.

28 Quinta-feira

Cerca de um milhar de pessoas assinam um documento contra a ampliação do campo de tiro e o abate de árvores do Parque Natural de Monsanto em Lisboa ● A Cimeira Árabe aprova por unanimidade o plano de paz saudita para o Médio Oriente ● Um grupo de 50 europeus chega a Ramallah para manifestar o seu apoio aos palestinianos ● A Ericsson anuncia o despedimento de 25 mil trabalhadores ● As vítimas da ditadura militar chilena desencadeiam acções judiciais, nos EUA e no Chile, contra Henry Kissinger e outros membros da Administração norte-americana de Richard Nixon, pelo envolvimento no golpe contra o presidente Salvador Allende.

29 Sexta-feira

A Inspeção-Geral das Actividades Económicas detém seis pessoas apanhadas em flagrante delito no abate clandestino de animais e encerra duas padarias na região centro ● Yasser Arafat escreve a António Guterres, enquanto presidente da Internacional Socialista, solicitando apoio a uma solução pacífica para o Médio Oriente ● Tropas israelitas ocupam o quartel-general de Yasser Arafat, forçando o presidente palestiniano a refugiar-se num «bunker» subterrâneo ● Um milhar de mineiros barricam-se no fundo dos poços, no Norte da Roménia, para protestar contra a redução de postos de trabalho.

30 Sábado

A Associação Sindical dos Polícias anuncia que vai solicitar uma reunião com o próximo ministro da Administração Interna, para discutir uma série de questões «que estão a afectar o quotidiano dos polícias» ● Pescadores do arrasto recusam as propostas apresentadas pelos armadores para revisão do Con-

trato Colectivo de Trabalho e decidem prolongar até finais de Abril a greve aos fins-de-semana ● Reagindo à ofensiva ordenada por Ariel Sharon, a ONU vota uma moção instando à retirada das cidades palestinianas e o levantamento do cerco a Ararat ● As chefias militares das Forças Armadas Angolanas e da UNITA assinam um pré-acordo de cessar-fogo em Luanda ● Dez pessoas morrem num ataque perpetrado contra um templo hindu, na parte indiana de Caxemira.

31 Domingo

A Associação de Defesa do Ambiente de Souselas pede explicações à Administração Regional de Saúde do Centro sobre os atrasos no estudo epidemiológico à população da freguesia, no âmbito da co-incineração ● O dirigente palestiniano Farouq al-Kaddoumi acusa os EUA de terem dado «luz verde» a Ariel Sharon para destruir a Autoridade Palestiniana ● Uma centena de tanques israelitas entram na cidade palestiniana de Qalqilya, na Cisjordânia, e cercam as instalações da Autoridade Palestiniana ● A mãe da Rainha Isabel II morre aos 101 anos de idade.

1 Segunda-feira

Os médicos do Hospital Distrital de Faro dão início a uma greve às horas extraordinárias ● Cerca de 400 oficiais e soldados israelitas assinam uma carta-aberta a Ariel Sharon afirmando a sua recusa em participar «numa nova ocupação» dos territórios palestinianos ● Os países da Organização da Conferência Islâmica acusam Israel de estar a arrastar o Médio Oriente para uma guerra generalizada e apelam às Nações Unidas para impor sanções ao Estado judeico para travar a agressão contra o povo palestiniano ● A eutanásia é reconhecida na Holanda, o primeiro país do mundo a legalizar essa prática.

2 Terça-feira

O Conselho Português para a Paz e Cooperação organiza uma vigília frente à embaixada de Israel exigindo a retirada das tropas israelitas das cidades palestinianas ● Cinco autocarros decorados com reivindicações dos bancários saem à rua, numa «volta a Portugal» para denunciar os principais problemas laborais que afectam os trabalhadores do sector ● O exército israelita bombardeia os serviços de segurança palestinianos, na cidade de Ramallah ● Uma exposição de artes plásticas que reúne artistas convidados e doentes do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, é inaugurada no âmbito da celebração dos 60 anos da instituição.

Aconteceu

Moderna terá financiado PP

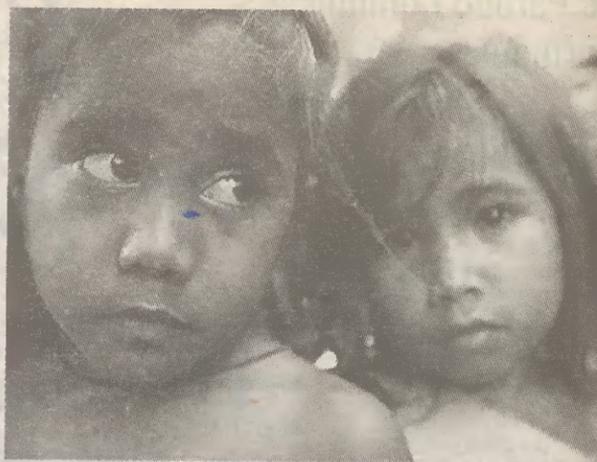
A Moderna poderá ter financiado «no todo ou em parte» o congresso do CDS/PP de 1998, revelou um ex-vogal da Direcção da Universidade, em depoimento para os autos do «Caso Moderna», cujo julgamento se inicia a 10 de Abril. Segundo fontes judiciais contactadas pela Agência Lusa, estes e outros indícios deram origem a outros processos autónomos que se encontram ainda em fase de investigação.

Nas declarações prestadas por Elias Rodrigues Duarte, vertidas para os autos do «Caso Moderna», a que a Lusa teve acesso, o ex-vogal da direcção e testemunha de acusação afirmou ser «voz corrente em alguns circuitos da Dinensino que esta cooperativa financiava alguns partidos políticos, nomeadamente o CDS/PP,

principalmente no Norte (concelhia do Porto)».

«Assim, o congresso do CDS/PP, realizado na cidade de Braga em Março de 1998, foi custeado no todo ou em parte pela Dinensino/Universidade Moderna», lê-se nos autos elaborados pelo Ministério Público com base no depoimento de Elias Rodrigues Duarte e que constam de um dos 50 volumes do processo depositados no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa.

Ainda segundo Elias Rodrigues Duarte, citado nos autos do «caso Moderna», a introdução de Paulo Portas e de Pedro Santana Lopes (que o substituiu) no centro de sondagens, com custos para a Dinensino, inseriu-se numa estratégia de tráfico de influências da família Gonçalves, que se realizou a vários níveis, político, financeiro e social.



Refugiados regressam a Timor-Leste

De acordo com estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de quatro mil refugiados regressaram a Timor-Leste durante o mês Março. Este é o total mensal mais elevado dos últimos dois anos, calculando-se que estejam ainda em campos de Timor-Ocidental cerca de 60 mil pessoas.

Dados da agência da ONU referem que o número total de leste-timorenses que regressaram a Timor-Leste desde 1999 ascende a 198 mil. «O ACNUR e os seus parceiros continuam a encorajar todos os refugiados a regressar antes da

independência (a 20 de Maio) para poderem participar nas comemorações», disse Jake Morland, segundo a Lusa.

Entretanto, 19 refugiados que vivem actualmente no Sul de Sulawesi, na Indonésia, chegaram esta semana a Timor-Leste para se inteirarem das condições de vida no território, em visita organizada pelo ACNUR. O grupo representa cerca de seis mil

refugiados actualmente a residir naquela zona da Indonésia.

Para a agência das Nações Unidas, o aumento do número de repatriações deve-se em grande parte ao fim do período de cultivo em Timor Ocidental, aos vários esforços de reconciliação conduzidos pela liderança timorense e também ao papel desempenhado pelas autoridades indonésias.

Morreu Billy Wilder

A sua última obra data de 1981 - «Buddy, Buddy», com Jack Lemmon e Walter Matthau - mas a sua trajectória artística e o seu nome estão indelevelmente ligados à história da Sétima Arte. O cinema está de luto com a morte, na passada semana, em Beverly Hills, do realizador Billy Wilder, autor de algumas das obras-primas da filmografia mundial.

Wilder faleceu vítima de uma pneumonia, depois de ter sido hospitalizado, em Dezembro último, devido a problemas respiratórios.

Se a filmografia de Wilder consagra alguns dos filmes mais singulares do cinema - o realizador foi nomeado 21 vezes para os Óscares da Academia de Hollywood, tendo sido distinguido com seis estatuetas - a sua biografia não é menos interessante, tendo mesmo sido determinante para a criação das suas obras.



Empresas não asseguram formação contínua

Apenas 22 por cento das empresas nacionais proporcionam formação contínua aos empregados, o que coloca o nosso país na cauda da União Europeia, revela um estudo divulgado pela Comissão Europeia (CE) na passada semana.

O estudo baseia-se num inquérito realizado a 35 mil empresas da UE, e revelou que Portugal e Espanha, onde a percentagem é de 22 por cento e de 36 por cento respectivamente, são os dois Estados-membros, onde as empresas menos privi-

legiam a formação contínua dos seus trabalhadores.

A seguir aos dois países ibéricos surge a Bélgica, mas a uma grande distância, já que neste país 70 por cento das empresas possibilitam formação contínua aos seus empregados.

A liderança na valorização dos empregados é detida pela Dinamarca e pela Suécia, com respectivamente 96 por cento e 91 por cento das empresas a assegurarem a possibilidade de desenvolvimento de actividades de valorização profissional aos empregados.

Jornalistas assassinados

Trinta e sete jornalistas morreram no exercício da sua profissão no ano passado, a maioria em represália, revelou o Comité para a Protecção dos Jornalistas. No seu comunicado anual, tornado público na passada semana, a organização informa que estes dados representam um aumento de 13 vítimas em relação ao número de profissionais que morreram em 2000 (24).

O relatório do Comité para a Protecção dos Jornalistas indica que a maioria dos profissionais não morreu durante a cobertura noticiosa de guerras ou de outros tipos de conflitos, mas sim devido a represálias por terem escrito sobre temas incómodos, como a corrupção ou crimes das autoridades.

Do total, três jornalistas morreram na Colômbia, e um na Bolívia, Costa Rica, Guatemala, México, Haiti e Paraguai. Na Argélia morreram dois, e outros tantos nas Filipinas, na Tailândia e na Jugoslávia. Faleceu também um jornalista no Bangladesh, na China, na Geórgia, Índia, Letónia, nos territórios palestinianos, na Rússia, Ucrânia e no Reino Unido.

Oito destes 37 jornalistas morreram, porém, no Afeganistão em 2001. Sete destes profissionais trabalhavam para meios de comunicação social europeus. Nos Estados Unidos, na altura dos atentados de 11 de Setembro, registaram-se igualmente duas mortes.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Palestina - fim à agressão israelita!

A ofensiva militar de Israel sobre a Palestina e o seu martirizado povo é de extraordinária gravidade. A ocupação de Ramalah, com centenas de tanques e milhares de soldados, e o ignóbil cerco a Arafat, seguidos de ataques a Kalkiliya, Belém e outras cidades de Gaza e da Cisjordânia, constituem uma nova escalada no obsessivo propósito de Ariel Sharon esmagar a resistência palestina e de impedir a todo o custo a constituição dum Estado palestino realmente independente e soberano. A provocação e a arrogância do actual chefe de governo de Israel não têm limites. Desde a «visita» à Esplanada das Mesquitas até hoje os massacres de civis, as prisões e as torturas, os «check-points» - humilhante controlo da vida quotidiana dos palestinianos dentro da sua própria pátria que, além do mais, prejudica a actividade económica, social e familiar -, as execuções sumárias, os ataques a hospitais e a serviços de emergência médica não só prosseguem a linha de permanente afrontamento por Israel das resoluções da ONU como constituem um grave perigo para a paz e a segurança internacionais.

Por isso mesmo, as duas resoluções do Conselho de Segurança já aprovadas neste período de aguda crise são extraordinariamente limitadas. Sendo certo que não ignoram o direito à constituição do Estado palestino, omitem a responsabilidade de Israel na gravíssima situação criada e não incorporam qualquer mecanismo que ate as

mãos ao agressor israelita. Torna-se bem patente a hipocrisia dos EUA. Ao mesmo tempo que aprova as resoluções citadas apoia os terríveis crimes que Israel está a cometer. Bush não podia ser mais claro, ao afirmar «compreender perfeitamente a necessidade de Israel se defender» e que Arafat «poderia fazer muito mais para lutar contra o terrorismo» (P. 31.3.02). Perante tanta desfaçatez, importa clarificar que não é lícito

É urgente erguer um poderoso movimento de solidariedade e pela paz

comparar actos terroristas de desespero dos ataques suicidas com o terrorismo de Estado praticado por Israel. Iludir a essência da questão palestiniana, criminalizar a resistência dum povo e assimilar a OLP, que pela sua luta heróica se impôs internacionalmente como a legítima representante do povo palestiniano, a uma «coligação terrorista», são traços essenciais da grande operação ideológica e mediática que, no plano internacional, sustenta o «combate ao terrorismo».

Qual é, neste quadro, a posição da U.E.? Ao não se demarcar dos EUA e não adoptando medidas de isolamento de Israel que é, aliás, membro associado da U.E., cauciona, de facto, a política agressiva israelita. Poucas, aliás, têm sido as vozes de condenação de governantes europeus, enquanto em muitos países cresce uma onda de indignação e repúdio - manifestações em Espanha, França, Grécia e Itália - contra a ofensiva terrorista do exército israelita. No nosso país, a tibieza do governo (ainda em funções) é reveladora. Nem o patético apelo de Arafat à I.S., de que Guterres é presidente, terá merecido um comentário. Onde está a preocupação da social-democracia com as liberdades e os direitos humanos? Ao sobrepor a solidariedade com os trabalhistas israelitas - que integrando o governo (MNE e Defesa) são por isso co-autores dos crimes que se estão a cometer - ao direito inalienável dos povos à autodeterminação e independência, a social-democracia é hoje não apenas responsável pelos desastres das políticas económicas neoliberais, mas é também cada vez mais co-responsável pela actual fase agressiva e militarista do grande capital e do imperialismo.

A dramática e perigosa situação que atravessa a Palestina sublinha o quanto é urgente erguer um poderoso movimento de solidariedade e pela paz. Paz que só se alcançará, hoje como no passado, através dum solução política negociada do conflito israelo-palestiniano, e não assente numa rendição de Arafat/OLP que Israel pretende impor a todo o custo. Paz que impõe a rejeição do uso da força das armas, mas que necessariamente respeitará a justa luta libertadora do povo palestiniano. Em Portugal, o Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) tem promovido importantes acções de rua de esclarecimento e de mobilização em torno da Palestina. Para o dia 10 está já marcada uma manifestação em Lisboa. Apoiando e apelando a uma ampla mobilização popular para uma tal iniciativa, o PCP não poupará esforços para se alcançar o fim imediato da agressão israelita.

Editorial

COM CONFIANÇA

O novo governo é, como antes da sua formação já se sabia, um velho governo. Não apenas porque a política que vai levar à prática é a velha política de direita, mas igualmente porque este «novo» governo é quase exclusivamente feito de rostos que foram governo durante vários anos, designadamente na década sombria do cavaquismo. *Eles andam por aí* desde há muito e, ou deixaram de ser o que eram sem dizer nada a ninguém (o que é pouco crível) ou se mantêm como eram fingindo que estão diferentes (como é evidente).

É tempo de o eleitorado português ser alertado para o facto, óbvio mas camuflado por uma barragem de fogo de diversão demagógica e mistificatória, de que, quem está no governo hoje, a troco de mil promessas de resolver todos os problemas do País, é quem já lá esteve e não só não resolveu nenhum desses problemas, como os agravou a todos. Para que se torne claro que a alternativa a uma situação má, não é uma situação pior, igual ou um bocadinho menos má; para que se torne claro que a alternativa a uma política de direita - geradora de problemas e dificuldades para a maioria dos portugueses - é uma política de esquerda,

“O tempo que temos à nossa frente é um tempo de luta”

uma política capaz de iniciar a resolução desses problemas e tendo como preocupação primeira a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País. Para que fique claro, complementarmente, que uma política visando os objectivos acima expressos, só é possível com a intervenção e a participação do PCP, com a intervenção e participação do partido que, em todos os momentos e situações, sempre soube posicionar-se no lugar que lhe compete: do lado dos interesses da classe operária, dos trabalhadores, dos intelectuais e quadros técnicos, da Juventude, das mulheres, dos reformados e pensionistas, dos deficientes, dos pequenos e médios empresários e agricultores.

Disse-se, em tempos, que os governos do PSD/Cavaco Silva eram do pior que nos tinha acontecido. E assim o julgou o eleitorado que, a dado momento, entendeu pôr termo, justamente, a uma década de ataques a direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo.

Todavia, olhando para o anunciado futuro governo, tudo indica que estamos perante a iminência da criação de uma situação que ultrapassa, pela direita e, portanto, para pior, o reinado cavaquista. É isso que emerge da inclusão, no futuro governo, do CDS/PP de Paulo Portas - ele próprio com a pasta de ministro da Defesa. O que só confirma que, nos caminhos da política de direita, é sempre

possível encontrar um atalho pior do que todos os até aí conhecidos.

Assim, é óbvio que direitos e conquistas dos trabalhadores e do povo, alcançadas à custa de longas, persistentes e difíceis lutas, não só vão continuar a ser alvo preferencial da política do governo como vão sê-lo com maior intensidade, com a concretização da política de direita no patamar mais avançado e mais perigoso trazido na existência de um governo sustentado por uma maioria absoluta do PSD em conjunto com o CDS/PP, na Assembleia da República.

Condições salariais e de trabalho, segurança no emprego e acesso ao mesmo, segurança social, saúde, ensino, reformas e pensões, enfim tudo o que é essencial, vai agravar-se e tornar ainda mais difíceis as condições de trabalho e de vida da imensa maioria dos portugueses. Por outro lado, e do outro lado, os grandes grupos económicos verão ainda mais portas abertas às suas pretensões e exigências de medidas e leis que lhes permitam aumentar a exploração dos trabalhadores e, assim, aumentar os seus lucros e agravar as desigualdades e injustiças sociais.

Ou seja: não é necessário esperar por programas nem orçamentos para se saber qual o conteúdo de classe da política que o governo chefiado por Durão Barroso/Paulo Portas vai praticar. É necessário, isso sim, intensificar a luta contra essa política, contra uma política e uma situação que exigem respostas firmes e conjugadas de todas as organizações sociais e políticas democráticas.

Obviamente, o mau resultado eleitoral da CDU em 17 de Março, fragilizou as posições dos comunistas na Assembleia da República. Importa, no entanto, ter em conta que, tratando-se de uma derrota, não foi a derrota - a derrota seria baixarmos os braços, desistirmos de lutar por receio de sermos derrotados, capitularmos face à força maior dos nossos adversários nos planos nacional e internacional, aceitarmos que a razão da força cale e soterre a força da razão.

Ora, como mostra a história do PCP, essa nunca foi, não é, nem será a postura dos comunistas. O tempo que temos à nossa frente é um tempo de luta - luta difícil que exige a unidade do Partido; a intervenção intensa e determinada de todo o colectivo partidário; a persistência na tomada de medidas visando o reforço partidário orgânico, interventivo, de militância; o reforço da ligação do Partido aos trabalhadores e às populações e aos seus problemas; a atracção à luta de todas as camadas e sectores da população flageladas pela política de direita; a procura de acções convergentes com todas as organizações e forças que se opõem à mais do que previsível política que o governo do PSD/PP vai tentar levar por diante.

Assumiremos o tempo actual e as suas dificuldades como sempre assumimos outros tempos igualmente difíceis: com lucidez, com determinação, com serenidade, com confiança - na primeira linha da luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, contra a política de direita e por uma política de esquerda. Com confiança - insista-se.

Actual

O voo planado

• Vítor Dias

Com o vento a soprar de feição e portanto com aquele sentido da oportunidade que já exibiu noutras ocasiões, Miguel Portas voltou à «questão comunista» no «DN» de 28/3.

Ficando as questões de fundo para outra ocasião, há entretanto algumas coisas que têm de ser ditas face a certas alusões, caricaturas e remos arrogantes que nesse artigo são dirigidos ao PCP.

A saber: que a última coisa de que Miguel Portas pode falar sobre outros é de «cegueira» face a resultados eleitorais quando se sabe que, ao contrário da atitude claramente assumida pelo PCP, o Bloco de Esquerda nas últimas autárquicas não só deu o escandaloso espectáculo de sonegar o seu desastroso resultado (perda de 1/3 dos seus votos) como ainda por cima inventou desonestamente que tinha sido a força de esquerda a resistir melhor.

A saber: que é melhor Miguel Portas só falar connosco sobre o pluralismo e a

democracia interna quando o Bloco de Esquerda deixar de ser a pasmaceira «monolítica» que aparenta ser, uma vez que os seus dirigentes e principais quadros dizem todos o mesmo, que ali não há divergências públicas nem fugas de informação de reuniões e que ali há realmente mais centralismo personalizado do que no PCP.

A saber: que é melhor Miguel Portas guardar as piadas aos comunistas que alegadamente se queixam sobretudo do «mundo que lhes troca as voltas» e dos «traidores da comunicação social que não perdem uma para denegrir a casa» para o dia em que o Bloco se faltar de trabalhar e puxar pela cabeça e depois ver os seus méritos atribuídos ao PCP, e para o dia em que o Bloco, em vez de ser extremamente apapricado nos «media», tiver uma cobertura de pré-campanha e de campanha marcada, em regra, por uma hostilidade militante e pela deliberada construção de uma ima-

gem defeituosa (e se nada disto conta e pesa, então fica combinado: para a próxima trocamos!).

Pode ser que Miguel Portas escreva tanto sobre a «questão comunista» apenas pela relevância do PCP na vida nacional. Ou apenas porque há experiências pessoais e colectivas que não são descartáveis. Mas mentiríamos se não disséssemos que identificámos este seu último artigo com o voo planado de certas aves necrófagas. Só que, no caso presente, não há de encontrar o cadáver por que anseiam.

E escusa Miguel Portas de dizer ou pensar, no mais velho, recorrente e gasto «cliché», que cá está a «estratégia da fé» que move os responsáveis do PCP. Acredite ou não, não é por fé ou certezas absolutas que o escrevemos. Mas apenas por convicções, trabalho e vontade.



De joelhos

• Jorge Cordeiro

É prática e técnica corrente do imperialismo atribuir a outros os seus próprios propósitos e moldar os conceitos à sua imagem e interesses. É assumidamente uma condição de elemental sucesso da sua estratégia e de disfarce da natureza da sua política e dos seus objectivos. E nada mais útil do que contar com a colaboração solícita e diligente dos que na comunicação social se prestam a esse serviço.

A primeira página do DN deste fim-de-semana, que a todo a largura titulava, sob a capa de uma citação do embaixador de Israel, «Arafat é terrorista», é o mais descarado exemplo de terrorismo informativo. Não será difícil saber quem a encomendou. Mas o que mais interessa registar é que perante a dramática situação na Palestina aquele matutino optou por se ajoelhar perante a estratégia terrorista de Israel, confundir informação com propaganda sionista, usar o jornalismo como mensageiro da Mossad.

Difícilmente alguém se poderá revelar insensível e deixar de acompanhar com indignação a brutal, desumana e ilegítima ofensiva militar de Israel contra a Palestina. Por cima das mais elementares regras do direito internacional e em violação de sucessivas deliberações das Nações Unidas, o governo de Ariel Sharon prossegue a sua acção terrorista contra o povo palestino. Perante a passividade da comunidade internacional e o indistigável e cínico entusiasmo dos Estados Unidos, Israel prossegue a sua acção de terror, assassinando civis, executando friamente quem

lhe ouse resistir, procurando com o cerco a Arafat humilhar e quebrar a vontade de todo um povo na sua luta pelo direito à sua terra e à construção do seu Estado.

A situação na Palestina aviva de forma chocante a profunda hipocrisia que domina a situação no mundo, a impunidade com que o imperialismo norte-americano e os seus estados satélites espezinham as deliberações de instâncias internacionais, a submissão das mais elementares regras de direito e justiça internacional à lei da força e ao poder dos mais fortes. Só isso explicará que agora, em contraste com o que se passou com a invasão do Kuwait pelo Iraque e a campanha «punitiva» desencadeada pelos EUA, Israel desrespeite impunemente as deliberações da ONU intimando este país a suspender a sua ofensiva e a retirar-se dos territórios ocupados. Só isso explicará que perante a ostensiva acção criminosa contra um povo desencadeada por Ariel Sharon este possa estar tranquilo e seguro de que sob ele não recairá o olhar inquisitorial da senhora Carla del Ponte ou um qualquer mandato de captura que o conduza a caminho do Tribunal de Haia.

Malgrado a estratégia em curso de criminalização de todos quantos ousam resistir e opor-se ao imperialismo, a que o DN emprestou o seu título, cresce no mundo o movimento de protesto e indignação dos que não se rendem, não se ajoelham e não desistem e lutar contra o imperialismo e a sua «nova ordem».



A fraternidade requerida

• Aurélio Santos

Semana após semana, dia após dia, em jornais, rádios, televisões, o tema PCP tem vindo a ser tratado numa linha que tem como base artigos e declarações de membros do Partido tornados notáveis, na comunicação social, pela sua oposição à orientação por ele seguida. Ao mesmo tempo que se silenciam ou distorcem as posições e a intervenção do PCP em todos os aspectos essenciais da vida nacional.

O falseamento dos objectivos, actividade e formas de luta dos comunistas tem mais de século e meio de sofisticado apuramento. Mas também os comunistas criaram e desenvolveram formas próprias de reflexão e de intervenção para assegurar a especificidade do seu papel independente, sem se deixarem submergir pela pressão do pensamento (e do poder) dominante.

O debate fraternal é componente inseparável desse património. E não se diga que não há espaço para o debate no PCP. Só cegueira ou má-fé pode negar que na sua vida e actividade o debate interno é norma: basta

ver os relatos do «Avante!» sobre a ampla discussão actual em curso em todas as suas organizações para procurar soluções orgânicas que permitam ultrapassar deficiências e reforçar a sua influência.

Do património político do PCP faz também parte a fraternidade — e ela muito contribuiu para que tivesse superado condições e situações bem difíceis, como as que viveu durante a ditadura fascista. Camarada significa companheiro de luta, e é nesse sentido que a palavra se tornou forma de tratamento entre comunistas, em línguas e lugares do mundo muito diversos. No Vietnam, quando em reportagem para a Rádio Portugal Livre durante a guerra contra a intervenção americana, recordo como me encantou a palavra «dong-chi», camarada em vietnamita, que significa «companheiro de ideias».

E ser fraterno implica ser solidário e, quantas vezes também, o esforço de entendimento entre irmãos. Mas a fraternidade tem de ser levada a sério. Nem pode ser frívola nem

ingénua. Nem desatenta, nem tergiversadora. Nem intermitente ou unilateral.

Que haja discussão entre irmãos? Nada mais natural. Até pode ser acesa, a discussão. E expressar divergências talvez inconciliáveis, por procurarem caminhos, projectos e mesmo destinos diferentes. Mas não é fraternidade transformar a divergência em rancor quando a opinião própria não prevalece, passando a tomar como alvo principal não os adversários ou o inimigo mas os próprios irmãos.

Para mim, campanhas contra o Partido não são surpresa. Mas fico perplexo perante esta. Por que utiliza e instrumentaliza declarações e posições de camaradas que, reclamando modernidade e nova mentalidade, alimentam e reproduzem com acritica aceitação velhos e gastos chavões do anticomunismo, apresentando-os publicamente como válidos.

Uma camaradagem fraternal requer também a partilha da luta comum. Nos bons e nos maus momentos. Com a força orgulhosa de partilhar os mesmos ideais.



Frases

“Nunca será um Arafat confinado a um quarto sem luz nem água que fará seja o que for para impedir a multiplicação dos atentados suicidas. Atentados que o exército israelita, por mais poderoso que seja, não consegue impedir, tal como nunca poderia ganhar uma guerra de guerrilha nos territórios ocupados”

(José Manuel Fernandes, Público, 01.04.02)

“O problema de base é este: nos 22 mil quilómetros quadrados do estado de Israel vivem cinco milhões de judeus e um milhão de palestinos; nos 6000 quilómetros quadrados da Palestina que não faz parte de Israel vivem três milhões de palestinos e alguns milhares de judeus nos chamados colonatos; outros três milhões de palestinos estão emigrados ou refugiados no resto do mundo, sobretudo em países árabes”

(Nuno Valério, Diário de Notícias, 01.04.02)

“Americanos intervieram em Angola antes de Cuba / Documentos secretos desclassificados desmentem velha tese de que os Estados Unidos [da América] actuaram para travar influência cubana”

(Título e pós-título, ibidem)

“Estamos convencidos de que os pedidos do FMI vão trazer mais fome, mais desemprego e mais recessão e nenhum tipo de possibilidade de crescimento para a Argentina”

(Cardeal argentino Raul Primatesta, ibidem)

“Depois de ter apoiado Santana Lopes contra [Durão] Barroso no congresso pelas directas no PSD, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros [João de Deus Pinheiro] regressa à política interna com uma frase assassina no Semanário: “Oxalá não seja um Governo de secretários de Estado”. Sabe-se que, antes de o substituir como ministro, Durão Barroso foi seu secretário de Estado”

(Carlos Magno, Diário de Notícias, 31.03.02)

“Com Manuela Ferreira Leite regressa um dos arquétipos mais genuínos da mitologia do poder em Portugal, esse, que vai de Ernâni Lopes a Oliveira Salazar: o paradigma do ministro austero, professoral, duro, intransigente com o despesismo e irresponsabilidade dos concidadãos”

(Luís Miguel Viana, Público, 31.03.02)

“Cavaco Silva parece desempenhar o papel do comendador. Uma ameaçadora consciência, ausente e presente (...) Tenho (...) a impressão de que Durão Barroso fez a sua vontade sem sequer lhe perguntar. Ou antes, fez a que julga ser a sua vontade. “Receai aquele que se julga prisioneiro, não aquele que o é”, diz-se.”

(António Barreto, ibidem)

“O novelo da cena política portuguesa está tão embrulhado que há poucas hipóteses de o próximo Governo lhe encontrar a ponta e se, porventura, der com ela, duvido que tenha força para a puxar com força suficiente para desfazer o novelo”

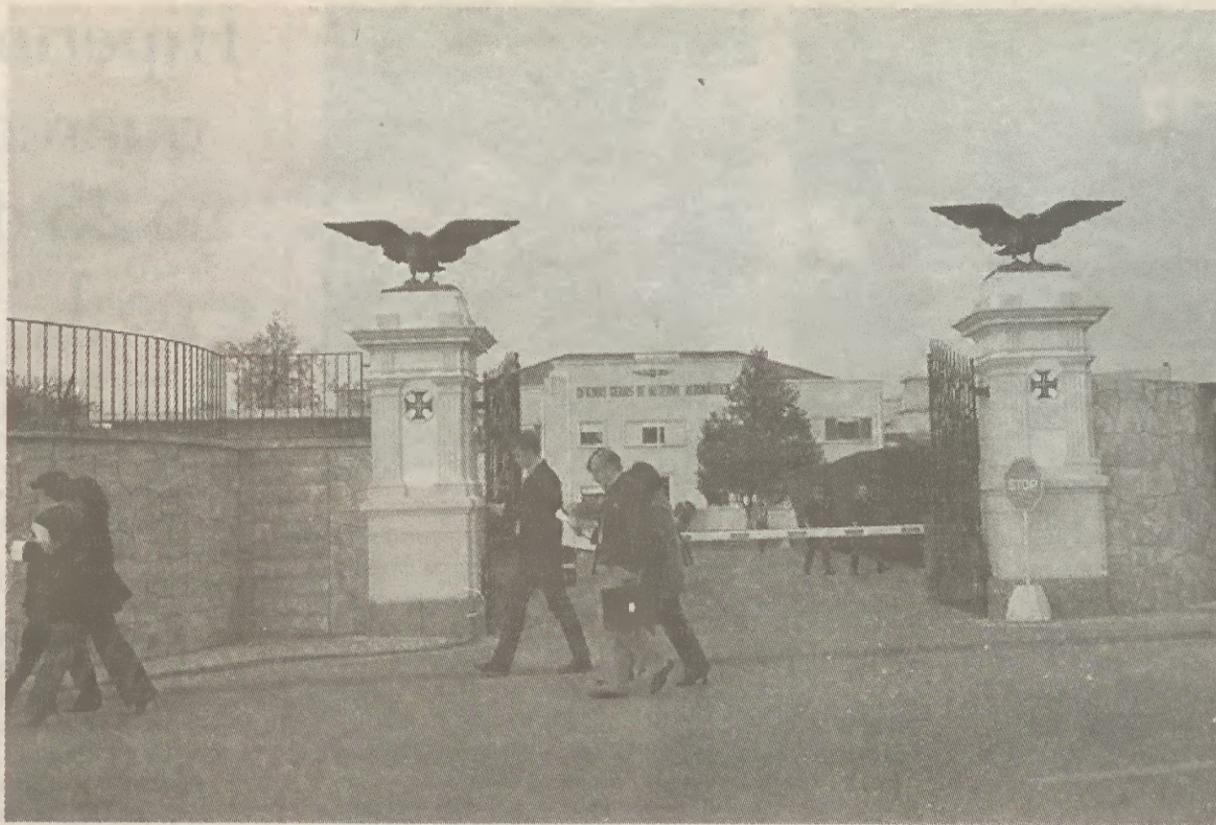
(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 29.03.02)

“Barroso carrega, só por si, um potencial muito forte de falta de autoridade e capacidade de liderança, o que, na hora da verdade, pode piorar muito a situação do futuro Governo”

(Paulo Gaião, Semanário, 28.03.02)

“O CDS começou por ser aquilo que já não é: um partido democrata-cristão. É o PSD nunca foi aquilo que finge ser: um partido social-democrata”

(Alfredo Barroso, Expresso, 29.03.02)



● Domingos Mealha
texto

● Jorge Caria
e arquivo fotos

O futuro da empresa e de mais 400 empregos ameaçado pela política de privatização

Assalto à OGMA – II

Os trabalhadores comunistas das Oficinas de Aeronáutica de Alverca apelam à unidade e à luta dos trabalhadores, para resistir e travar mais uma batalha na ofensiva desencadeada em 1994, quando o governo de Cavaco Silva retirou a OGMA à Força Aérea e fez dela uma sociedade anónima. A rota da privatização, ainda que à custa da destruição, foi mantida pelos governos do PS. Durão e Portas pretendem acelerar.

Quem tem acompanhado a evolução da empresa, encara o actual momento como uma reedição de ataques anteriores. Se fosse um filme, começava por se chamar «Assalto à OGMA» e teria agora o título acompanhado por um «II»... ou talvez «III».

Os representantes dos trabalhadores desde há muito vinham a alertar para o perigo de prosseguir por este rumo. Ainda poucos dias antes das eleições legislativas, a célula do PCP emitiu

um comunicado alertando para os «momentos difíceis» vividos naquela que é «a maior empresa do concelho de Vila Franca de Xira».

Dias antes, no final de Fevereiro, os sindicatos da CGTP com implantação na OGMA divulgaram um comunicado conjunto e convocaram um plenário de trabalhadores, para discutir as medidas anunciadas pela administração como reestruturação para contenção de custos. Além dos despedimentos (através da não

renovação de contratos a termo ou por meio das rescisões por mútuo acordo), o STEFFAs e o Sitava denunciavam ainda a falta de resposta às propostas de actualização salarial.

Nas últimas semanas, a situação na empresa mereceu também algumas notícias, com destaque, na comunicação social. Na segunda-feira ocorreu a substituição do conselho de administração. Com a tomada de posse do novo Governo, em que Paulo Portas ocupa a pasta da Defesa, talvez haja alterações na cúpula da Empordef, a holding estatal para as empresas deste sector (mas a mudança poderá não ser fortemente sentida, pois já o anterior ministro, Rui Pena, tinha conhecidas ligações ao CDS-PP).

De qualquer forma, o caminho mais seguro para resistir, tanto à onda de despedimentos já em curso como ao prosseguimento de

uma política que se tem revelado gravemente prejudicial para a empresa, para os trabalhadores e para o erário público, é o esclarecimento, unidade, mobilização e luta dos trabalhadores – como sublinharam ao *Avante!* Jorge Magrinho e Helder Vieira, membros da célula do PCP na OGMA.

«Já conseguimos, com iniciativas de impacto público realizadas, que alguns contratos a termo fossem renovados», salienta Helder Vieira, que é também dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. «A ofensiva ainda não foi mais longe, por ter havido resistência dos trabalhadores», pelo que «esperamos que, agora, a luta volte a dar resultados», afirma.

Jorge Magrinho, eleito delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, sublinha que a OGMA «tem que ter futuro» e acrescenta uma razão que já foi reconhecida por

Se o Governo quiser reduzir custos, deve começar pelos lugares de topo

todos os eleitos da Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo: há ali famílias inteiras a trabalhar e, das cerca de 2 mil pessoas que a OGMA emprega actualmente, uma grande parte vive em Alverca ou em freguesias vizinhas. Um despedimento como o que está em marcha teria uma repercussão económica e social muito negativa na região.

Vem de longe...

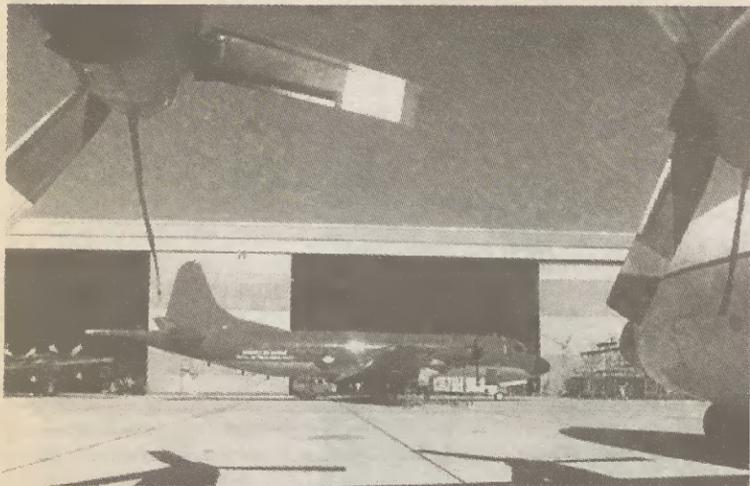
A análise da situação que hoje vive a «OGMA – Indústria Aeronáutica de

Portugal, SA» deve ser feita com base na sua evolução recente e nas decisões tomadas, quer pelos governos, quer pelas administrações por estes nomeadas. Esta foi uma observação em que os nossos dois entrevistados insistiram, recusando que sejam atribuídas responsabilidades apenas à última administração, que prosseguiu o caminho das anteriores, ou a factores que são, para o efeito, marginais, como os atentados de 11 de Setembro nos EUA.

«Com a passagem a SA, já se previa que chegassemos a este ponto», diz Helder Vieira, lembrando que, «desde 1994, os problemas têm-se acentuado, com acumulação de prejuízos e descapitalização crescente da empresa». Por outro lado, «agravou-se a retirada de direitos», nomeadamente através da redução



Já está provado que os trabalhadores da OGMA podem rechazar, com a sua luta, graves ataques contra o emprego, os direitos e os salários, sublinham Helder Vieira e Jorge Magrinho



do número de trabalhadores com vínculo próximo à Administração Pública (como sucedia quando a OGMA estava integrada na Força Aérea), a qual foi feita quer através de antecipação de reformas, quer por via da admissão de novos trabalhadores com contrato individual de trabalho.

Jorge Magrinho recorda como, «há três ou quatro anos, começaram a criar direcções, com funcionamento autónomo, para a fabricação, a manutenção e outras áreas», o que foi

«feito de forma a poder um dia ser privatizado» cada um desses sectores. Ao mesmo tempo, diversos serviços indirectos, como a segurança, a limpeza ou a manutenção do equipamento industrial, têm sido entregues a empresas privadas.

Merece fortes críticas o facto de à generalidade dos trabalhadores serem impostos sacrifícios – como a instabilidade de emprego, a redução de direitos e os baixos salários –, enquanto se verificou um desabrido esbanjamento de dinheiro

ao nível de direcção (para além dos prejuízos provocados pelas opções políticas).

Segundo Helder Vieira, no ano de 1993 havia 17 pessoas em cargos de direcção; agora são 92. O ordenado de um director chega quase aos mil contos, enquanto o de um chefe de divisão ultrapassa os 600 contos. Beneficiam ainda de algumas «mordomias», como carros e cartões de crédito. O salário médio, em contraste, ronda os 135 contos.

A revista «Exame», de 20 de Março, citando dados

do Sitava, refere números semelhantes: há cerca de dez anos, com 3 mil trabalhadores, existiam 3 directores e 8 chefes de divisão; com a reestruturação de 2000, que entrou em efeito em 2001, os directores passaram de 7 para 16, os chefes de divisão aumentaram de 17 para 30 e os chefes de secção subiram de 78 para 100. De 1999 para 2000, refere ainda a revista, os custos com as remunerações do conselho de administração passaram de 354 mil euros para mais de 508 mil.

Assalto à OGMA

O «caso» Listral

Governos e administrações têm encontrado formas de entregar ao sector privado partes que são retiradas à OGMA, enquanto não é possível privatizar a sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos.

A perspectiva da privatização é claramente assumida pelos representantes do accionista (IPE e Estado, através da Empordef) nas reuniões com os representantes dos trabalhadores. Tal como em inúmeras empresas retiradas ao sector empresarial do Estado, não são apontadas vantagens credíveis, tanto para a OGMA como para os que lá trabalham, nem sequer para a Força Aérea, que era o cliente privilegiado e passou a ser apenas um dos principais clientes (e que, com esse estatuto, também começou a optar por outras soluções, no País ou no estrangeiro).

A célula do PCP na empresa, no comunicado que distribuiu a 13 de Março, incluí «o afastamento no relacionamento com a Força Aérea, investimentos duvidosos e outras situações menos claras» entre os motivos da actual «crise, com falta de trabalho». Helder Vieira e Jorge Magrinho corroboram a denúncia e o protesto por, em tal situação, o serviço que a OGMA poderia realizar com os seus meios ser, afinal, entregue a privados.

Não é único e há mesmo quem admita que possa não ser o mais grave, mas tem sido muito referido o caso da Listral, como

exemplificativo do modo como o negócio da OGMA e, especialmente, as suas partes mais rentáveis, podem passar para o sector privado. O caso foi esclarecido pelo ministro da Defesa do anterior governo, no final de Janeiro, respondendo a um requerimento de Heloísa Apolónia, deputada do PEV.

Rui Pena explicou que a Listral foi constituída em Março de 2001, sendo o seu

capital detido pela OGMA (25 por cento), pelo IPE (26 por cento) e pela Iberomoldes e Pousada Herdeiros (49 por cento). «A sua criação insere-se na estratégia da OGMA de autonomizar empresarialmente algumas das suas actividades em associação com interesses privados, por forma a poder concentrar os seus esforços em estádios superiores da cadeia de valor do negócio aeronáutico», dizia o ministro, acrescentando que «a Listral arrancou como empresa subcontratada e com o apoio técnico da OGMA, que lhe garan-

te uma actividade inicial estável». Esclarecia ainda que a referida Listral «foi

constituída inicialmente com 45 trabalhadores, 39 dos quais estavam na OGMA com contratos a termo certo», enquanto os restantes 6 trabalhavam na OGMA através de

uma empresa de cedência de mão-de-obra.

«A Listral só fornece a mão-de-obra, o resto é tudo da OGMA», traduz Helder Vieira.

Tal como naquela, também noutras empresas de trabalho temporário e em algumas oficinas que a Força Aérea instalou nas suas bases se encontram profissionais experientes e qualificados, que durante o processo de passagem a SA, em 1994, foram aposentados. Aumentaram os custos, tanto para a Segurança Social como para a Força Aérea ou a própria OGMA, que se desfez de trabalhadores que, como agora se prova, lhe são necessários.

Outro exemplo de desperdício de dinheiros da OGMA, do Orçamento do Estado e dos fundos comunitários é, para Jorge Magrinho, a anunciada intenção de despedir jovens contratados a prazo que receberam formação na empresa. Refere também os «grandes investimentos» feitos em projectos relativamente aos quais subsistem «muitas incertezas».

Por diversas formas, há dinheiro público que está a sair da OGMA para privados

Basta de sacrifícios

«Não venham pedir mais sacrifícios aos trabalhadores, para esse peditório já demos», comenta Helder Vieira, a propósito da nomeação de uma nova administração para a OGMA, notando que, «desde 1994, já tivemos umas três ou quatro administrações, mas a política tem sido sempre a mesma». Recusa igualmente os argumentos da baixa produtividade, contrapondo que «a realidade não é essa, é antes o excesso de cargos de direcção e a falta de interesse em melhorar os processos e a organização do trabalho, em melhorar as condições dos trabalhadores».

Jorge Magrinho frisa que «os trabalhadores não têm culpa» nos problemas que a OGMA enfrenta e, portanto, «não devem sofrer poder de compra, tanto mais que os salários na empresa são, em média, muito baixos». «A empresa ainda não deu resposta às propostas sindicais de actualização salarial», protesta, afirmando a disposição da célula comunista na OGMA de «esclarecer os trabalhadores e levá-los à luta», para exigir do Governo soluções para a situação da empresa e para os aumentos salariais.

Hipermercados querem abrir no 25 de Abril e no 1.º de Maio

Algumas das grandes cadeias de super e hipermercados pretendem «trocar» o encerramento no Domingo de Páscoa pela abertura dos estabelecimentos nos dias 25 de Abril e 1 de Maio – denunciaram as estruturas da CGTP no sector, que convocaram para 16 de Abril uma concentração frente à sede da Sonae, em Matosinhos.

A empresa proprietária das cadeias Modelo e Continente exerce actualmente a presidência da Associação Patronal APED, que vem recusando negociar a actualização dos salários e demais regalias dos trabalhadores do sector, explicou o CESP, numa conferência de imprensa que promoveu a 28 de Março, numa das entradas do Centro Comercial Colombo, em Lisboa.

A abertura dos super e hipermercados e grandes armazéns nos feriados nacionais do 25 de Abril e 1.º de Maio ocorreu em anos anteriores, no Intermarché, Ecomarché e Eleclerc e em algumas lojas do Modelo, Continente e Pingo Doce, «e foram denunciados», lembram o CESP e o CESNorte, perante «um ataque mais sério ao simbolismo do 25 de Abril e 1.º de Maio», perpetrado este ano por «grandes grupos, com a SONAE à cabeça».

«Não vamos perder estes direitos, nem estes feriados nacionais, do maior significado, trocá-los por uns euros extra, este ano, enquanto as empresas se encarregarão de pressionar o corte destes dias da lista de feriados nacionais, utilizando, junto do Governo, como argumento de apoio, as listas de presença de trabalhadores, nos locais de trabalho, como fizeram no passado, para cortar e acabar com o feriado do 24 de Dezembro», apelam os sindicatos.

Salários e direitos

Os sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e do Norte incluem, entre os objectivos centrais da concentração, a par do encerramento dos super e hipermercados e grandes armazéns nos dias 25 de Abril e 1.º de Maio, a exigência de negociação da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, com aplicação de salários que reponham o poder de compra.

As negociações com a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição, para a revisão anual do contrato, «decorrem desde Janeiro, sem resultados, porque as empresas têm apresentado propostas que retiram poder de compra aos salários dos trabalhadores», explicam o CESP e o CESNorte, num comunicado que fizeram chegar à nossa redacção. «Os preços subiram 4,4 por cento e as empresas propõem aumentos de 3 por cento», protesta os sindicatos, denunciando que «algumas das empresas já promoveram, a nível interno, aumentos superiores aos que propõem na mesa negocial, embora com discriminações inaceitáveis».

Os sindicatos defendem aumentos de 4,5%, a supressão da tabela C (a mais baixa, numa classificação que tem por base a localização geográfica) e a passagem dos trabalhadores para a tabela B (a intermédia), bem como a passagem de vários distritos da tabela B para a tabela A (a mais alta).

As empresas também não aceitam outras propostas que «constituem pretensões legítimas», nomeadamente:

- aumentar para o dobro o valor do subsídio de trabalho ao domingo;
- reduzir para metade o tempo exigido para que trabalhadores integrados na categoria de operador e caixeiro ajudante, estagiário e outros possam acederem ao nível superior;
- reduzir em um ano o tempo necessário para os profissionais de 2.ª categoria e para os profissionais de 1.ª acederem aos níveis superiores na carreira.

Para os sindicatos, estas exigências justificam-se, pois os trabalhadores, hoje, têm mais escolaridade e mais formação e, ao fim de pouco tempo, exercem as funções correspondentes à categoria superior, por isso não se justifica que sejam obrigados a ter a carreira «congelada» nos mesmos níveis durante tanto tempo, quanto era habitual há 25 anos.

Uma vez que «as empresas não querem melhorar as condições e direitos, nem actualizar os salários contractuais dos trabalhadores», «é preciso lutar», salientam os sindicatos.

Porto

As comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio estão no centro das preocupações expressas pela direcção da União dos Sindicatos do Porto, que reuniu, sexta-feira, para analisar os resultados eleitorais. A par da decisão de mobilizar os trabalhadores e os sindicatos «para a continuação da luta pelo aumento dos salários e pela efectivação dos direitos nos locais de trabalho, por forma a conseguir-se uma ampla participação» no aniversário da revolução e no Dia do Trabalhador, os dirigentes da USP/CGTP expressaram «apreensão» relativamente a informações sobre alegadas dificuldades da Câmara Municipal do Porto em participar nas comemorações populares do 25 de Abril. Entende ainda a USP que «há motivos suficientes para encarar com profunda atenção e natural apreensão as implicações dos resultados eleitorais» de 17 de Março, reafirmando que «tudo fará no sentido de combater todas as medidas que no novo Governo aprove que ponham em causa os direitos dos trabalhadores», lê-se na nota divulgada pela União.

Transado

Foi desconvocada sexta-feira a greve dos trabalhadores da Transado, marcada para 1 de Abril, depois de um acordo entre a administração e o sindicato do sector, prevendo um aumento de 4 por cento na tabela salarial. Albano Rita, do Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante, disse à Lusa que a administração da Transado aceitou as reivindicações dos trabalhadores, pelo que foram desconvocadas as paralisações anunciadas para dia 1 e a greve de 24 horas prevista para dia 5. Segundo o sindicalista, «para além das questões salariais imediatas, era também necessário inverter a lógica dos últimos anos, em que os trabalhadores acabaram por aceitar aumentos insuficientes para a reposição do poder de compra». A Transado, empresa com cerca de uma centena de trabalhadores, assegura as carreiras regulares entre Setúbal e Tróia, com «ferry-boats» e barcos convencionais.

Código PT

O Código de Ética do Grupo PT, apresentado pela gestão da PT Comunicações à Comissão de Trabalhadores e aos sindicatos, «só tem enquadramento formal para os membros dos órgãos sociais e para os cargos de confiança e nomeação», alerta a CT da Portugal Telecom. Num comunicado em distribuição, a CT sublinha que, «para os trabalhadores, independentemente do seu vínculo laboral, o conjunto de direitos e deveres que os obrigam estão consubstanciados e perfeitamente definidos nos Acordos de Empresa, onde existem, e na Lei Geral do Trabalho».

Sindicatos reagem ao novo Governo Prontos para resistir

Várias organizações sindicais teceram já comentários acerca da constituição do Governo PSD-PP, alertando para os perigos das políticas anunciadas e manifestando disponibilidade para recorrer à luta organizada.

Hoje reúne em Lisboa o **plenário nacional de sindicatos** da CGTP, que deverá «proceder a uma profunda reflexão sobre o novo quadro político, a composição e as propostas do Governo Durão-Portas e, na sequência dela, definir as linhas de força da acção sindical nos próximos tempos», com enfoque nas comemorações do 1.º de Maio.

Numa primeira reacção, antontem, um dirigente da central disse à Agência Lusa que a *Inter* irá lutar com todos os meios de que dispõe o novo ministro do Trabalho puser em causa os acordos relativos à Segurança Social assinados pelos parceiros sociais. «A Lei de Bases da Segurança Social e

os acordos estabelecidos neste âmbito são para cumprir», frisou Deolinda Machado, da Comissão Executiva da Intersindical Nacional, acentuando ainda a necessidade de crescimento dos salários e das pensões e de avanço da reforma fiscal. A dirigente da CGTP conside-

rou que o elenco governamental confirma as reservas manifestadas após as eleições legislativas, tendo em conta que «foram indigitadas personalidades que têm fortes ligações a grupos económicos que procuram a privatização de serviços sociais do Estado».

As ligações passadas do ministro da Saúde ao Grupo Mello preocupam a Federa-

As lutas nas empresas e sectores convergem na preparação do 1.º de Maio



Até ao Dia do Trabalhador os esforços vão ser dirigidos para o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores

ção Nacional dos Médicos, que vai estar atenta ao desempenho do novo governante e assegurar que vai ser isento. O vice-presidente da FNAM e presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul expressou à Lusa apreensões em relação à antiga liga-

ção forte de Luís Filipe Pereira ao grupo que gere, nomeadamente, os hospitais Amadora-Sintra e Cuf Descobertas. «Em qualquer outro país, esta questão era suficiente para inviabilizar a nomeação», afirmou Mário Jorge Neves.

A Federação Nacional dos Professores desafiou o novo ministro da Educação a retomar a revisão do concurso de docentes e avisou que resistirá a qualquer medida que prejudique o ensino público. António Avelãs, dirigente da Fenprof, disse à Lusa que «não cederemos um milímetro na defesa de duas questões fundamentais: os direitos dos professores e os direitos sindicais», e fez votos para que que não se repitam «alguns comportamentos» do tempo da última ministra social-democrata na 5 de Outubro, Manuela Ferreira Leite.

Sem comentarem especificamente a escolha de António Jorge Figueiredo Lopes

para ministro da Administração Interna, as organizações dos profissionais das **forças de segurança** salientaram a necessidade de resolver velhos problemas.

Para a ASPP (constituída formalmente em sindicato desde a semana passada) é fundamental ver ultrapassadas dificuldades relacionadas com a melhoria das instalações e departamentos, do sistema de comunicações, parque automóvel e armamento.

Quer ver ultrapassadas outras matérias, nomeadamente as que têm a ver com aumentos salariais, anomalias nos escalões e promoções. Iguualmente a Associação dos Profissionais da Guarda espera que da parte do novo ministro haja «vontade política e capacidade de diálogo para ultrapassar a grave situação que se vive na GNR», nomeadamente ao nível da falta de legislação sobre o associativismo socio-profissional.

Greves nas cantinas hotéis do Centro e Zoo

Na próxima terça-feira vão voltar à greve os trabalhadores das cantinas, refeitórios e fábricas de refeições, em luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. A luta, anunciou a Federação Nacional dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, decorrerá durante todo o dia, realizando-se também uma concentração junto à sede da associação patronal ARESP, que ataca o clausulado do contrato colectivo em vigor.

No Jardim Zoológico de Lisboa, informou igualmente a Fesaht/CGTP, os trabalhadores «cumpriram com determinação» a greve de 24

horas convocada para 27 de Março, com uma adesão global de 65 por cento, que foi quase total em alguns sectores «bastante sensíveis». Em plenário, realizado durante a paralisação, foi decidido prosseguir a luta. Uma nova reunião de trabalhadores ficou convocada para amanhã.

Uma greve de dois dias, exigindo a revisão das condições salariais, teve lugar a 30 e 31 de Março, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro e afectando os hotéis **Mercure** de Aveiro e Figueira da Foz, **Ibis** da Figueira da Foz,

Viseu, Coimbra e Santa Maria da Feira, e os Hotéis Apartamentos Atlântico da Figueira da Foz, abrangendo um total de cerca de 130 trabalhadores. O presidente do sindicato, Alfredo Lourenço, disse à Lusa que os trabalhadores reclamam um aumento salarial «nunca inferior aos 4,4 por cento da inflação do ano passado» e consideram inaceitável a proposta dos patrões, de 3,5 por cento. Reivindicam também o pagamento do trabalho ao sábado e domingo com um acréscimo de 50 por cento, subsídio nocturno a partir das 20 horas (e não da meia-noite) e a redução gradual do horário de trabalho.

Arrasto mantém paralisação

Pescadores do arrasto recusaram no sábado as propostas apresentadas na dia 28 de Março pelos armadores, no processo negocial para revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, e decidiram prolongar até fins de Abril a greve aos fins-de-semana, iniciada a 16 de Fevereiro.

Frederico Pereira, do Sindicato da Pesca do Norte e da Federação de Sindicatos da Pesca, relatou à Agência Lusa que trabalhadores, reunidos num plenário em Gafanha da Nazaré, Ílhavo, consideraram inaceitáveis as contrapropostas apresentadas pelos arma-

dores, no reatamento das negociações do CCT. Por isso decidiram prolongar a greve aos fins-de-semana até ao fim de Abril, «altura em que convocarão novo plenário para decidir o rumo a dar à sua luta», explicou.

Ao fim de dois meses de impasse, armadores e uma comissão sindical de pescadores voltaram à mesa das negociações, na quinta-feira passada, mas subsistiram divergências em pontos que os trabalhadores reputam de «fulcrais», disse o sindicalista, lembrando que os pescadores reclamavam um aumen-

to da soldada em 50 euros, mais 20 do que a última proposta feita na quinta-feira pelo patronato.

Noutro ponto central da negociação – a actualização do valor dos subsídios de férias e de Natal – a proposta patronal ficou abaixo dos 500 euros reivindicados, situando-se nos 450 euros. Frederico Pereira acrescentou ainda que subsistiu desacordo também quanto ao tempo de vigência do CCT em negociação, que os trabalhadores pretendem seja de um ano e os armadores desejam que seja de dois.

Dias de luta no Grupo Unilever

Os trabalhadores do Grupo Unilever (Fima, Iglo e Lever) estão em luta pela negociação do seu caderno reivindicativo, que inclui aumentos salariais, redução do horário de trabalho e aumento do período de férias.

Na Lever, desde 26 de Março, estão a cumprir «com elevadíssima adesão» uma greve a todo o trabalho suplementar, informou o Sinquifa/CGTP. O sindicato anunciou ainda que desde segunda-feira passada até dia 12 ocorrerão na empresa paralisações de uma hora, no início de cada período de laboração.

Para hoje, na Iglo e na Fima estão convocados plenários, para decidir formas de luta.

Durante a próxima semana será distribuído à população um comunicado explicando os motivos do combate dos trabalhadores, informou o sindicato, indicando que a luta tem a ver com o facto de a administração do grupo se recusar a negociar o caderno reivindicativo.

«As empresas do grupo não estão em crise, longe disso», afirma o sindicato, lembrando que no ano passado os trabalhadores perderam quase 1 por cento no valor dos seus salários, enquanto para o corrente ano a administração impôs uma actualização de apenas 2,5 por cento, o que implica nova perda.

Palmela Pesou a desilusão

A Comissão Concelhia de Palmela do PCP, que reuniu também na semana passada, considera, por sua vez, que a viragem à direita, por parte do eleitorado do concelho, resulta «da desilusão que foram os seis anos de governação do PS».

Mas, para os comunistas de Palmela, nela tiveram influência vários outros factores, como seja o de, por exemplo, a campanha eleitoral das diversas candidaturas «nada ter a ver com o conteúdo e a utilidade dos programas eleitorais». De facto, dizem, «exceptuando a CDU, mais nenhuma outra força política teve a intenção de fazer chegar os seus compromissos às populações».

Entretanto, e apesar de «o receio do regresso da direita ter levado à flutuação de algum eleitorado da CDU», a Concelhia de Palmela considera positivo que o eleitorado tenha recusado uma maioria absoluta a qualquer partido.

Na sequência das orientações do Comité Central para a criação de um amplo espaço de debate no Partido, também a Concelhia de Palmela decidiu a realização de reuniões e plenários em todos os organismos e organizações, de forma «a encontrar as linhas de intervenção que permitam reforçar a organização e a intervenção do PCP».

Açores Reforçar intervenção

A CDU também debateu, na Ilha do Pico, a situação política resultante das eleições e as medidas a tomar no sentido do reforço da sua acção e implantação, o que passa pela tomada de algumas medidas orgânicas, nomeadamente pela criação de Comissões Concelhias em cada um dos três concelhos da ilha.

O Plenário, que contou com a participação de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, sublinhou a importância de comemorar o 25 de Abril como forma de luta pelo aprofundamento da democracia e apontou a necessidade de lançar uma profunda discussão sobre o funcionamento e a estrutura do Serviço Regional de Saúde do Pico, que se tem revelado

«completamente insuficiente» face às carências da população.

No decurso do debate realizado, os activistas da CDU defenderam, ainda, a introdução de uma «profunda rectificação» no processo de reconstrução em curso, do qual sobressaem defeitos construtivos, atrasos e casos de verdadeira injustiça.

No encerramento dos trabalhos, José Decq Mota congratulou-se com a forma viva e participada como estes decorreram e manifestou a sua convicção de que o PCP e a CDU «têm todas as condições para se ligarem mais ao problemas dos trabalhadores e das populações e, consequentemente, aumentarem a sua influência e intervenção».

Independentemente dos resultados eleitorais, os comunistas continuarão a agir em defesa dos trabalhadores

PCP atento às promessas

As organizações do PCP prosseguem a análise aos resultados eleitorais de 17 de Março, enquadrada já no debate preparatório da Conferência Nacional do Partido, e discutem medidas orgânicas para ultrapassar deficiências de trabalho.

Em reunião efectuada na semana passada, a **Direcção da Organização Regional de Aveiro** do PCP considera que a perda pela CDU de 3000 votos e de 0,9 pontos percentuais, impedindo a concretização do

Multiplicam-se os plenários para discutir a acção do Partido

objectivo político de eleição de um deputado, traduziu-se por um resultado «negativo» que «não acompanhou as perspectivas criadas pelo trabalho realizado». Porém, em sua opinião, estes resultados foram maus «sobretudo para o distrito e para os trabalhadores», já que afasta a possibilidade de uma verdadeira mudança no desenvolvimento da região.

A DORAV partilha, entretanto, das conclusões saídas da reunião do Comité Central relativamente aos factores que estiveram na origem destes resultados, como sejam, por exemplo, a exploração do mau resultado obtido pela CDU nas eleições autárquicas, a onda de direita artificialmente gerada, a transformação da eleição de deputados em eleição do primeiro-ministro, a discriminação do PCP e da CDU nos órgãos de comunicação social, designadamente nos debates da SIC e da TSF.

Tendo em conta a complexidade destes factores, a DORAV apela à reflexão crítica dos militantes sobre a actual situação política e a intervenção do Partido, para a qual, aliás, já convocou inúmeros plenários e reuniões. A

par deste debate, vai realizar, nos próximos meses, iniciativas diversas sobre os problemas da saúde, das vias de comunicação, da situação do sector têxtil no distrito e do ambiente.

Entretanto, ao mesmo tempo que prometem combater à ofensiva que a direita irá certamente desencadear contra os salários e direitos laborais, os comunistas de Aveiro reclamam a rápida clarificação de um conjunto de medidas promessadas do novo poder político, entre elas a construção dos eixos rodoviários estruturan-

tes do distrito - IC1, IC2, IC35, duplicação do IP5 - e a resposta aos problemas das populações na área da Saúde.

Trabalho não pára

Fruto também de uma análise aos resultados eleitorais, a **Direcção da Organização Regional de Beja** do PCP decidiu promover um amplo debate em todos os sectores e organizações locais, de forma a ultrapassar deficiências e dificuldades. Ao mesmo tempo que sublinha a necessidade deste debate, a DORBE considera «inaceitáveis» as intervenções de membros do Partido que, «em claro desrespeito de normas partidárias, prosseguem campanhas de afrontamento de orientações e decisões do colectivo partidário».

Por sua vez, a **Organização do PCP em Paris** considera que a maioria de direi-

ta na Assembleia da República vai dificultar aos emigrantes portugueses a conquista das suas justas reivindicações, nomeadamente o direito ao seu reconhecimento de facto como portugueses de plenos direitos.

Entretanto, o facto de a CDU não ter elegido qualquer deputado pelo círculo da Europa, embora dificulte o trabalho, não vai impedir o PCP de continuar a trabalhar em defesa dos direitos dos emigrantes portugueses, ainda que para tanto, na opinião dos comunistas de Paris, seja igualmente fundamental a mobilização da comunidade portuguesa.

Por fim, o PCP reitera a sua disponibilidade para colaborar em todas as medidas positivas mas, desde já, avisa que irá dar especial atenção ao cumprimento das promessas feitas pelo PSD e PS, partidos que elegeram deputados pelos círculos da Emigração.

Plano de Pormenor das Antas Persistem «dois pecados»

As alterações introduzidas no Plano de Pormenor das Antas, relativamente à sua componente urbanística, tendo, embora, um aspecto positivo, uma vez que implicam designadamente uma diminuição da densidade de construção anteriormente prevista, mantêm, contudo, os dois «pecados» que sempre apresentou, diz a CDU da Cidade do Porto.

De facto, segundo a CDU, o acordo agora divulgado pelo presidente da Câmara Municipal do Porto não só mantém «a excessiva concentração de

grandes equipamentos num curto espaço de território» como possibilita «a abertura da primeira grande superfície comercial no interior do Município do Porto».

Assim, «caso não ocorram novos desenvolvimentos no processo», os eleitos da CDU, «em coerência» com as posições assumidas quando da votação do PPA, no ano passado, na Câmara e na Assembleia Municipal, irão manter o seu voto de abstenção.

Entretanto, a CDU entende necessária a «clarificação definitiva» dos custos para os

cofres municipais inerentes à implementação do PPA. É que, apesar de alguns contornos desta operação financeira já terem começado a delinear-se, a verdade é que «os compromissos a assumir pelo Governo Central ainda não estão devidamente contratualizados». Razão por que a CDU apela ao primeiro-ministro indigitado para que «sem mais demoras» assumira uma «posição concreta» sobre o assunto, de molde a «reunir as condições necessárias à rápida votação do PPA».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Simões Júnior

Faleceu, no passado dia 12 de Março, o camarada António Simões Júnior, de 88 anos de idade. Reformado da Covina, estava organizado em St.ª Iria de Azóia, onde era muito estimado.

Egídio Carvalho Costa

Faleceu, com 80 anos de idade, o camarada Egídio Carvalho Costa. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, trabalhou nos TLP, pertencendo à organização da Função Pública da ORL. Ultimamente vivia e estava organizado em Odivelas.

Maria Teresa Gomes dos Santos

Faleceu a camarada Maria Teresa Gomes dos Santos, reformada, do Sector de Seguros da OR Lisboa. Foi militante da célula da Companhia de Seguros Atlas e era actualmente membro da célula da Companhia de Seguros Fidelidade.

Romeu Cabrita Agostinho

Faleceu, no passado dia 27 de Março, o camarada Romeu Cabrita Agostinho, de 79 anos, operário conserveiro e pescador, resi-

dente em Ferragudo. Membro do PCP desde 1937, destacou-se nas lutas dos operários conserveiros e dos pescadores do Algarve, tendo sido preso duas vezes pela PIDE. Portou-se heroicamente nos interrogatórios e nas cadeias fascistas, tendo participado na greve de fome de 7 dias na cadeia de Peniche. Foi o responsável pelo barco «Bom Futuro» que serviu para a passagem clandestina de camaradas das fronteiras. Depois de 1974, participou na reorganização do Partido em Portimão e Lagoa, a cujas comissões concelhias pertenceu.

Virgílio dos Santos Pancadares

Faleceu, no passado dia 26 de Março, o camarada Virgílio dos Santos Pancadares, de 86 anos de idade. Foi agricultor e estava organizado na freguesia de Monte Redondo, concelho de Torres Vedras. Esteve preso nas cadeias fascistas. Trabalhou na Autocoop. Foi um camarada sempre muito dedicado.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Extracção de areias

Uma situação «gritante»

A extracção de toneladas de areia no concelho de Ovar está a preocupar a CDU que, depois de ter apresentado, através do deputado José Costa, um requerimento sobre o assunto, quer, agora, vê-lo agendado na próxima reunião da Assembleia Municipal.

A CDU começa por afirmar no requerimento dirigido ao presidente da Assembleia Municipal desconhecer se a extracção de inertes que diariamente é feita em diversos pontos do concelho, designadamente nas freguesias de Valega e Ovar, observa ou não

a legalidade. E exemplifica com a situação que se verifica no espaço da Zona Industrial de Ovar, entre a fábrica da Provimi e o estabelecimento do Malaquias, onde se torna «gritante» a extracção de areias, os depósitos de lixos com posterior queima a céu aberto e enterro dos respectivos resíduos.

A CDU quer, assim, que o presidente da Assembleia Municipal diligencie junto do Executivo camarário no sentido deste fornecer a lista de empresas que operam no concelho devidamente licenciadas pela Câmara e pelo Ministério do Ambiente e uma cópia - caso exista - do Regulamento de Liquidação e Cobrança da Taxa pela exploração de inertes prevista na recém-aprovada Lei de Finanças Locais.



Queima de lixos é feita a céu aberto na zona industrial de Ovar

MONTEMOR-O-NOVO Não ao encerramento da EDP

A decisão da EDP de encerrar as suas instalações na cidade de Montemor é «prepotente» e prejudica gravemente os 18 mil habitantes do concelho, particularmente os mais idosos, diz a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP.

De facto, no caso daquele encerramento ir por diante, qualquer problema que surja ligado com os serviços da EDP obriga o município a deslocar-se a Évora para tratá-lo, com todos os prejuízos daí resultantes em perdas de tempo e encargos de transporte.

Entretanto, atendendo a que a EDP continua a fazer «orelhas moucas» às preocupações e esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal no sentido de contrariar este encerramento, a Concelhia do PCP apela aos montemorenses para que «não fiquem de braços cruzados» perante uma decisão de lesa os seus direitos e interesses e garante que, por seu lado, continuará a lutar para que sejam encontradas alternativas que assegurem a continuidade da «Loja» da EDP na cidade de Montemor-o-Novo.

ALMEIRIM Câmara debate Protocolos

Na segunda-feira, por iniciativa da CDU, a Câmara Municipal de Almeirim voltou a analisar, em reunião pública de Câmara, a legalidade dos Protocolos existentes com certos órgãos de comunicação social regional. A questão já havia sido debatida em reunião anterior, também por iniciativa da CDU, mas a vereadora daquela força política considerou que o debate realizado não havia esclarecido devidamente a questão. Assim, depois de se ter debruçado sobre a nota enviada pelo presidente da Câmara Municipal e de ter exigido o conhecimento das ordens de pagamento a estes órgãos de comunicação social durante o ano de 2001, exigiu que a questão fosse melhor debatida.

BEJA Pressões e chantagens

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, depois de analisar a situação na Associação de Municípios do Distrito, condenou a actuação dos autarcas do PS que, agem como tendo maioria absoluta e «recorrem a pressões, chantagens, demissões e ameaças de abandono», e manifestou o seu «total apoio» aos autarcas da CDU e às posições responsáveis por eles tomadas.

De facto, para os autarcas da CDU, a prioridade não é substituir o director do «Diário do Alentejo» - o que, na opinião do PCP, «configuraria um «saneamento» político por razões partidárias» -, mas sim «definir por consenso as grandes linhas de rumo da actividade associativa municipal» e encontrar as formas de as concretizar.

De acordo com a DORBE, há problemas urgentes a resolver na AMDB, como sejam o enquadramento legal dos trabalhadores e a criação de empresas intermunicipais para o jornal e a gráfica - que não avançaram no anterior mandato por falta do acordo dos municípios socialistas -, pelo que a melhor solução é mesmo avançar com a reestruturação da AMDB.



Determinação, serenidade e participação

A prática política dos últimos governos revelou que se trataram de simples alternâncias que não deram origem a verdadeiras alternativas.



António Abreu
Membro da Comissão Política

O que tem falhado é a política, cujos traços essenciais todos esses partidos protagonizaram. Há mudanças à esquerda necessárias ao reencontro com valores que se tornaram conquistas da civilização no século que passou e que hoje o capitalismo questiona.

Não é difícil prever, ainda para mais no actual quadro internacional, para onde PSD e CDS nos levariam. O que importa é começar a preparar o difícil caminho de convergência das forças políticas à esquerda do PSD.

Convergência, sem exclusões, porque legitimamente e, de facto, elas são diferenciadas e nenhuma se quer hegemónica.

Convergência que se verifique na vida política, na luta institucional, na partilha de projectos.

“É preciso aproveitar as formações específicas de cada militante”

Convergência que terá de assentar, essencialmente, na força dos movimentos sociais que contestarão, inevitavelmente, aspectos da política que, em vários casos, serão os prolongamentos da política do governo anterior.

Posições que vão do fundamentalismo do défice zero e do Pacto de Estabilidade aos salários e direitos dos trabalhadores, das «reformas» do regime democrático constitucional ao acatamento de uma constituição federalista na União Europeia. Das privatizações e liberalização dos serviços públicos à contínua degradação das estruturas produtivas nacionais. Da exclusão persecutória da vida real, da esquerda e de pensamentos alternativos nos *media* ao empobre-

cimento da vida cultural dos portugueses. Da concentração da riqueza em cada vez menos grupos e zonas do país a crescentes e intoleráveis assimetrias sociais e regionais. Da globalização que nos quer reduzir a país periférico, a zona serviços e de férias aos alinhamentos com o poder imperial dos EUA. Do seguidismo acrítico em relação à NATO ao vergonhoso silêncio perante o massacre do povo palestino.

A luta continua

Nas eleições de 17 de Março, muitos daqueles por que se têm batido os comunistas, dos que ao longo dos anos reconheceram a sua imprescindibilidade, canalizaram o seu voto para o PS ou para a abstenção.

Mas o PCP encontrará as formas de, nesta situação de mais difícil intervenção, não gorar as expectativas daqueles que aspiram a outros cursos para a via do País para as condições de vida e para a natural expectativa de progresso que decorre das crescentes conquistas do conhecimento, da ciência e da técnica.

Para isso procurará ser mais eficaz, sem deixar de ser o que é, no que de essencial o distingue de outras forças políticas.

O PCP já o está a fazer realizando reuniões vivas, de análise, reflexão, controvérsias onde, naturalmente, estão presentes quer desgostos e desorientações quer grandes expressões de confiança e de disponibilidade para continuar a luta, para encontrar desempenhos que sejam melhor assimilados e adoptados por todos quantos querem esses outros cursos para a vida do país.

Reconhecendo que existem importantes condicionantes externas à sua acção que limitaram e limitarão o alcance da sua influência. Tal como acontece hoje em todo o mundo às forças comunistas e de esquerda.

Mas não ignorando as possibilidades que estão nas suas mãos de reduzir o efeito dessas condicionantes externas e de relançar a sua influência. Essas são preocupações que estarão presentes na preparação da Conferência de Junho e em múltiplas iniciativas até lá e depois dela.

Reconhecendo a necessidade de adaptar a organização a uma realidade económica, social e cultural profundamente alterada. De avaliar a eficácia da mensagem sobre os objectivos centrais. De credibilizar a influência e participação em soluções governativas. De reanimar os valores de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo entre militantes. De aproveitar, em benefício da intervenção colectiva, das formações específicas de cada militante. De planejar a actividade e definir prioridades, tendo em conta a opinião dos militantes. De estimular a iniciativa de base. De estudar mais, de elevar a formação e as competências particularmente de camaradas que têm responsabilidades de direcção a diferentes níveis. De combater os estereótipos e caricaturas que de nós outros vão fabricando, através de uma acção suficientemente atractiva, envolvente, participada.

Também verificamos a acção de militantes que ajudam a credibilizar as caricaturas que outros de nós querem fazer, por exemplo, ao atribuir ao PCP as responsabilidades pela viragem à direita do PS ou a falta de uma alternativa de esquerda.

As tensões que tais intervenções provocam no nosso seio, não nos desviarão da serenidade, de uma discussão, sem exclusões, na base da livre expressão de opiniões, do reconhecimento de erros do passado, de um diálogo fraterno e enriquecedor, de um saber distinguir, permanentemente, face a esta situação, entre o que alguns queriam que nós fizéssemos e aquilo que faremos por sentirmos que é esse o interesse do Partido.

Muitos querem, ou esperam, que vençamos esta curva apertada para se encontrarem ou reencontrarem, com mais confiança, com uma atitude militante no, ou com, o Partido que, em consciência, mais indispensável e insubstituível lhes aparece na construção do futuro mais justo, mais humano e mais solidário.

Resposta insuficiente

A divulgação de um estudo, efectuado pela CP, na sequência de um processo de reestruturação da «Linha de Cascais», que levou, numa primeira fase, à supressão de 40 comboios diários, revela claro descontentamento dos utentes.

No estudo agora divulgado, 37% dos utentes querem mais comboios, 13% querem os horários anteriores e um número significativo de pessoas pensa que a oferta deveria ser reforçada. A empresa refere ainda que há duas décadas que não faz investimentos nesta linha, o que a torna hoje ultrapassada.

Entretanto, a resposta foi a reposição de mais 4 comboios, depois dos 6 recolocados em Fevereiro. Uma resposta que a Comissão de Utentes dos Transportes Públicos do Concelho de Cascais considera claramente insuficientes.

A comissão de utentes sublinha que não é possível aumentar o número de utentes se não houver mais e melhor qualidade no serviço prestado e defende uma melhor coordenação entre os vários operadores de transportes nas ligações dentro da Área Metropolitana de Lisboa.

CIDM atribui prémios

O Grupo Comunicação / Prémios das ONG's da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), promove hoje, na Galeria da Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa, a cerimónia de entrega dos prémios Mulher Investigação – Carolina Michaelis de Vasconcelos, Mulher Divulgação – Elina Guimarães e Mulher Reportagem – Maria Lamas, de 2001.

O prémio Mulher Investigação foi atribuído a Catarina Correia Gomes, pelo trabalho «O Enredo Conjugal – Uma Viagem à Realidade Quotidiana do Consumo».

O prémio Mulher Divulgação foi atribuído à jornalista Susana de Sousa Dias pelo trabalho «Processo Crime 141/53 – Enfermeiras no Estado Novo».

O prémio Mulher reportagem foi atribuído à jornalista Sandra Nobre pelo trabalho «Aprender a Ser Mãe».

Corte de estrada

Centenas de habitantes de Mourisca e Pedações, Águeda, fizeram dois cortes de estrada no lanço do itinerário complementar (IC) 2 que atravessa aquelas localidades, em protesto pela elevada mortalidade que aí se regista.

O primeiro corte de estrada, que se prolongou por cinco horas, foi decidido após a colisão de dois ligeiros, ocorrida domingo à noite, que provocou um morto, dois feridos graves e dois ligeiros.

Nos últimos 20 anos, já morreram 25 pessoas naquele cruzamento e têm-se multiplicado promessas não cumpridas de construção de uma passagem desnivelada ou instalação de semáforos.

O segundo corte de trânsito destinou-se a expressar luto pela morte ocorrida no acidente de domingo.

Sida em debate

Um grupo de instituições de saúde do Porto, ligadas ao tratamento e estudo da sida, inicia a 11 de Abril um ciclo de colóquios destinados a analisar a evolução da epidemia, 20 anos depois do aparecimento da doença nos EUA.

Em Portugal, estão registados 20 mil seropositivos, mas os especialistas admitem que o número de pessoas infectadas pelo vírus seja superior a 35 mil.

O ciclo de colóquios, que se prolonga até 18 de Julho, pretende ser, de acordo com a organização, uma análise actualizada e multidisciplinar da epidemia da sida, na diversidade de problemáticas que com ela se relacionam, directa ou indirectamente, como causa ou como consequência».

«Sida. 20 anos depois, um olhar sobre a epidemia» é o tema da iniciativa organizada pelo Hospital Joaquim Urbano, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência e Fundação Ciência e Desenvolvimento. Temas como a demografia e geopolítica da epidemia, vacinas e novos fármacos, investigação e indústria farmacêutica, esperança e desespero, inclusão e exclusão e, ainda, ética, moral e direito, serão abordados nas diferentes sessões por investigadores, clínicos, académicos e responsáveis pela análise dos assuntos relacionados com a sida.

Festival de teatro

Vinte e seis grupos de teatro profissionais e amadores vão participar, com 47 espectáculos, em mais um Festival de Teatro da Alta Estremadura.

O Festival irá decorrer – com entradas gratuitas – nas salas da Marinha Grande, Leiria e Pombal, durante os meses de Abril e Maio. O seu principal objectivo é difundir o teatro e apoiar a actividade das companhias.

Esta será uma oportunidade de ver, entre outros, o trabalho de grupos como A Barraca, Trigo Limpo Teatro ACERT, Grupo de Teatro de Leiria, Grupo de Teatro do Ateneu, GICC – Teatro das Beiras, Teatro ao Largo, Teatro Amador de Pombal, Companhia de Teatro de Almada, Filipe Crawford, BAAL 17, Teatro Cena Secreta, Teatro do Operário, O Nariz e Teatro Cine de Pombal.

Manifesto pela renovação do 1.º ciclo de ensino básico recolhe quase duas mil assinaturas

Por uma nova escola

Num momento em que se perfilam eventuais mudanças políticas na área do ensino, é oportuno lembrar necessidades incontornáveis, exigências profundamente sentidas por amplos sectores da população. Em causa está um ensino gratuito e de qualidade.

O manifesto «Por uma nova escola do 1.º ciclo do ensino básico» recolheu, em apenas dois meses, o apoio de mais de 1.800 organizações de todo o país, superando todas as expectativas. Prevê-se que, até ao final de Abril, sejam cerca de 2.500 as entidades a subscrever o manifesto.

Promovido pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e pela Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), o manifesto defende uma profunda renovação da escola do 1º ciclo do ensino básico. Inicialmente esteve para circular apenas até ao final de Março, mas o facto de muitas entidades não terem ainda realizado reuniões de direcção onde fosse aprovada a subscrição levou ao alargamento do prazo em mais um mês.

Entre os subscretores contam-se juntas de freguesia (669), organizações sindicais (70), associações de pais (98), câmaras e assembleias municipais (37), associações comerciais e industriais, fundações, escuteiros, dezenas de organizações da Igreja Católica, associações agrícolas, de colectividades e de emigrantes.

De par da importância de contar com o apoio de «entidades de grande renome e prestígio», a Fenprof salienta o facto de se juntarem a esta luta «as juntas de freguesia, as pequenas colectividades da aldeia e organizações de bairro, que estão perto dos problemas» do ensino básico. Desde já a Fenprof e a

Confap sublinham que «este movimento social em defesa de uma profunda renovação da escola do 1.º ciclo do ensino básico assume grandes proporções, atinge todo o país e todas as áreas da vida nacional».

O manifesto pode ser consultado na Internet, no site www.escolanova.com, criado especialmente para a divulgação do movimento. Para



conferir seriedade ao processo, não é possível a assinatura online, mas os interessados poderão pedir o documento e formular opiniões.

Com o manifesto, a Fenprof e a Confap exigem que o Governo, as autarquias e a Assembleia da República aprovelem e executem um plano nacional de emergência, que permita a recuperação e humanização das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e o seu apetrechamento com materiais e equipamentos que não existem actualmente na maioria delas.

Pretendem, também, o redimensionamento das turmas, para que passem a ser constituídas por 19 ou 20 alunos. No caso destas integrem crianças com necessidades educativas especiais, o máximo proposto é de 12 alunos.

A reorganização do modelo de docência do 1.º ciclo do ensino básico, com a constituição de equipas educativas, e a criação de quadro de auxiliares de acção educativa em todas as escolas, são outras exigências.

Os promotores do manifesto apresentam ainda reivindicações em áreas como financiamento, a institucionalização do serviço de refeições, respostas de qualidade para a ocupação de tempos

adoptado pelo Fórum Mundial sobre a educação, realizado em Dakar (Abril de 2000), para alcançar a educação para todos até 2015. Um plano que só se poderá concretizar se se ligar a compromissos claros e reais para que a educação seja totalmente gratuita.

O processo em curso parte do princípio de que um acesso generalizado à educação básica poderia reduzir a pobreza. Princípio claramente corroborado por todos os estudos realizados pelas organizações internacionais.

A sua concretização prática envolve entretanto o esclarecimento de alguns pontos obscuros, como a transferência da responsabilidade educativa para o sector privado, a qualidade do ensino, o nível

de formação dos profissionais e o acesso gratuito ou não à educação básica.

A verdade é que, mesmo nos sistemas públicos, no quadro de uma educação formalmente gratuita (ou tendencialmente...), as famílias são obrigadas a pagar as mais diversas despesas escolares, nomeadamente os livros, obrigando a um esforço orçamental, nomeadamente no início do ano lectivo, que se pode tornar incomportável.

Uma educação para todos

A semana de 22 a 28 de Abril é o ponto alto da Campanha Mundial pela Educação que visa uma mobilização da opinião pública em torno da exigência de uma educação gratuita para todos.

Contando com a activa colaboração da Internacional da Educação (IE) visa a implementação do plano de acção

de formação dos profissionais e o acesso gratuito ou não à educação básica.

Se o acesso à educação para todos é uma das principais garantias para sair de uma situação de pobreza, pagar para sair da pobreza é uma incoerência social.

Co-incineração e contestação popular

A co-incineração continua a estar no centro de forte contestação popular.

Ainda recentemente, centenas de pessoas participaram numa das maiores manifestações contra a co-incineração no Outão, em pleno Parque Natural da Arrábida.

Nestes dias, em Coimbra, a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS) decidiu pedir explicações à Administração Regional e Saúde do Centro sobre os atrasos no estudo epidemiológico da população da freguesia.

A ADAS considera que os atrasos neste estudo reflectem falta de vontade política e denuncia que a população de Souselas está a ser tratada com «mera peça de xadrez, no meio de um cortejo de inépcia e de falta de rigor».

O estudo tem como objectivo apurar as consequências da poluição na freguesia de Souselas, e conjuga-se com outros dois, um no concelho de Góis e outro que abrange a zona da Avenida Fernão Magalhães, em Coimbra. O estudo epidemiológico em Góis serve de padrão, tendo em conta tratar-se de uma área pouco poluída.

De referir que o atraso nestes estudos se aplica igualmente ao Outão. O Movimento de Cidadãos pela Arrábida denunciou, o mês passado, «a não realização dos necessários estudos epidemiológicos à população, a fim de avaliar os impactos da queima de resíduos na saúde».

Entretanto, os testes de co-incineração na cimenteira de Souselas foram adiados para

o período entre 16 e 22 de Abril. A Comissão de Luta contra a Co-Incineração anunciou o propósito de intentar uma acção no Tribunal Administrativo de Coimbra, para tentar impedir a realização dos testes.

Neste momento, e com as mudanças registadas ao nível do Governo, a questão da incineração de resíduos industriais perigosos poderá vir a agravar-se. A incineração dedicada, defendida pelo PSD, é alvo de forte contestação por parte de associações ambientalistas, por comprometer soluções alternativas, como a redução e reciclagem.

Tenderá ainda a ignorar avanços tecnológicos nesta área. Por exemplo, nos últimos anos têm sido estudadas

alternativas à queima para os óleos usados e solventes, já existindo para estes últimos uma fábrica de regeneração.

A incineração dedicada precisa de resíduos para funcionar, uma vez que estes são o seu combustível, pelo que a procura de alternativas, como a redução e reciclagem, fica comprometida à partida.

O ignorar de alternativas é já uma realidade. Na manifestação realizada em Setúbal, em Fevereiro, o dirigente da Quercus, Francisco Ferreira, considerou que «se houvesse uma política de redução, haveria apenas três ou quatro mil toneladas para queimar, enquanto o Governo fala em co-incinerar 80 mil toneladas».

Números que dão que pensar.

Por melhores condições de vida

Carta reivindicativa

Que seja cumprida a Constituição Portuguesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta, em síntese, a exigência dos reformados, pensionistas e idosos.

Reunidos em Assembleia Geral, dia 23 de Março, em Lisboa, os delegados do MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos procederam a uma análise geral da situação e problemas desta camada social. E apresentaram um conjunto de reivindicações.

De acordo com os censos 2001, 16,4% da população portuguesa tem mais de 65 anos. Reformados, pensionistas e idosos totalizam quase dois milhões e meio.

Uma ampla camada de população que, na sua grande maioria, vive com pensões e reformas de miséria, com a agravante de «serem quem mais carece de assistência médica e medicamentosa», como sublinha o MURPI, em Carta Reivindicativa.

São múltiplos, e graves, os problemas referidos no documento aprovado em Assembleia Geral.

As crescentes desigualdades resultantes dos aumentos de pensões em percentagem, o aumento da inflação, sempre muito superior ao previsto, são questões particularmente sentidas.

Na área da saúde, o documento do MURPI refere, quer os sucessivos aumentos nos medicamentos, a falta de assistência médica, particularmente gravosa no interior do país, e a falta de condições

nos hospitais de retaguarda.

Os lares estão no centro das críticas dos idosos. Em muitos casos «são mesmo a antecâmara da morte», denuncia a Carta. E noutros «são apenas locais de lucro fácil para os privados enriquecerem ainda mais».

No que respeita aos centros de dia e apoio domiciliário, «a grande maioria é servida por pessoas desconhecedoras dos problemas da terceira idade», considera o MURPI.

A situação de idosos, reformados e pensionistas insere-se, por sua vez, num quadro social bem pouco favorável.

Na análise da realidade social do nosso país, os delegados à Assembleia do MURPI concluíram que, nos últimos dez anos, a situação económica e financeira do país se tem vindo a agravar, «ao ponto de estarmos, neste momento, com atraso de cerca de 50 anos relativamente à União Europeia».

Os salários médios, em Portugal, «são menos 80% que a média da UE» e «o nosso nível de vida é inferior em 45% à média» da União Europeia. A «pior relação preços/salários», sublinha o documento aprovado.

Melhores pensões

Aumentos intercalares de 25 euros para as pensões de regime social e de 20 euros

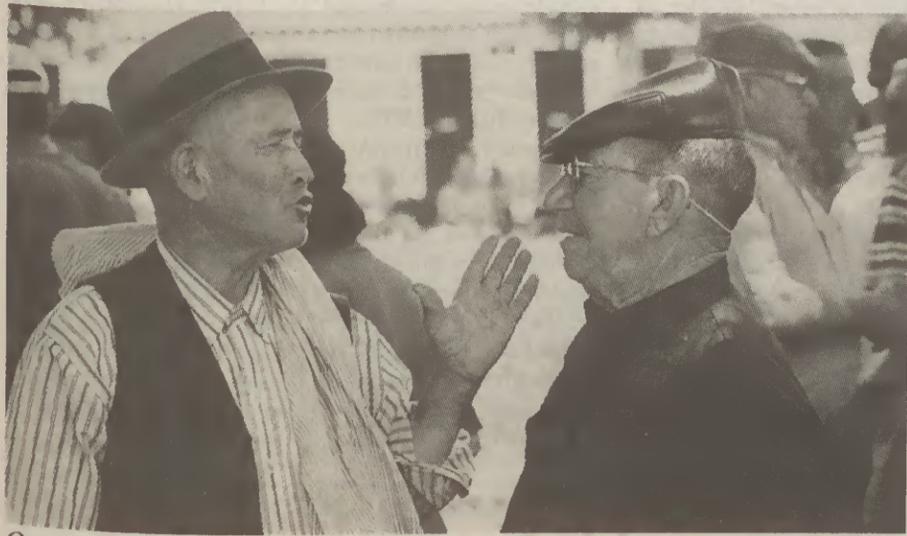
para todas as pensões do regime contributivo, com progressiva aproximação da pensão mínima ao salário mínimo nacional, é a primeira reivindicação da Carta do MURPI.

A assistência médica surge como outra das grandes preocupações. Nesta área, os reformados, pensionistas e idosos exigem acesso fácil aos centros de exames e diagnóstico, redes concelhias de serviços de fisioterapia e geriatria, centros de tratamento de dor a nível nacional, serviços de psicologia nos centros de saúde e suas extensões, cobertura de todo o território pelos serviços de emergência médica, próteses e medicamentos gratuitos para famílias de baixos recursos.

Uma verdadeira rede de centros de dia e de convívio, com a participação dos reformados, pensionistas e idosos na sua gestão, é outra grande exigência do MURPI, que sublinha a necessidade de essas instituições contarem com «animadores, psicólogos e outros profissionais ligados aos problemas dos idosos».

O MURPI defende que os lares «devem servir os utentes e não os proprietários», dispor de assistência permanente, incluírem as organizações de idosos na sua gestão e serem pagos «conforme a capacidade financeira de cada um».

Segurança eficaz, reparação de habitações, transportes para idosos e deficientes, são outras reivindicações apresentadas na Carta, onde se exige, por último, que o MURPI seja considerado parceiro social.



Os portugueses com mais de 65 anos representam 16,4% do total da população

Pela reposição da justiça

A forma como está a decorrer o concurso das casas dos guardas florestais é questionada pelo Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, que denuncia, quer o período excessivamente curto (60 dias) para a apresentação de candidaturas, quer o facto de este não ter sido dirigido aos órgãos dos baldios.

Em causa está a cedência, por um período de 20 anos, das mais de 100 casas dos guardas florestais desactivadas, em Trás-os-Montes, que

integram o património privado do Estado.

Em reuniões entretanto promovidas pelo Secretariado dos Baldios, em Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Bragança, com as entidades gestoras dos baldios, foi decidido avançar com candidaturas individuais ou em parceria com outras entidades locais. Procura-se assim corresponder aos anseios dos compartes, na perspectiva de utilizar estes bens patrimoniais «como suporte para as múltiplas activida-

des ligadas à produção florestal, ambiental, recreativa, cultural, turística, prevenção e luta de fogos florestais e apoio logístico às brigadas de sapadores florestais».

Caso não se venha a ter em conta as prioridades das candidaturas dos conselhos directivos dos baldios, o Secretariado irá apoiar «todas as acções de protesto ou outras que os compartes pretendam desenvolver com vista à reposição da justiça».

Vira o disco e toca o mesmo

Manuel Rodrigues

A direita acaba de vencer as eleições de 17 de Março e está prestes a formar governo. Pela enésima vez desde o 25 de Abril, cumpre-se o ciclo de uma espécie de baile mandado: ora agora mando eu, ora agora mandas tu. Senão, vejamos o rol dos principais governos formados na sequência de eleições legislativas, desde 1976: PS (sozinho e em minoria), PS+CDS, AD (PSD+CDS+PPM), de novo AD, PS+PSD (Bloco Central), PSD (em minoria), PSD (com maioria absoluta), PSD (com maioria absoluta), PS (em minoria), PS (no limiar da maioria absoluta), e agora, PSD+PP. Ou seja, em 26 anos, Portugal tem sido governado à direita, por inequívoca e livre opção de um Partido Socialista que, apresentando-se ao eleitorado pela esquerda, quando no poder, guina velozmente à direita, deitando borda fora os prometidos processos de mudança.

De facto, quer na primeira, quer na terceira, na quarta, na sétima e na oitava legislaturas, havia na AR suficiente base aritmética para suportar governos de esquerda, com uma política verdadeiramente alternativa à política de direita. E da parte do PCP, não era só uma questão de aritmética, houve sempre vontade política e empenhamento para a efectiva construção dessa alternativa. Mas o PS assim não quis. Questões de (des)orientação estratégica levaram-no sempre a manifestar um «fraquinho especial» pelos namoros à direita. Mesmo quando se fazia anunciar apaixonado (pela educação, pela saúde), a paixão não escondia outra coisa que não fosse, aqui, uma cedência a um lobby, ali, a privatização de uma empresa ou serviço, acolá, a cobertura a uma negociata. A paixão declarada em campanha eleitoral a um parceiro (o povo), uma vez no governo, depressa se orientava para um outro parceiro: os grandes interesses económicos e as clientelas. E assim, de traição em traição, se foi esvaindo o capital de confiança e de esperança que o povo neles depositara, acreditando nas proclamadas promessas de mudança. Desbaratada a confiança, veio a penalização. E, num modelo artificialmente bipolar, que uma impressionante (poderosa e insistente) máquina da comunicação social se esforçou por criar, os eleitores voltaram-se, de novo maioritariamente, para a direita, na ilusão de verem os seus problemas resolvidos.

O PCP tinha razão quando, na campanha eleitoral, dizia que só o voto na CDU poderia contribuir para uma efectiva política de esquerda. Muitos factores contribuíram para que tal não acontecesse. O Comité Central do PCP já fez a análise dos processos e resultados destas eleições. E apontou caminhos para o reforço do Partido, factor, aliás, de central importância para travar o passo à direita.

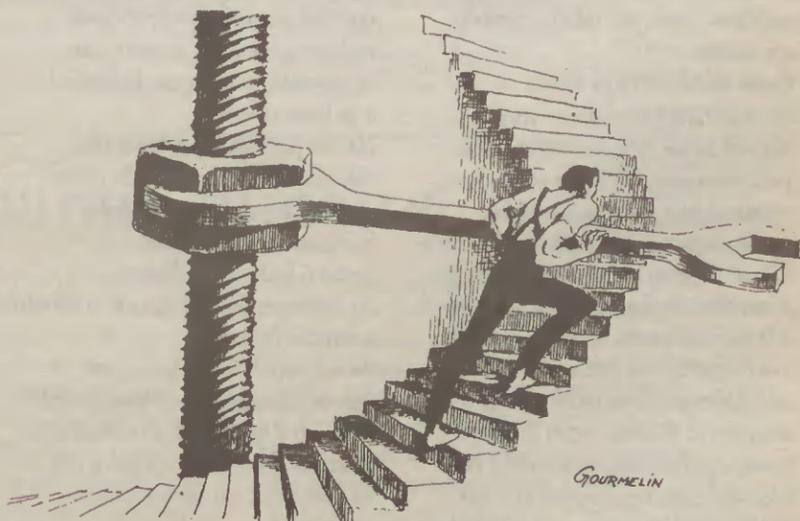
A política de direita (nua e crua) vem aí. Os ataques aos direitos dos trabalhadores vão acentuar-se. O confronto com o que ainda resta das conquistas do 25 de Abril é inevitável. Os comunistas estarão, como sempre estiveram, na linha da frente das batalhas sociais que se adivinham (e avizinham). Contra a mesma política de direita que, desde há muito, tem tentado a recuperação dos privilégios dos novos e dos velhos senhores do capital. Ou seja, pode a direita, agora eleitoralmente triunfante, ter como certa uma coisa: votos são votos e luta social é luta social. Felizmente, a participação democrática não se esgota nos actos eleitorais. E, portanto, bem pode contar com a luta deste povo e com o especial empenhamento do PCP em organizar, reforçar e ampliar essa luta. Complexo, muito complexo e difícil é o processo de transformação da consciência social das massas em equivalente consciência política. Especialmente quando, como atrás se deixou demonstrado, partidos há que apresentando-se sob uma imagem de esquerda, uma vez no poder, se confundem com a direita, nas suas alianças de classe. Mas, também não deixa de ser verdade que, pela luta, «atrás dos tempos, vêm tempos e outros tempos não-de vir» e, no volver dos tempos, há-de haver também um tempo novo a dar razão aos versos premonitórios de Bertolt Brecht:

«Quem ainda está vivo nunca diga: [nunca.

O que é seguro não é seguro. As coisas não continuarão a ser como [são.

Depois de falarem os dominantes Falarão os dominados (...) Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.»

Para tanto, fundamental e necessária é uma condição: a existência de um Partido Comunista com uma identidade de classe (dos trabalhadores e do povo), com uma ideologia revolucionária e com os olhos postos na construção de uma nova sociedade. Ou seja, de um Partido como o nosso. Não será por isso mesmo, que tantos pécêpólogos (de serviço), confundindo desejos com realidade, volta e meia vaticinam a morte deste Partido? E outros tantos (também de serviço), confundindo descaracterização com renovação, dizem que ele deve saltar de «fora do tempo» para o «próprio tempo», para que da lei da morte se possa libertar? Vira o disco e toca o mesmo. Afinal, o anticomunismo não morreu. Por debaixo dos rótulos da pseudo-esquerda ou dos discursos da «pós-modernidade» ele acaba por ser, em essência e por antítese, a melhor prova de que o Partido Comunista está vivo, tem força e incomoda.





Solidariedade com a Palestina

• Ilda Figueiredo

No momento em que escrevo, a comunicação social continua a noticiar o massacre do povo palestino às ordens do primeiro-ministro israelita Sharon. Indiferente às posições internacionais, incluindo as da ONU, Sharon persiste numa intervenção que envergonha o mundo, desespera os árabes e todos os povos amantes da paz, incluindo os católicos. O próprio Papa João Paulo II já considerou que parece que foi declarada guerra à paz. Neste momento de tragédia, evoco os olhos negros, bonitos, prontos a saltar das órbitas, das crianças do campo de refugiados de Chatila, nos arredores de Beirute, que visitei no final de 2000, integrada numa delegação do Parlamento Europeu. Ainda hoje o campo, onde falta quase tudo, está rodeado pelos escombros da guerra e da carnificina que os tanques de Sharon iluminaram, após a invasão do Líbano, em 1982, e a vitória da facção libanesa de direita. Esses escombros de Chatila são o único espaço de que dispõem aqueles meninos palestinianos para as suas brincadeiras de criança. A marca continua lá tão viva como os seus olhos tristes. Foi ali que, em 1982, Sharon apoiou um massacre de centenas e centenas de homens, mulheres e crianças como uma comissão de inquérito comprovou. E nunca nenhum tribunal internacional o julgou ou condenou. Por isso, continua a semear o terror na Palestina e, por tabela, também em Israel. Como pode um povo viver em segurança quando se utiliza em seu nome todo o arsenal bélico para humilhar, subjugar outro povo, condená-lo à miséria, ao exílio, ao desterro e à morte muitos dos seus filhos? O povo judaico sabe bem que é impossível. Todos temos presente o holocausto nazi. Também por isso, em memória dos que então morreram, não podemos ficar indiferentes à tentativa de destruição de outro povo, o palestiniano. Também por isso são cada vez mais os que em Israel recusam o processo de Sharon.

Incluindo militares. Mas Sharon não desiste enquanto sentir as costas seguras no apoio da Administração americana. Enquanto Bush mantiver dois pesos e duas medidas para classificar o terrorismo e decidir das intervenções da ONU, da NATO, ou simplesmente das forças armadas americanas e dos seus aliados britânicos, Sharon não pára. E Bush e a Administração americana só alterarão a sua posição quando o mundo disser Basta! Basta de ódio! Basta de guerra! É urgente a paz! Ramallah foi declarada «zona militar interdita» e os jornalistas expulsos. Yasser Arafat continua prisioneiro nos escombros que restam da destruição maciça que o exército israelita continua a fazer, com torturas, espancamentos e execuções sumárias. As últimas notícias dão conta que Belém e outras cidades estão também cercadas pelos tanques israelitas. Que espera a ONU para actuar? E a União Europeia? Uma parte significativa das infra-estruturas que estão a ser destruídas na Palestina foram financiadas pelos fundos comunitários. Que espera o Conselho Europeu para actuar? Por que não isolam politicamente Sharon? A tragédia que se abateu sobre o Médio Oriente lançou para segundo plano os problemas nacionais, as dúvidas em torno da formação do novo governo português, as apreensões dos trabalhadores com um governo declaradamente de direita, os problemas financeiros que vão servir de pretexto para maiores privações, sempre para os mesmos, as guerras do futebol e as lutas caseiras. Há um povo que luta pela sua sobrevivência e precisa do nosso apoio empenhado e militante. Saibamos ser solidários. Como o fomos com Timor. As crianças da Palestina têm direito a uma terra de paz. As mães palestinianas precisam que as apoiemos na defesa da vida dos seus filhos. Gritemos bem alto: Basta de guerra! É urgente a paz na Palestina, no Médio Oriente e no mundo!

UE impõe taxas de 26 por cento para proteger sector do aço

Sanções adiadas

O conflito do aço entre a Europa e os Estados Unidos vai custar caro aos países terceiros que vêm agora também fechados os mercados europeus.

Para já, os Quinze preferem não iniciar uma guerra comercial contra os Estados Unidos, optando por proteger os seus mercados das importações de aço chinesas, australianas, brasileiras, japonesas ou neozelandesas.

Reagindo à imposição norte-americana de agravar em 30 por cento as importações de aço, a Comissão Europeia aprovou, na passada semana, um pacote de medidas de salvaguarda para impedir a entrada maciça de produtos de aço provenientes de países terceiros impossibilitados de exportar para os EUA.

O sistema prevê uma série de quotas individuais de importação para os produtos afectados pela interdição norte-americana. Se forem ultrapassadas ser-lhe-á aplicada uma taxa especial que

varia entre os 14,9 e os 26 por cento.

Entretanto, e apesar das firmeza das declarações de responsáveis europeus, nomeadamente do presidente da Comissão, Romano Prodi, a verdade é que neste momento não se prevê que a UE venha a adoptar sanções comerciais contra os Estados Unidos.

A falta de unanimidade entre os Quinze sobre esta matéria, com alguns países a recearem um braço de ferro com os EUA, terá levado Prodi a assegurar que não é partidário de uma guerra comercial, embora tenha advertido que não permitirá que Washington determine a agenda europeia em questões chave como o aço ou o projecto Galileu (ver texto).

Porém, no mesmo dia em

que a Comissão anunciava o seu pacote proteccionista e ameaçava tomar medidas de represália contra os citrinos, papel ou a indústria metalúrgica dos Estados Unidos, o ministro da Economia alemão veio a público aconselhando prudência à Comissão Europeia e pedindo que não sejam aplicadas sanções imediatas contra os EUA. Numa entrevista à emissora berlinesa DeutschlandRadio, Werner Muller avisou que uma guerra comercial com os norte-americanos poderia ser prejudicial para a economia alemã, que exporta anualmente para aquele país 55 mil milhões de dólares, dos quais 41 por cento através da sua indústria automóvel.

Colocado entre dois fogos, Romano Prodi entende que a batalha do aço é «uma questão séria» cujas consequências não podem ser subestimadas, mas limitou-se por apelar mais uma vez ao presidente George W. Bush para «que não siga em frente» com a sua política proteccionista pondo em causa o funcionamento do mercado livre.

**Alemanha
receia guerra
comercial
com os
Estados Unidos**

Galileu afronta GPS

Ao dar luz verde ao projecto Galileu, a União Europeia decidiu avançar com um sistema próprio de navegação por satélite, rompendo com o monopólio do GPS (Global Positioning System) dos Estados Unidos.

Os primeiros satélites começarão a ser lançados em 2005 e o sistema deverá estar operacional em termos comerciais em 2008. O investimento, que terá participação de privados, ascenderá aos 3.250 milhões de euros, prevendo-se a criação de 150 mil empregos e receitas anuais para a indústria aeroespacial europeia na ordem dos 17.700 milhões de euros.

A decisão de apoiar financeiramente o desenvolvimento do projecto Galileu foi

tomada na passada semana, durante uma reunião dos ministros dos transportes da UE, ano e meio depois de intensas discussões. Um conjunto de 30 satélites irá proporcionar aos utilizadores de todo o mundo uma ampla gama de serviços civis e militares que vão desde a localização geográfica com alta precisão até ao fornecimento de serviços de comunicações digitais UMTS.

Face a esta iniciativa europeia, considerada em termos tecnológicos como a mais ambiciosa das últimas décadas, só comparável ao consórcio Airbus e à Agência Espacial Europeia, o departamento de Estado dos EUA voltou a mostrar-se preocupado com a possibilidade de a rede Galileu poder

interferir com o GPS. «Esperamos que os nossos aliados europeus não proponham um sistema que degrade ou interfira com os sinais civis ou militares do nosso sistema actual», avisou o porta-voz do departamento Richard Boucher.

O projecto Galileu será gerido durante quatro anos por uma empresa criada para o efeito, na qual não participarão entidades privadas, pelo menos até que esteja concluído o processo de adjudicação de contratos. No entanto, apesar de algumas vozes que se opuseram à entrada de privados, após 2003, como esclareceu Loyola de Palacio, comissária europeia dos Transportes, «o sector privado poderá participar».

Optimismo para a eurozona

A Comissão Europeia divulgou na passada semana previsões económicas para a eurozona que apontam uma recuperação do crescimento no final deste ano entre 2,25 e 2,5 por cento.

Contudo, o crescimento da eurozona não deverá ir além dos 1,5 por cento, valor semelhante ao registado no ano passado. A mensagem de optimismo baseia-se assim em indicadores norte-americanos e europeus que desde há três ou quatro meses dão sinais de que a economia mundial está em re-

cuperação. O relatório da Direcção-Geral de Assuntos Económicos e Financeiros assinala que embora se mantenham alguns riscos, multiplicam-se os sinais positivos, por exemplo, de uma melhoria progressiva no sector da manufacturaria, precisando a seguir que este impulso na economia não resulta de um aumento da procura dos consumidores da eurozona, ao contrário do que se verifica nos Estados Unidos.

Entre riscos que subsistem, Bruxelas destaca o alto

nível de endividamento de algumas empresas norte-americanas, o preço do barril do petróleo (que ultrapassa os 25 dólares, mais quatro do que o previsto) e as tensões deflacionistas no Japão.

Em contrapartida, a Comissão insiste em que apesar da subida da inflação na eurozona no início do ano, o índice europeu de preços no consumidor ficará abaixo dos dois por cento, sete décimas menos que o registado em Janeiro passado.

UE quer vigiar conglomerados financeiros

A União Europeia quer estabelecer uma série de regras para aumentar o controlo sobre as companhias seguradoras que fazem parte ou que encabeçam grandes grupos financeiros como as alemãs Allianz e a Munich RE ou a francesa Axa. O objectivo é diminuir os abusos, evitando que procedimentos irregulares ponham em risco as coberturas pagas por milhões de consumidores. Nestes sentidos, pretende-se que os Estados sejam obrigados a constituir uma autoridade reguladora que vigie as actividades destes grupos gigantes. A UE pensa adoptar a curto prazo várias directivas com vista a regular as actividades dos conglomerados financeiros que operam em simultâneo no sector bancário e nos seguros. Avaliar os riscos de algumas actividades obrigando à criação de um fundo de risco próprio e evitar que o mesmo capital seja utilizado em companhias diferentes são alguns dos objectivos anunciados. Estas alterações inscrevem-se numa perspectiva mais ampla de atingir a plena integração dos serviços financeiros até 2005. O mercado dos seguros representou na UE, em 1999, um volume de negócios superior a 760 mil milhões de euros, ou seja um terço mais do valor registado três anos antes.

Reino Unido bate no fundo

A economia do Reino Unido registou o pior resultado da última década, tendo o produto interno bruto (PIB) estagnado no quarto trimestre de 2001 face ao trimestre anterior. Assim, relativamente a Dezembro de 2000, a taxa de crescimento evoluiu apenas 1,6 por cento no mesmo mês de 2001, valor que não era obtido desde a Primavera de 1992, altura em que culminou a última recessão económica no país. No entanto, em termos globais, no ano passado a economia britânica cresceu em média 2,2 por cento, e a maioria dos analistas crê que o país manter-se-á na primeira posição em termos de crescimento em 2001, entre os sete países mais industrializados do mundo (G-7). O governo britânico pensa superar a crise através do forte consumo privado e da redução das taxas de juro empreendida nos últimos meses pelo Banco de Inglaterra.

Luta endurece em Itália Sindicatos convocam greve geral

Milhares de trabalhadores italianos voltaram a manifestar-se nas principais cidades do país, rejeitando o terrorismo e a política de direita do governo de Berlusconi. Em 16 de Abril, os sindicatos ameaçam parar o país.

Convocadas pelas principais centrais sindicais, as manifestações da passada semana condenaram mais uma vez de forma clara o ressurgimento do terrorismo em Itália, com o assassinato do assessor do Ministério do Trabalho, Marco Biagi, constituindo ao mesmo tempo uma demonstração de firmeza e unidade do movimento sindical que prossegue a luta contra a reforma das leis laborais.

Com uma greve geral de oito horas anunciada para o próximo dia 16 deste mês, as três centrais (CGIL, CSIL e UIL) interromperam o diálogo com o governo, reclamando um desmentido claro e rotundo das acusações de conivência com o terrorismo que lhes foram feitas por dois ministros de Berlusconi.

Este, no entanto, não dá sinais de cedência, reafirmando que a contestada reforma «será aprovada pelo Parlamento dentro em breve». Numa tentativa de minimizar os efeitos da greve geral anunciada, o governo declarou que ela «será parcial e não geral, porque em Itália há 21,5 milhões de trabalhadores e os sindicatos só têm cinco milhões de filiados». Apostando na manipulação dos números para diminuir a verdadeira capacidade

de mobilização dos sindicais, o primeiro-ministro italiano refutou inclusivamente os números da gigantesca manifestação de 23 de Março em Roma. Para ele, «não estiveram mais do que 700 mil pessoas e isso porque lhes pagaram a viagem, a comida e uma entrada nos museus romanos».

Todavia, dificilmente Berlusconi poderá esconder o facto de a paralisação do próximo dia 16 ser a primeira greve geral convocada em Itália nos últimos 20 anos, o que por si só é um sinal claro da dimensão do descontentamento que teima em não reconhecer.

Recorde-se que o principal alvo dos protestos é a suspensão do artigo 18 do Estatuto

dos Trabalhadores, de 1970, que obriga as empresas a readmitir trabalhadores despedidos sem justa causa.

Os sindicatos contestam igualmente a alteração do sistema de pensões, que entre outras medidas, prevê uma redução das contribuições patronais para a segurança social no caso de admissão de jovens trabalhadores.

Negócios de Berlusconi

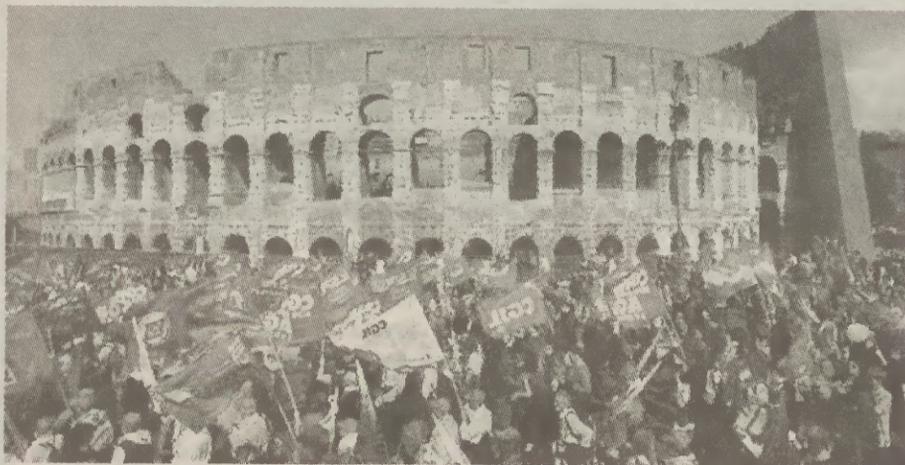
Mas enquanto o clima social se agrava no país, o primeiro-ministro italiano não descarta os seus negócios do seu grupo e com o magnata australiano Rupert Murdoch prepara a tomada de controlo do grupo de comunicação alemão Kirch Media, que detém a principal cadeia de televisão privada germânica, a ProSiebenSat.1.

Apesar de o negócio visto com desconfiança na Alemanha, a verdade é que o Kirch Media tem dívidas acumuladas de 6.500 milhões de

euros e, em teoria, nada impede que os bancos credores cedam a ambos os empresários a maioria do capital e a gestão da sociedade.

Entretanto, são cada vez mais os políticos alemães que se têm pronunciado contra o negócio. O chanceler Gerhard Schroder classificou a entrada de Berlusconi como «problemática», enquanto o chefe do governo da Renânia definiu-o como «monstruoso». A eles se juntaram com expressões de preocupação a ministra da Justiça, Herta Daubler-Gmelin, o líder dos «Verdes», Fritz Kuhn, e a secretária-geral dos Liberais, Cornelia Pieper.

Todos se mostram alarmados com o facto de um chefe de governo de um país vizinho poder ter uma posição influente nos meios de comunicação alemães. Berlusconi já reagiu considerando injustificados os alarmismos. Segundo assegurou, desde 1994 que está afastado da direcção do seu consórcio Mediaset. Portanto, não há perigo...



Os sindicatos rejeitam as acusações de conivência com o terrorismo, mas prometem não dar tréguas ao governo de direita (foto da manifestação de 23 de Março)

Swiss já voa

A falida Swissair inaugurou no domingo as suas operações sob a designação Swiss, depois de vários dias de trabalho em «contra-relógio» para colocar o novo logotipo nos aeroportos. O último voo oficial da Swissair descolou na véspera do aeroporto de Genebra.

Desde a falência, em Outubro de 2001, a Swissair foi colocada sob tutela da antiga filial Crossair, que tomou a direcção das operações e da fusão das duas companhias resultou a nova Swiss.

A decadência da compa-

nhia começou em Abril de 2001, quando a Swissair anunciou prejuízos de mais de 2,9 mil milhões de francos suíços, no exercício de 2000. Recorde-se que o descalabro teve consequências em Portugal, onde a empresa tinha um acordo para a compra de 30 por cento da TAP Air Portugal, rompido unilateralmente em Janeiro de 2001.

Em situação desesperada ficaram ainda as companhias belga Sabena, que acabou por falir, e as francesas AOM e Air Liberté, que a Swissair havia recentemente adquirido.

Um plano de saneamento sem precedentes foi então elaborado, para que os súcos continuassem a dispor de uma companhia aérea de bandeira, tendo recebido contribuições financeiras do Estado federal, das autoridades cantonais e municipais, de empresas públicas e privadas, num total de 2,7 mil milhões de francos suíços.

Em seis meses constituiu-se a Swiss que emprega seis mil funcionários da antiga companhia (cerca de 75 por cento do total), embora em condições menos vantajosas. Por

exemplo, os pilotos da antiga Swissair, os mais bem pagos da Europa, foram obrigados a aceitar cortes nos salários de 35 por cento.

Enquanto a Swiss já voa com uma frota de 128 aviões, dos quais 52 pertenciam à anterior companhia, continua sem fim à vista a liquidação do grupo Swissair, bem como o pagamento de mais de 10 mil reclamações de créditos, no valor de 22 mil milhões de francos suíços e entre as quais se encontram as das companhias portuguesas TAP e Portugália.

Rússia e UE preparam cimeira

O ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Igor Ivanov, e uma delegação da União Europeia examinaram na terça-feira em Madrid várias propostas de cooperação entre as duas partes que incluem nomeadamente a participação russa em iniciativas de segurança dos Quinze.

A reunião, que se destinou a preparar uma cimeira UE-Rússia que terá lugar em finais de Maio em Moscovo, permitiu «um avanço global muito positivo» nas relações bilaterais em especial na área económica, segundo declarou o espanhol Josep Piqué, cujo governo assegura a presidência rotativa da União.

Para além disso foram igualmente abordados o desenvolvimento das missões policiais europeias na Bósnia e o projecto de substituir a NATO no comando da missão na Macedónia, tendo a Rússia apresentado propostas de colaboração neste campo que a UE irá estudar.

A Rússia expôs ainda as

suas reivindicações no sentido de que a ampliação da União Europeia não prejudique as relações entre Moscovo e os futuros membros comunitários de leste, defendendo a longo prazo a criação de um espaço económico comum que consolide «uma grande Europa única e democrática».

França privatiza auto-estradas

A segunda maior concessionária de auto-estradas com portagem da Europa, a ASF (Autoroutes du Sud de France), foi colocada em bolsa na passada semana, na sequência da decisão do governo francês de privatizar 49 por cento do capital. Pese o mau momento por que passam os mercados accionistas, a oferta pública de venda foi considerada um êxito ao permitir um encaixe de 2.600 milhões de euros ao Estado francês. Os títulos cotaram-se em 26,7 euros, ou seja 11,2 por cento acima dos 24 euros que os pequenos investidores pagaram por cada acção.

UE coopera com Guiné-Bissau

A União Europeia assinou na segunda-feira com o governo da Guiné-Bissau um documento de «estratégia e cooperação» que disponibiliza 62 milhões de euros na fragilizada economia guineense. Este acordo foi elaborado para uma execução em sete anos e o montante previsto, que pode ser ultrapassado «em determinadas condições», será destinado à consolidação do processo democrático e do Estado de direito. A reabilitação de infra-estruturas é igualmente apontada no texto do «Documento de Estratégia e Programa Indicativo para 2001-2007».

Este passo surge cerca de duas semanas depois de uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ter dado um «golpe» nas expectativas do governo de Alamaro Nhassé quanto à captação de fundos para investimento no país, alegando que as medidas exigidas para a diminuição do défice e o aumento das receitas públicas não foram implementadas.

A União Europeia veio preencher estes «vazios» deixado pelo FMI colocando num dos pontos do acordado a possibilidade de, «em determinadas condições», a Guiné-Bissau aceder a «recursos complementares» para fazer face a necessidades imprevistas, entre as quais a ajuda a iniciativas com vista à redução da dívida «adoptadas internacionalmente».

O documento prevê ainda outras possibilidades ao executivo de Nhassé para aumentar a captação de verbas, embora com limites definidos por aquilo que forem as «avaliações previstas no acordo de parceria que liga os Estados membros da União Europeia aos Estados do grupo ACP» (África, Caraíbas e Pacífico).

Igreja argentina contra FMI

O cardeal argentino Raul Primatesta aconselhou o presidente Eduardo Duhalde a não acatar as recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), por provocarem mais desemprego e pobreza.

«Acreditamos que os pedidos do FMI vão trazer mais fome, mais desemprego e mais recessão e também nenhum tipo de possibilidade de crescimento para a Argentina», disse o prelado em nota enviada na passada semana ao Chefe de Estado. Primatesta, que dirige a Comissão Episcopal da Pastoral Social, propôs, em troca, «uma forte aposta no trabalho e produção tendo por base as forças nacionais». Na nota «a título pessoal», Primatesta também recomendou ao Chefe de Estado que não «continue a endividar o país nem aceda às condições do FMI que implicam mais ajustamentos, e pelo contrário, aplique urgentes medidas sociais». Cerca de 4,5 milhões de argentinos encontram-se no desemprego e só têm conseguido trabalhos temporários.

Greve de fome nas prisões turcas

A greve de fome contra a detenção em isolamento reforçado nas prisões turcas fez, na segunda-feira, a 50.ª vítima, no hospital de Istambul, anunciou a Associação turca dos Direitos do Homem (IHD). A detida - presa por pertencer ao grupo clandestino Frente de Libertação do Povo Revolucionário (DHKP-C) - tinha sido hospitalizada para ser tratada mas não abandonou o protesto.

A greve de fome, iniciada em Outubro de 2000 por várias centenas de presos, e dirigida, segundo as autoridades, pela DHKP-C, é seguida também por simpatizantes do movimento fora das prisões.

Ramos Horta defende acesso aos mercados

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Ramos-Horta, defendeu, terça-feira, que um melhor acesso aos mercados mundiais é mais importante para as nações em desenvolvimento do que as ajudas financeiras. José Ramos-Horta, que falava numa iniciativa da Missão Austrália, uma organização não-governamental, denunciou a existência de medidas encapotadas de protecção ao comércio adoptadas pelas nações desenvolvidas, afirmando que se traduzem, na prática, em barreiras para os pequenos países. A menos de duas semanas das eleições presidenciais em Timor-Leste, Ramos-Horta advogou ainda o desenvolvimento de planos sociais e parcerias em iniciativas de comércio como forma de reconstruir e fortalecer as comunidades.

Parlamento aprova Lei de Amnistia para crimes de guerra que abrange todos os que se apresentem voluntariamente às autoridades

Angola a caminho da paz

O acordo de cessar-fogo entre o exército angolano e a UNITA é hoje oficialmente assinado, em Luanda, na presença do presidente José Eduardo dos Santos, da ONU e dos embaixadores dos países da *troika*.

Os generais Geraldo Satchipengo Nunda, das Forças Armadas Angolanas (FAA), e Geraldo Abreu «Kamorteiro», das forças militares da UNITA, assinaram sábado, no Luena, capital da província oriental angolana do Moxico, um memorando de entendimento prévio ao acordo de cessar-fogo, complementar ao Protocolo de Lusaca, de 1994.

A assinatura do acordo, que marca o início do cessar-

fogo em Angola, foi presenciado pelos membros da *troika*, composta por Portugal, Rússia e Estados Unidos da América e também da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (Gabão e Nigéria).

Depois de assinado o documento, o general «Kamorteiro» afirmou que assume o acordo, sob mandato expresso da Comissão de Gestão da UNITA, liderada pelo secretário-geral

do partido, Paulo Lukamba «Gato», na «profunda convicção de que trará a paz definitiva a Angola». «Quero proclamar diante dos angolanos, do mundo e da história que tudo será feito para o cumprir», acrescentou.

Por outro lado, o general Nunda, das FAA, afirmou que este acordo representa «o primeiro passo para erradicar de vez os malefícios da guerra, cabendo daqui em diante às partes honrar os compromissos». E acrescentou: «A convivência entre angolanos é possível, no respeito pelas diferenças, e discutimos aqui abertamente, sem constrangimentos.»

«Criámos uma clima de extensão e amizade que vai

permitir, com a implementação deste memorando, que haja forças armadas únicas para garantir a integridade territorial e a segurança das populações», frisou Nunda, acrescentando que «a missão é agora assegurar a paz».

Segundo o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas em Angola, Mussagy Jechande, que também assistiu em Luena à assinatura do memorando complementar ao protocolo de Lusaca, o cessar-fogo em Angola entra hoje em vigor.

tenham apresentado ou venham a apresentar-se voluntariamente às autoridades angolanas, até 45 dias após a entrada em vigor da lei.

A questão do prazo foi o assunto mais controverso durante a discussão plenária, com alguns deputados a entenderem ser diminuto o número de pessoas que o possam cumprir, por se encontrarem nas matas, por vezes com a saúde debilitada, ou estarem ausentes no estrangeiro.

O vice-ministro da Justiça, Manuel Aragão, recordou aos deputados de que esse tinha sido o prazo estabelecido e entendido como suficiente pelas delegações militares que conseguiram chegar a acordo no Luena e os parlamentares acabaram por votar a lei por unanimidade.

Questão suscitada também durante o debate foi a aplicação da Lei de Amnistia aos militares da FLEC-FLAC, já que estes não reconhecem Cabinda como território nacional. Mas nem essas dúvidas foram suficientes para suscitar reservas aos parlamentares, que votaram sobretudo pela urgência da lei de modo a não inviabilizar a assinatura do cessar-fogo.

Aprovada lei da amnistia

Os deputados da Assembleia Nacional aprovaram, terça-feira, por unanimidade, a Lei de Amnistia para os crimes de guerra e contra a segurança do Estado.

Nos termos da lei aprovada, que agora vai ser sujeita à promulgação pelo Presidente da República e publicada em Diário da República, «são amnistiados todos os crimes contra a segurança do Estado, cometidos no quadro do conflito armado angolano». São abrangidos pela medida os que se

As mentiras angolanas de Henry Kissinger

Os EUA justificaram com uma mentira a intervenção sul-africana em Angola, em 1975, alegando que estariam em território angolano vários milhares de soldados cubanos, concluiu um investigador da Universidade de Johns Hopkins.

De acordo com o professor Piero Gleijeses, Henry Kissinger, secretário de Estado do presidente Gerald Ford, mandou alterar os relatórios da CIA que revelavam que havia poucos cubanos em Angola, fazendo crer que um grande contingente de soldados de Havana estariam a ajudar o MPLA, quando, na realidade, os relatórios da CIA falavam em poucas dezenas de cubanos em território

angolano, «disfarçados de turistas».

Segundo Gleijeses, a mentira ordenada por Kissinger serviu de justificação aos sul-africanos para enviarem mercenários para Angola a partir do Sul, em Julho de 1975, e aos norte-americanos para iniciarem uma campanha secreta de apoio militar à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto.

Henry Kissinger afirmou na altura dos factos e nas suas memórias que os EUA tinham tomado conhecimento da invasão sul-africana a Angola duas semanas depois do ocorrido, estando já no terreno centenas ou milhares de cubanos, o que se demonstra ser falso atra-

vés dos documentos publicados no último livro de Gleijeses.

Os documentos secretos norte-americanos consultados por este especialista nas relações norte-americanas com o exterior provam que a invasão sul-africana de Angola, com o objectivo de apoiar a UNITA, foi feita com o conhecimento dos EUA e em coordenação com a ajuda norte-americana à FNLA.

Ainda de acordo com os documentos publicados no livro de Gleijeses, as tropas cubanas apenas chegaram a Angola em Novembro de 1975, depois do envio, em Outubro, de tropas regulares de Pretória para o território e quatro meses após o início da intervenção dos EUA e da África do Sul.



Julgamento no Ruanda

O julgamento de um dos máximos responsáveis militares pelo genocídio ruandês teve início terça-feira no Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), na cidade de Arusha, norte da Tanzânia.

Théoneste Bagosora, de 61 anos, ex-director do gabinete do ministro da Defesa ruandês, é considerado pelo Tribunal como a pessoa que assumiu «de facto» a direcção dos assuntos militares e políticos no Ruanda, após o assassinio do presidente hutu Juvenal Habyarimana, cujo avião foi derrubado a 6 de Abril de 1994. Detido a 9 de Março de 1996 nos Camarões e enviado para o centro de detenção de Arusha, em Janeiro de 1997, Bagosora é acusado de conspiração com intuito de genocídio, cumplicidade em genocídio e crimes contra a Humanidade por assassínios, extermínio e violação, entre outras acções.

Juntamente com Bagosora serão julgados Anatole Nsenyumva, 52 anos, ex-chefe de operações militares na prefeitura de Gisenyi, Aloys Ntabakuze, 48 anos, ex-comandante de batalhão do Exército ruandês, e Gratien Kabligi, chefe das Operações Militares do Comando Central do Exército.

Segundo o libelo acusatório, os quatro militares integravam um grupo que durante três anos planificou o extermínio da minoria tutsi para impedir que ameaçasse o domínio político da maioria hutu.

Os massacres de tutsi e hutu moderados começaram em 7 de Abril de 1994, após a morte em circunstâncias estranhas do presidente Habyarimana, cujo avião se despenhou quando se preparava para aterrar no aeroporto de Kigali, depois de ter assinado acordos para partilhar o poder entre hutus e tutsis.

Um relatório publicado recentemente pelo governo ruandês refere que mais de um milhão de homens, mulheres e crianças morreram durante os cem dias do massacre por extremistas hutus, tanto com armas tradicionais como com armas de fogo.

Criado em 1994 pelas Nações Unidas, o TPIR mantém detidas 60 das 75 pessoas acusadas, decorrendo actualmente o julgamento de 17 pessoas, agrupadas em sete processos. Até agora, este tribunal já emitiu oito sentenças de culpa e uma absolvição.

Israel ignora resolução da ONU no sentido de retirar dos territórios autónomos

Guerra aberta na Palestina

As tropas israelitas intensificam os ataques aos territórios palestinianos, usando como justificação os atentados dos extremistas árabes. As vítimas aumentam ao ritmo da destruição das cidades palestinianas.

Ao fecho da nossa edição, Ramallah, Tulkarm, Beit Jala e Belém estavam em poder das tropas israelitas. Nesta última cidade, cerca de 150 pessoas estavam bloqueadas na Basílica da Natividade. Ramallah é, desde sexta-feira, o centro da ofensiva israelita. Todos os edifícios à volta do escritório de Yasser Arafat foram destruídos. O governo de Ariel Sharon diz que o objectivo é forçar «suspeitos palestinianos de actividades terroristas» a abandonar os locais onde estarão refugiados.

Pouco se sabe da situação em que se encontra Yasser

Arafat: apenas que está isolado. Javier Solana, Alto Representante da União Europeia para a Política Externa, que foi impedido por Sharon de comunicar com o líder palestiniano, adiantou algumas informações anteontem, nomeadamente que o Arafat «não tem praticamente controlo sobre nada».

«Arafat é a autoridade de um pré-Estado, tem responsabilidades sobre as forças de segurança, mas não sobre grupos como o Hamas ou a Jihad Islâmica, que, no fundo, desejam o fim dele», afirmou o antigo secretário-geral da Nato. «Há um território ocupado, que

Grande parte do território autónomo está ocupado por Israel



O número real de vítimas deve ser elevado, dado que não se sabe quantas pessoas terão morrido sem assistência médica, devido ao bloqueio israelita



deve ser evacuado, e eu creio que uma operação de natureza militar não vai resolver o conflito. Pelo contrário, vai agravá-lo», considerou.

Esta opinião é, aliás, partilhada pela comunidade internacional (ver textos na página 18). Em desacordo estão apenas os Estados Unidos que, através do presidente George Bush, consideram que Arafat «pode fazer muito mais» para lutar contra o terrorismo. Quanto a Israel, aconselhou apenas a «que veja o que é mais conveniente para que se siga o caminho para a pacificação».

Estava agendado para ontem um encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe, tal como uma reunião de emergência da presidência espanhola da União Europeia. Ambos tinham como objectivo discutir o desenvolvimento dos acontecimentos.

ONU apela a Israel

Nestas reuniões, um dos pontos em cima da mesa terá sido a aplicação da resolução 1402 da ONU, aprovada na noite de sexta-feira pelo Conselho de Segurança, que exige um cessar-fogo imediato e a retirada completa das forças israelitas dos territórios palestinianos. A resolução foi aprovada por 14 votos a favor e na ausência da Síria, país que, no entanto, apela a um «substancial cessar-fogo». O documento contou, pois, com o voto do embaixador dos Estados Unidos, decisão rara visto condenar a acção do Estado hebraico.

Nos últimos dias, os territórios autónomos palestinianos transformaram-se em verdadeiros cenários de guerra. Na manhã de terça-feira, o Crescente Vermelho referia a existência de 20 mortos e de 60 feridos só em Ramallah, mas a organização admite que os números reais sejam mais elevados dado que não

se sabe quantas pessoas terão morrido sem assistência médica, devido ao bloqueio israelita.

As iniciativas de solidariedade não param de aumentar e o presidente palestiniano contactou directamente com uma delas no sábado, quando cerca de 40 pacifistas ocidentais conseguiram furar o bloqueio e entrar no seu gabinete formando um «escudo humano» para proteger Arafat das forças israelitas.

O gabinete de Arafat parece ser, de facto, o alvo do governo de Sharon, apesar da pressão internacional. Anteontem um ataque ao seu quartel-general provocou 30 mortos. O coronel palestiniano Yibril Rayub garante que, quando os cadáveres forem retirados, será evidente que nenhum deles faz parte do grupo de pessoas procuradas. Interrogado sobre a possibilidade de se renderem, Rayub respondeu: «Isso não faz parte da nossa cultura.»

Membros do Crescente Vermelho detidos

O presidente do Crescente Vermelho, Yunes al-Khatib, e nove funcionários desta organização foram detidos anteontem por soldados israelitas durante operações militares em Ramallah.

Segundo fontes palestinianas citadas pela agência Lusa, os membros do Crescente Vermelho seguiam numa coluna

de quatro ambulâncias, em missão de socorro a pessoas feridas em confrontos armados e a doentes que, devido ao recolher obrigatório imposto por Israel, estão impedidos de deslocar-se aos hospitais.

Fontes do Crescente Vermelho informaram ainda que nas 24 horas anteriores não tinham conseguido comunicar

com os escritórios da Cruz Vermelha em Genebra, que intercede junto das forças de ocupação para que o pessoal médico palestiniano possa cumprir as suas tarefas.

As autoridades militares israelitas acusam a resistência palestiniana de utilizar as ambulâncias para transportar militantes, armas e explosivos.

Lei da eutanásia entra em vigor

Na Holanda, a lei da eutanásia aprovada em Abril do ano passado, entrou segunda-feira em vigor. A lei da eutanásia passa a autorizar o suicídio clinicamente assistido, após um parecer favorável e unânime de uma comissão especializada criada para apreciar cada pedido. O órgão é composto pelo médico de família do solicitante, um jurista e um especialista em ética.

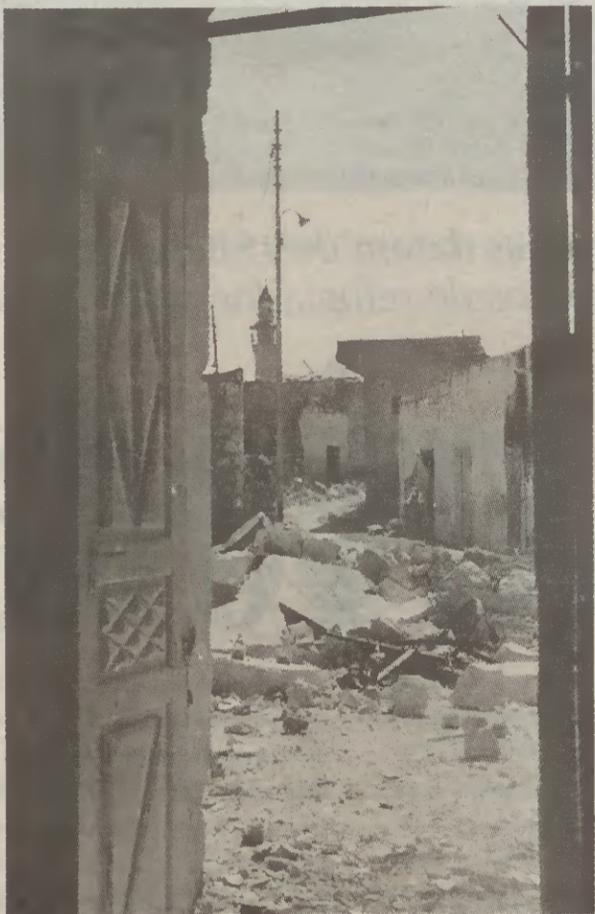
A implementação da lei da eutanásia exige dos médicos envolvidos o respeito por um rigoroso protocolo de documentação, que abrange o historial da doença do paciente, os nomes de pelo menos dois médicos e duas testemunhas presentes nos derradeiros minutos de vida. A lei obriga ainda os médicos a respeitarem sempre a vontade do paciente, pelo que a eutanásia só pode ser praticada em doentes que, após uma profunda reflexão sobre as opções que o esperam, escolham a morte antecipada clinicamente assistida.

Confrontos na Argélia

Um jovem manifestante foi morto na segunda-feira em Tizirt, cidade costeira situada 40 quilómetros a norte de Tizi Ouzou, capital da Cabília, elevando para sete o número de vítimas mortais desde o reacender dos confrontos naquela província argelina. Enquanto Tizi Ouzou, palco diário de incidentes desde o reinício da violência, a 12 de Março, viveu um dia de calma, Tizirt e Tadmait, capital da comuna limtrophe à «willaya» de Boumerdes, foram varridas por graves incidentes. Dos confrontos resultaram também vários feridos, entre os quais três em estado grave, segundo um balanço apresentado pelos jornais argelinos. A retirada da «gendarmérie» da Cabília é uma das exigências dos habitantes da província, maioritariamente berbere, desde o início da onda de violência que desde há um ano fez 60 mortos e 2 mil feridos, segundo as autoridades, e 107 mortos e 5 mil feridos, de acordo com a Coordenadora dos Comitês de Archs (tribos) e Aldeias (CADC).

Ataque no Paquistão

Duas pessoas morreram e cerca de 35 ficaram feridas durante um ataque com granadas junto a uma mesquita em Chaman, na fronteira com o Afeganistão, afirmaram terça-feira testemunhas e fontes de um hospital. «As pessoas juntaram-se do lado de fora da mesquita depois das orações, quando os agressores lançaram as granadas», descreveu uma testemunha. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo ataque, que ocorreu um dia depois da explosão de uma bomba numa área tribal no noroeste do Paquistão, perto da fronteira com o Afeganistão. A explosão matou um homem e feriu 12 pessoas.



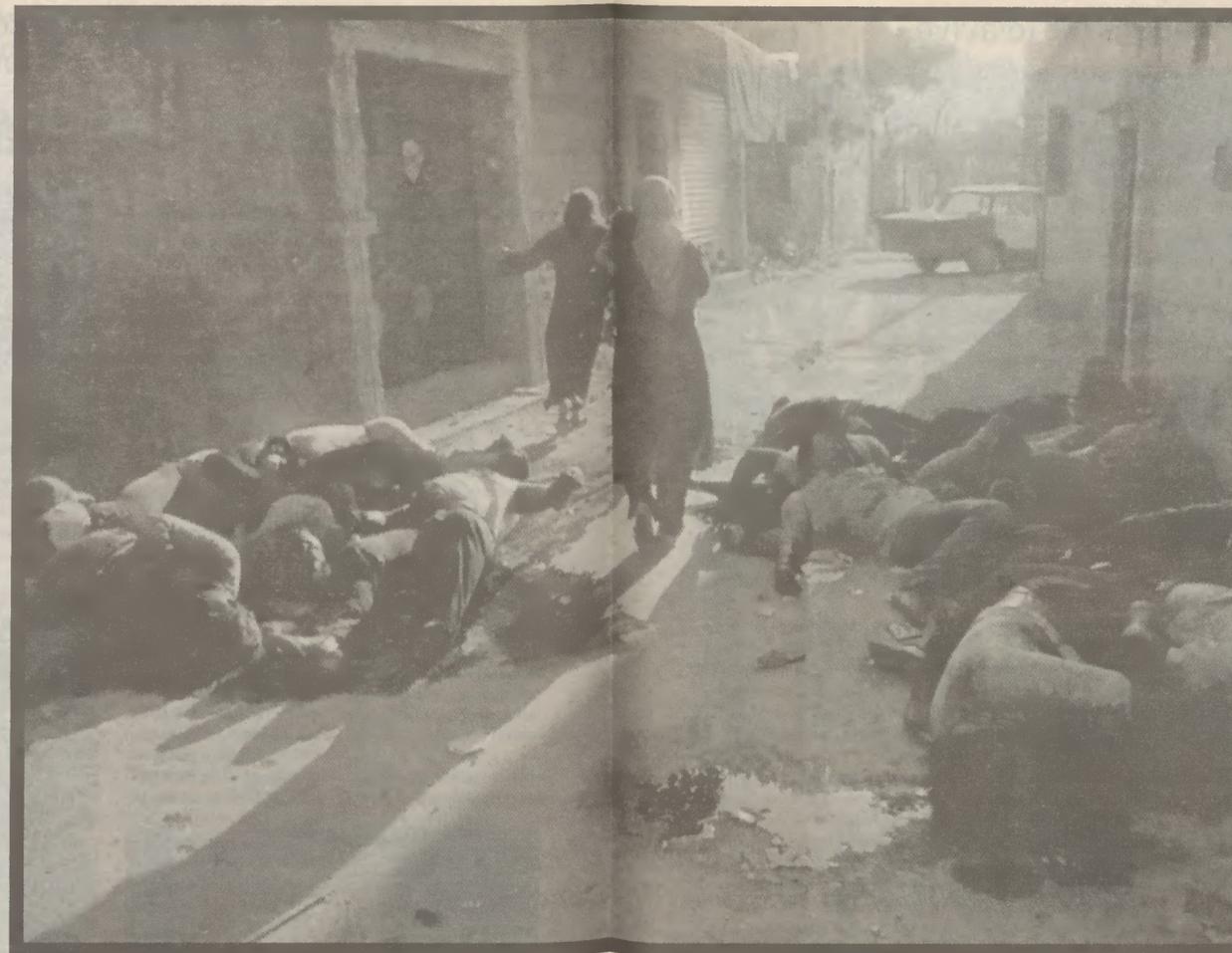
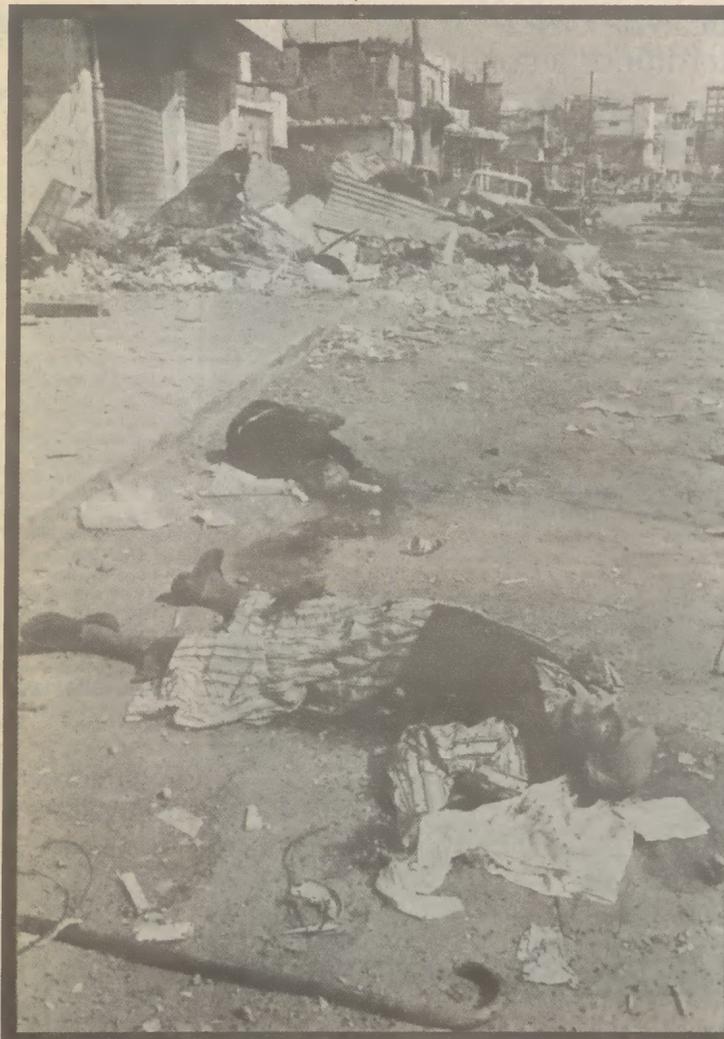
Anteontem, 30 pessoas morreram no ataque ao quartel-general de Yasser Arafat

Arafat recusa exílio

«Yasser Arafat não aceitará o exílio sob condição alguma», afirmou o ministro palestiniano da Governação Local, Saeb Erakat, anteontem em resposta à proposta do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, que disse que o líder palestiniano poderia sair dos seus escritórios em Ramallah mas «com um bilhete de ida, não de volta».

O governo de Telavive impôs mais duas condições para a saída de Arafat: a proposta teria de ser aprovada em reunião do executivo e os responsáveis da ANP que se encontram com o líder palestiniano não poderiam abandonar a cidade. Arafat poderia apenas ser acompanhado por um emissário europeu, que garantiria a sua partida.

Esta questão mostra que o governo israelita está dividido. Shimon Peres, ministro dos Negócios Estrangeiros hebraico, em entrevista à CNN, considerou que esta proposta se trata «apenas de uma especulação», excluindo a saída de Arafat nestas condições.



As fotografias datam de 1982 e ilustram os massacres israelitas de Sabra e Chatila por Israel sobre campos de refugiados palestinos. Hoje, 20 anos depois, as imagens repetem-se



Com o apoio do PCP, realizou-se, anteontem, uma vigília

de protesto junto da Embaixada de Israel, em Lisboa, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação. O PCP apela também à participação na manifestação que terá lugar em Lisboa, no dia 10 (quarta-feira), às 18h30 com concentração na Praça de Camões.

Solidariedade com a Palestina

O PCP lançou um apelo ao «povo português para que expresse o seu apoio à justa causa nacional palestina», num comunicado à imprensa, na terça-feira. «O PCP ergue uma vez mais a sua voz para exigir o fim imediato das

operações agressivas do governo israelita contra o povo palestino e a ANP, a retirada de Israel de todos os territórios ilegalmente ocupados e o respeito por todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU», lê-se na nota

do Secretariado do Comité Central. «O Governo português não pode deixar de tomar uma posição firme face a tão dramática e perigosa situação e de insistir no plano internacional, nomeadamente junto da União Europeia, para que

sejam adoptadas medidas que forcem Israel a conformar-se com o direito internacional e a abandonar a sua política de autêntico terrorismo de Estado», considera o PCP. «Surdo à indignação e à generalizada condenação

internacional, o governo de Ariel Sharon prossegue a sua criminosa escalada de guerra contra o povo palestino em luta pela sua pátria. O presidente da OLP e da Autoridade Nacional Palestiniana continua sitiado e sujeito a violentas pressões militares, políticas e psicológicas para que se submeta ao *diktat* do agressor. As operações militares e policiais alargam-se por todo o território, incluindo a cidade histórica de Belém, sujeitando as populações a brutais represálias. Multiplicam-se os testemunhos de violação dos direitos humanos mais elementares e de práticas que constituem autênticos crimes contra a humanidade», recorda o Secretariado.

palestina e de ataque às instalações da Autoridade Palestiniana em Ramallah com o sequestro de facto de Yasser Arafat». O PCP sublinha que esta acção «só pode contribuir para agravar a situação e acentuar uma incontrolável espiral de desespero e violência», considerando que a ofensiva representa «uma nova e extraordinariamente perigosa escalada na política agressiva de Ariel Sharon, que se tem expresso na recusa do cumprimento de todos os acordos firmados com a Autoridade Palestiniana e das principais resoluções da ONU, numa atitude que incontestavelmente tem sido favorecida pelas posições cúmplices da Administração norte-americana».

ocupação dos territórios palestinos e protejam os legítimos direitos do povo palestino. O PCP renova a sua activa solidariedade com a resistência e a luta palestinas e apela à opinião pública nacional para manifestar pelas mais diversas formas o protesto contra a política de agressão de Ariel Sharon e por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente que garanta os direitos nacionais do povo da Palestina.



Agressão criminosa

Há dias, José Saramago, no auge da campanha israelita em territórios palestinos, comparou a acção do exército de Telavive com o sofrimento infligido aos judeus no campo de concentração de Auschwitz, durante a II Guerra Mundial.

Estas declarações provocaram a indignação de muitos, mas o seu conteúdo não é inédito. Já Albert Einstein, prémio Nobel da Física, e Hannah Arendt, numa carta conjunta publicada pela *Newsweek Times*, em Dezembro de 1948, denunciavam que «o Herout, partido de Begin, é um reflexo dos aspectos mais destrutivos para a nossa época e para o Estado de Israel, recentemente criado. É um partido político que se assemelha muito aos partidos nazis e fascistas pela sua organização, filosofia e pela atracção que exerce sobre as massas».



Albert Einstein e José Saramago



Indignação

Já na sexta-feira o PCP havia expresso, em nota à imprensa, a sua «viva preocupação e forte indignação pela brutal ofensiva militar israelita de ocupação dos territórios sob administração

Manifestação na quarta-feira

Na próxima quarta-feira, dia 10, realiza-se, em Lisboa, uma manifestação pelo fim da violência do exército israelita. A concentração está marcada para as 18h30 na Praça de Camões. O PCP apela à participação de toda a população.

Líderes alertam para consequências dos ataques de Telavive

Contra a violência israelita

A comunidade internacional insurgiu-se contra o cerco imposto por Israel ao presidente palestino, exortando Telavive a aplicar a resolução da ONU que exige a retirada dos territórios palestinos ocupados.

O Conselho de Segurança da ONU advertiu este fim-de-semana que a destruição da Autoridade Nacional Palestina (ANP), presidida por Yasser Arafat, será contraproducente e terá consequências muito negativas para Israel.

«Destruir a Autoridade Palestina não vai trazer paz para Israel», disse o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em declarações apoiadas pelo embaixador norte-americano, James



Cunningham. «Pedimos ao governo de Sharon que meça as consequências dos seus actos. Arafat é o líder dos palestinos e a sua liderança será essencial em qualquer esforço para restabelecer a calma», afirmou Cunningham.

O director-geral da UNESCO escreveu uma carta a Sharon exigindo que sejam desenvolvidos todos os esforços para o estabelecimento de um cessar-fogo e que Israel volte à mesa das negociações com os palestinos. Na carta, o dirigente da Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura, o japonês Koichiro Matsuura, afirma que «uma paz duradoura não pode ser imposta pelas armas, mas sim por um regime político onde seja garantido o direito de israelitas e palestinos viverem em paz».

O embaixador da Noruega, presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Peter Kolby, considerou que «o bombardeamento israelita às cidades e instituições palestinas é inaceitável».

«Invasão bárbara»

O secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa, defendeu, no Cairo, a necessidade de um boicote a Israel na sequência da violência israelita. «A escalada nos territórios ocupados demonstra a recusa israelita da paz», acusou Moussa, que rejeitou, por outro lado, as teses segundo as quais «Israel exerce o seu direito à autodefesa», afirmando que isso é o que os palestinos estão a fazer.

Os 57 países membros da Organização da Conferência Islâmica pediram à ONU, na segunda-feira, que aprovem «sanções dissuasivas» contra Israel e que intervenha na Faixa de Gaza. A OCI acusa Israel de arrastar o Médio Oriente para a guerra e convida o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a União Europeia, os Estados Unidos e a Rússia a pressionarem o governo de Sharon a retirar as tropas dos territórios árabes.

No mesmo dia, a União Africana condenou Israel pela utilização da força contra os palestinos e pela «política de humilhação» contra Arafat. Amara Essy, secretário-geral da UA, afirmou que os governos africanos estão profundamente preocupados com a violência que pauta a acção israelita e exorta as duas partes em conflito a porem em prática o plano de paz saudita.

O ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Tang Jiaxuan, qualificou como uma «invasão bárbara» o ataque do exército israelita ao quartel-general de Arafat. «A China condena e opõe-se à invasão por Israel do território palestino e apela a Israel que pare imediatamente as acções militares e retire do território palestino», afirmou o ministro.

O emir do Qatar pressionou Washington a intervir «imediatamente» para pôr termo à «agressão» israelita e o rei Mohammed VI de Marrocos contestou o bloqueio imposto a Arafat, tendo telefonado a Ariel Sharon, para lhe pedir que restitua a liberdade de movimentos do líder palestino.



Negociações são a única solução

A Presidência da União Europeia, através do ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, fez um apelo a israelitas e palestinos para que apliquem a resolução da ONU e exortou os países árabes a acabarem com o terrorismo.

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, «nunca existiu uma necessidade maior do que agora de que as duas partes mostrem moderação». Jack Straw afirmou que a negociação é a única via para «um futuro pacífico para os cidadãos de Israel, para os palestinos e para a região».

O presidente francês, Jacques Chirac, declarou na cadeia de televisão TV5 que qualquer interrupção das capacidades de negociação do líder palestino «é um erro grave». «A segurança psíquica de Yasser Arafat está ameaçada. O cerco deve ser levantado», defendeu o Minis-

rio dos Negócios Estrangeiros francês. «Ele (Arafat) está privado de água, de víveres e de electricidade. Enquanto presidente da Autoridade Palestina, tem o direito de comunicar com o exterior e ter condições para exercer as suas responsabilidades», acrescenta.

O primeiro-ministro grego, Costas Simitis, exigiu que a UE reaja e garanta «imediatamente» a segurança de Arafat. «A UE, a comunidade internacional, a ONU e principalmente os Estados Unidos têm a responsabilidade histórica de reagir imediatamente», reclamou em comunicado.

A Suíça considerou que o cerco imposto pelas forças israelitas a Arafat coloca o presidente palestino numa situação «degradante». O Ministério dos Negócios Estrangeiros helvético declarou que apoia «plenamente» a resolução 1402.

Manifestações de protesto

Várias cidades europeias foram palco, na segunda-feira, de manifestações de protesto contra a violência israelita. Em Paris, centenas de pessoas responderam ao apelo da Associação Solidariedade França-Palestina e participaram numa concentração com o objectivo de pedir o envio imediato de uma força de protecção internacional para o terreno.

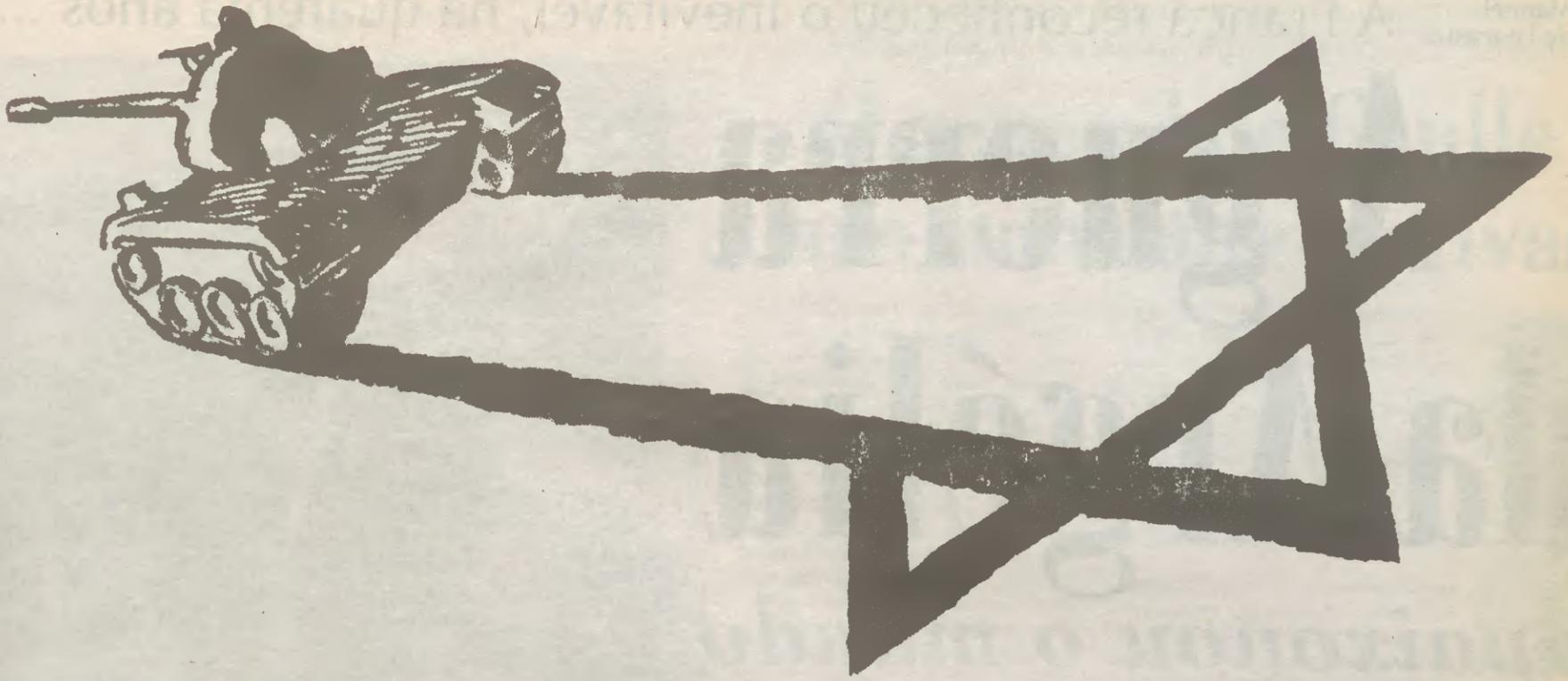
Na Alemanha, milhares de pessoas manifestaram-se em várias cidades contra a violência no Médio Oriente e contra a campanha dos EUA contra o terrorismo. O Governo de Berlim também foi visado devido à presença de tropas alemãs no Afeganistão.

Outras manifestações tiveram lugar em Bruxelas, em Atenas, em Roma e em Madrid.

Na Jordânia, a segunda-feira foi marcada por uma greve geral, manifestações e apelos ao boicote aos produtos norte-americanos e à guerra santa contra Israel. A greve - convocada pela oposição e por vários sindicatos - foi cumprida por centenas de milhares de pessoas.

No Líbano, cerca de dez mil pessoas manifestaram-se nas ruas de Trípoli, no domingo, pedindo ao governo que abra as fronteiras aos refugiados palestinos que queiram juntar-se à Intifada nos territórios ocupados.

«Ariel Sharon, homem sanguinário de Sabra e Chatila» foi uma das palavras de ordem mais ouvidas, numa alusão aos massacres cometidos nestes campos de refugiados palestinos em 1982.



A tentação judia da inocência

Quem como nós visitou recentemente a Cisjordânia pôde comprovar os métodos do Estado de Israel para submeter o povo palestino. A sua repressão é muito mais do que física; tem um forte conteúdo de humilhação, de vingança dirigida a ferir a dignidade, as emoções e o mundo espiritual palestino.

• **losu Perales***

Vimos em Hebrón como os soldados saqueavam lojas, atiravam as mercadorias para o meio da rua e lhes deitavam fogo. Vimos amontoados de pedras junto das estradas que levam ao deserto da Judeia, onde antes da chegada dos bulldozers dos ocupantes havia aldeias e povoações. Vimos como os soldados israelitas arrancaram os nomes das povoações palestinas, como para apagá-los do mapa e dizer «já não existem».

Vimos em Jerusalém como se impedem palestinos e árabes em geral de ter acesso à mesquita Al-Aqsa, o terceiro lugar sagrado para o Islão (a seguir a Meca e Medina). Vimos em pleno coração da cidade velha de Jerusalém a casa -desafiadora - que Ariel Sharon tomou como sua para afirmar arbitrariamente o domínio judeu sobre a cidade que foi sempre multicultural e multi-religiosa. Vimos e sofremos os inumeráveis controles militares que nos interrogam, nos registam, nos atemorizam, sempre com as armas apontando para nós.

Vimos cidades palestinas cercadas por tanques na primeira linha e por colonatos de judeus que dominam as alturas circundantes. Jericó rodeada por oito colonatos que vigiam uma população cativa em pleno deserto. Hebrón, cujo centro está ocupado por 400 colonos com o apoio de tanques israelitas, enquanto

120 000 palestinos estão condenados a não entrar no coração da que é a sua cidade. Gaza, faixa cercada por redes eléctricas e altos muros, onde 6000 colonos e 12 000 soldados dominam 40 por cento do território, enquanto um milhão e meio de palestinos vivem confinados nos restantes 60 por cento.

Factos são factos

Vimos o suficiente para afirmar que o Estado de Israel utiliza métodos que os nazis desenvolveram contra os judeus. Mas calamo-nos para não ferir susceptibilidades, para não parecermos exagerados. Mas factos são factos. As marcas que os soldados israelitas pintam nos braços dos palestinos nestes dias de razias comoveram o mundo. Mas sem marcas, já os métodos de repressão eram e são claramente filonazis. Como deixar de classificar assim o arrebatar indiscriminado de pessoas nos campos de refugiados, nas ruas, para uma vez detidas durante 96 horas sem assistência judicial decidir quais são culpadas e quais são postas em liberdade? Como qualificar as destruições de casas, deixando famílias sem lar, sob a acusação ou suspeita de que algum membro da família faz parte de um grupo de resistência?

Aspirando ao estatuto de eterna vítima o sionismo culpa o lado contrário até dos seus próprios estragos. A invocação dos males sofridos pelo povo judeu constitui a base de um discurso que pretende um passaporte de imunidade perpétua com o objectivo de exercer uma violência desapiadada, chamada defensiva, sobre os seus inimigos palestinos a quem considera «simplesmente árabes que têm o seu lugar natural na Jordânia». A questão é tão grave quanto delicada: com que razões pode o ocupante israelita ofender-se face à resistência do ocupado e pretender aparecer como vítima? É absolutamente inaceitável que enquanto em Conselho de Ministros se vote de mão no ar a comissão de assassinatos contra dirigentes palestinos, elevando a decisão à categoria de legítima represália, se demonize a violência palestina. Curiosamente o terrorismo é considerado uma arma dos fracos palestinos porque os fortes israelitas controlam o sistema doutrinário e o seu terror não conta como terror.

A vitimização israelita só fala consigo própria para dizer: «Temos razão, porque estamos sós numa região inimiga.» «Dado que sofremos tanto os embates do terrorismo palestino somos nós os únicos que podemos decidir o que é justo; nada nos pode ser negado.» A prévia desumanização do inimigo permite programar a maneira de o eliminar com a melhor consciência do mundo. Posição esta que alcança a máxima depravação

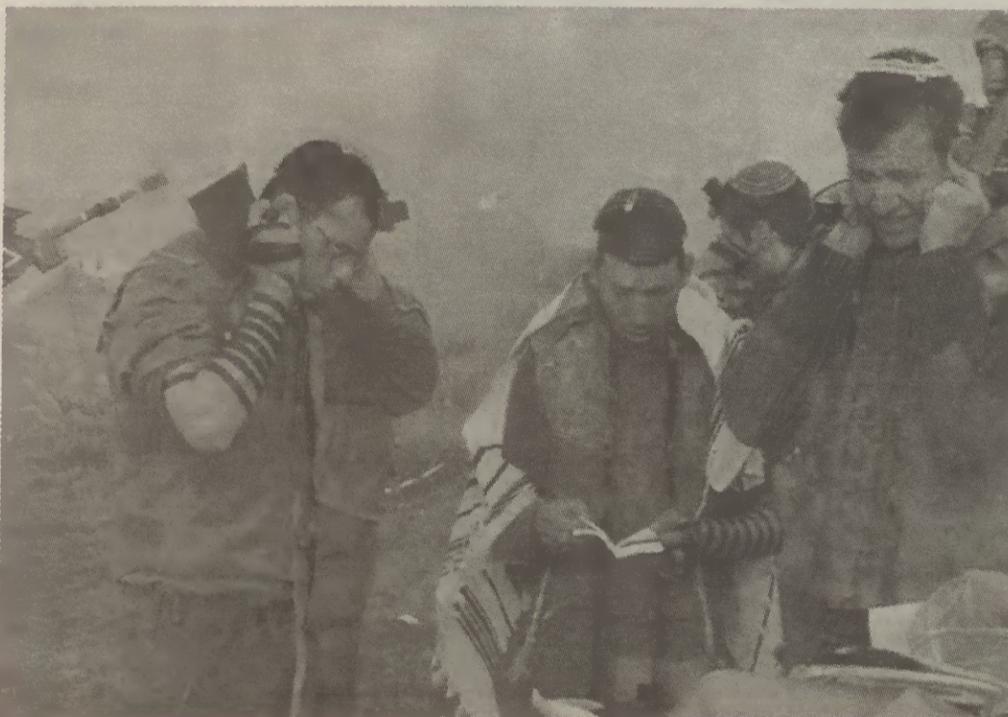
do que se declara inocente: «Decido, porque me convém, que sendo como somos os perseguidos da história temos o direito de matar com inocência.» A inocência transforma-se aqui num exercício cínico, violento, ilegítimo, oportunista.

O projecto sionista

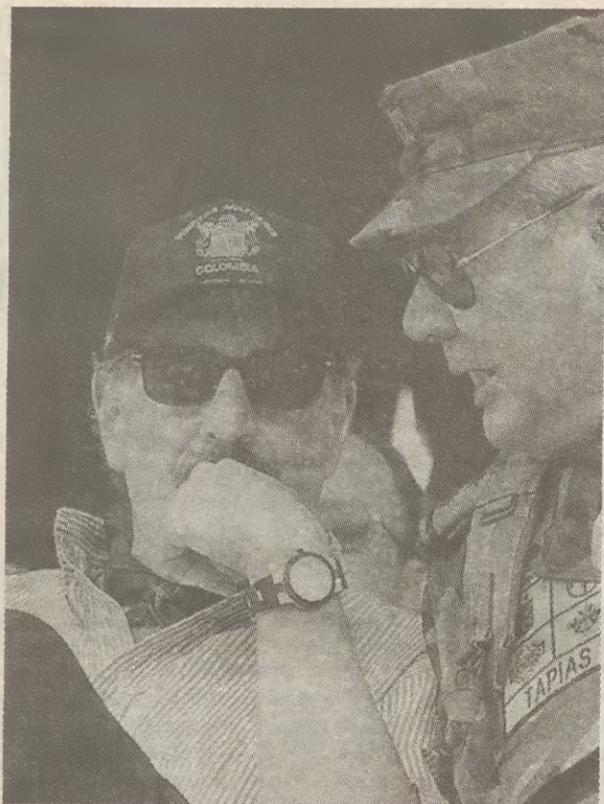
Por detrás da vitimização há na realidade um projecto sionista que, utilizando a história e o religioso como instrumentos, vem justificando a ocupação ilegal de territórios palestinos. São três os fundamentos: a) os judeus são um povo, muito mais do que uma comunidade religiosa (questão nacional); b) o anti-semitismo e a perseguição é um perigo latente para o povo judeu; e c) a Palestina (Eretz Israel) foi e continua a ser a terra do povo judeu. Israel não é pois o país dos israelitas mas o país dos judeus. Isto significa que a Israel pertencem todas as pessoas judias, independentemente do país em que vivam. Um judeu que vive em Buenos Aires tem mais direitos do que a população árabe que ficou a viver em Israel após a proclamação deste Estado. Desta lógica resulta a recusa israelita em reconhecer o direito de regressar à sua terra aos milhões de palestinos na diáspora. Nas escolas e no exército ensina-se a máxima de resgatar Israel, invocando o Antigo Testamento: isto é, alimenta-se a confiscação de terras, a conquista.

Convivemos com a loucura israelita sem que nenhuma potência faça nada de sério para fazer cumprir a Resolução 242 das Nações Unidas que obriga Israel a voltar para as suas fronteiras de 1967. Os EUA, seu grande apoiante, seu protector no Conselho de Segurança, parece desejar ultimamente uma resolução do conflito na base do reconhecimento de um Estado palestino, provavelmente assimétrico e com poderes limitados. Pode ser que a sua posição seja sincera ou que se trate de um simples estratagem para iniciar com maior comodidade o bombardeamento do Iraque. Esperemos que seja o primeiro caso. Mas, um Estado palestino, soberano e viável deverá reunir algumas condições básicas: um território contínuo na Cisjordânia com as fronteiras de 1967; a retirada de boa parte dos colonatos dos colonos judeus; a capital palestina em Jerusalém oriental; soberania em política externa e direito a ter o seu exército; uma solução satisfatória para o problema dos direitos dos refugiados; viabilidade em infra-estruturas e controlo sobre a água; fronteiras seguras para ambos os estados.

* Membro do Hirugarren Mundua ta Bakea, ONG que trabalha na Palestina.



● Miguel Urbano Rodrigues



A moral da direita na metamorfose de Pastraña

Nas eleições legislativas colombianas, o Partido Conservador, actualmente no Poder, sofreu uma derrota pesada. No Senado e na Câmara dos Representantes obteve os piores resultados da sua história secular. Poderia admitir-se que o seu grande rival foi o beneficiário desse desastre eleitoral. Mas tal não aconteceu. O Partido Liberal também foi duramente castigado nos comícios de Março.

O povo, pela primeira vez, pulverizou a votação, elegendo muitos candidatos que se apresentaram pelos restantes 74 partidos e movimentos com registo eleitoral. Não porque, com raríssimas excepções, lhe inspirem confiança. Puniu os dois partidos da mais antiga e reaccionária oligarquia da América Latina.

A abstenção, superior a 60 por cento, expressou o distanciamento popular de um sistema institucional totalmente desacreditado. É significativo que tenham sido anulados quase novecentos mil sufrágios. Cada boletim de voto continha 326 nomes, o que gerou uma confusão enorme.

Os analistas coincidem em Bogotá numa conclusão: o grande vencido foi o presidente Andres Pastraña. Ostentando ainda as insígnias do Poder, o actual chefe do Estado é já um cadáver político.

Porquê?

Pastraña, descendente de uma família orgulhosa dos seus pergaminhos — seu pai foi presidente da República —, elegeu-se desfraldando a bandeira da Paz. Transcorridos quatro anos, vai deixar a

Casa de Nariño empunhando o estandarte da guerra.

A sua candidatura não teve um bom começo. As sondagens atribuíam grande vantagem ao adversário — o liberal Horacio Serpa, que este ano concorre novamente — quando Pastraña, com surpresa geral, mudou o discurso, fazendo da conquista da Paz o objectivo prioritário da sua campanha.

O povo colombiano acompanhou com absorvente interesse o compromisso do candidato conservador e as iniciativas que o traduziram.

Pastraña entrou em contacto com as FARC-EP, encontrou-se com o comandante Manuel Marulanda e os contactos iniciais levaram a um desfecho que foi saudado com entusiasmo pela maioria do povo.

Pastraña comprometeu-se perante 40 milhões de colombianos a fazer tudo o que estivesse a seu alcance para aprofundar o diálogo com a principal força da insurgência, encaminhando-o para acordos que trouxessem ao país a paz.

O povo acreditou na sua palavra. Foi eleito em 1998.

Promessas e má-fé

As negociações foram morosas e difíceis. Mas terminaram com a assinatura de uma série de documentos que envolviam compromissos orientados para o objectivo que ambas as partes afirmavam perseguir: a busca da Paz e da justiça social.

No cumprimento do acordo firmado, foi criada a chamada Zona Desmilitarizada, uma área de 42 mil km², no Sude-

te do país, da qual o Executivo retirou todas as forças militares. Simultaneamente foi aprovada uma Agenda Comum cujos pontos sintetizavam aspirações e medidas de conteúdo democrático e progressista cuja concretização implicaria transformações revolucionárias na sociedade, abrindo portas ao advento de uma Nova Colômbia. Repetidas vezes o governo reconheceu que a Agenda resultara de um consenso.

Mas, desde o início, o processo de diálogo e Paz foi sabotado pelo Executivo sob pressões convergentes da oligarquia, das forças armadas e de Washington.

As conversações em Los Pozos, na Zona Desmilitarizada, foram interrompidas com frequência. Em cada situação, as FARC, com provas na mesa, acusaram o Governo de não honrar compromissos assumidos.

Invocando pretextos que variavam segundo as circunstâncias, o Alto Comissário para a Paz, representante do presidente, adiou sempre a discussão dos itens sociais e económicos da Agenda Comum. Ao governo apenas interessava impor uma trégua e o cessar-fogo. Obviamente as FARC não se deixaram envolver nas malhas da rede.

A prova mais transparente da má-fé do Executivo foi a política que conduziu ao Plano Colômbia. Enquanto simulava em Los Pozos estar empenhado na busca da Paz, o governo iniciava a aplicação de um Plano, imposto e financiado pelos EUA, concebido para combater as guerrilhas sob o disfarce da luta contra o narcotráfico. Das quatro versões, a redigida em inglês (não apresentada ao Congresso em Bogotá) foi a que prevaleceu.

É conhecida a estória dos crimes ecológicos e contra as populações cometidos no âmbito desse Plano imperial que envenenou rios da Amazônia, transformou em desertos terras férteis e lançou na miséria ou na emigração centenas de milhares de camponeses colombianos.

Simultaneamente, o Exército estimulava de múltiplas maneiras o paramilitarismo, ou seja, os bandos criminosos cuja acção é parte da política de Estado da oligarquia colombiana.

As regras do jogo explicam, entretanto, a política dúplice que o presidente da República desenvolvia.

Falar de paz e fazer a guerra

O mesmo homem que se dizia empenhado na procura da Paz criava as condições para o alastramento da guerra.

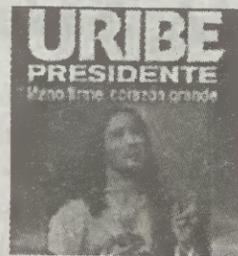
Ao longo do seu mandato vimos Andres Pastraña, sorridente, apertando a mão a Manuel Marulanda e dando-lhe palmadas no ombro; entretanto, noutros cenários implorava, entre abraços, a Clinton e a Bush, armas e dinheiro para fazer a guerra às FARC-EP.

Estive em Junho na Macarena quando, na presença dos embaixadores da Comissão Facilitadora, as FARC, em gesto unilateral, entregaram à Cruz Vermelha Internacional três centenas de militares e polícias que haviam aprisionado em combate.

Foi uma jornada que naquela remota região amazónica transcorreu em atmosfera de convívio, sendo óbvio que os diplomatas ali reunidos davam a



Sagrado Coração fascista



Manuel Marulanda e aos membros do Estado Maior Central das FARC o tratamento respeitoso a que como interlocutores políticos e militares reconheciam ter direito.

Em 19 e 20 de Janeiro pp., foi assinado um novo acordo que prorrogava até Abril a vigência da Zona Desmilitarizada.

Como se sabe o governo não honrou a palavra empenhada. Em Março, Pastraña, num discurso com estridências guerreiras, denunciou o acordo e as Forças Armadas, desrespeitando o prazo de 48 horas constante do texto, iniciaram quase imediatamente o bombardeamento de objectivos prefixados na ex-Zona Desmilitarizada.

Essa ofensiva, que envolveu mais de 15 mil homens, apoiados por dezenas de aviões e helicópteros, foi, militarmente, um fracasso. As FARC responderam com uma ofensiva de âmbito nacional que, segundo a própria imprensa de Bogotá, está a criar ao governo muitos e complexos problemas.

O comportamento de Pastraña após a ruptura do Processo de Paz é definidor da sua personalidade. Trocou imediatamente a máscara do pacifista pela do guerreiro. Na realidade ambas se lhe ajustam mal. A metamorfose instantânea reflecte aquilo que é: um pequeno político, sem carácter, manipulado por Washington e pela ultradireita militar.

O retrato

O seu retrato, como presidente e homem, aparece bem iluminado em três iniciativas que cito:

1. Pastraña pediu a George Bush que permita a utilização para fins militares de verbas do Plano Colômbia teoricamente destinadas a combater o narcotráfico. Obviamente Bush rejubilou; o Congresso também. O gesto do presi-

dente colombiano confirmou aquilo que as FARC sempre afirmaram sobre esse Plano como instrumento concebido para lutar contra a insurgência.

2. Pastraña informou que o seu Partido, o Conservador, apoiará doravante não a candidata que havia lançado, Noemi; mas Alvaro Uribe, o candidato da extrema direita, um político de oratória e programa de contornos fascistas, que mantém vínculos comprovados com os paramilitares. Uribe será provavelmente eleito porque dispõe de recursos colossais: é o homem de Bush.

3. Pastraña pôs a prémio a cabeça de Manuel Marulanda Velez e dos principais comandantes do Estado Maior Central das FARC. Mais de 400 mil dólares são oferecidos a quem assassinar ou permitir a prisão daquele que é hoje o mais lendário e admirado combatente guerrilheiro da América Latina. De uma semana para outra, o presidente Pastraña que, ainda em Janeiro, com um sorriso de bonomia e esperança, dava palmadas amistosas nos ombros de Marulanda, designa-o agora como assassino, bandoleiro, terrorista, narcotraficante.

É este o perfil ético do homem que o presidente George W. Bush aponta como «corajoso defensor da mais anti-democracia da América Latina».

Não é excessivo repetir que nas montanhas e selvas da Colômbia se trava uma luta em que as FARC se batem não apenas pelo seu povo, mas por toda a humanidade. A solidariedade com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia neste momento — em que aumenta também, com o apoio dos EUA, a ofensiva contra a Venezuela Bolivariana — é, mais ainda do que anteriormente, um dever militante para todos os homens e mulheres progressistas que rejeitam a ordem monstruosa que o imperialismo norte-americano tenta impor ao conjunto da humanidade.

O seu lema de campanha e a sua foto de cartaz dizem tudo: Uribe proclamou-se o novo Coração de Jesus e prepara-se para reinar nesta terra... de narcotraficantes, paramilitares e bandidos. Tal como o Coração de Jesus, Uribe coloca a mão direita no peito e olha para o céu, como se esperasse uma resposta divina, mas a verdade é que Uribe de sagrado coração não tem nada. Na verdade, é exactamente o contrário. Jesus Cristo proclamava uma mensagem de paz e não de guerra, e jamais se dispôs a armar um exército de um milhão de paramilitares como meio de «autodefesa».

Tendo em conta os antecedentes de Uribe, certamente que a sua mão firme não será usada contra os narcotraficantes e paramilitares, e a sua grandeza de coração não será exactamente para beneficiar os pobres. Para começar, já escolheu como vice-presidente um candidato que representa o creme e a nata da oligarquia colombiana. A sua passagem pela governação de Antioquia, onde deu luz verde às infames «Convivir», semente do paramilitarismo na Colômbia, é um indicativo do que se avizinha, não é necessário olhar para o céu para receber uma resposta divina e saber que o fascismo está a chegar ao Poder na Colômbia. A sociedade colombiana foi legitimando pouco a pouco o ilegítimo: o narcotráfico é respeitável, o paramilitarismo é tolerável, a corrupção é desejável e agora o fascismo é razoável.

O candidato Uribe, posando como se fosse o Sagrado Coração e com cara de «não fui eu», quer proclamar-se agora como o Divino Salvador da Colômbia, mas de Divino Salvador também não tem nada: é a expressão máxima de uma direita fascista que quer impor a sangue e fogo os interesses do capitalismo mundial e estrangeiro.

As falsas verdades

As falsas verdades repetem-se à direita e à esquerda: culpa-se as FARC pelo ascenso da direita na Colômbia e a verdade não poderia estar mais longe. Se, como admitiram as próprias Nações Unidas, 80 por cento da violência e dos crimes contra o povo colombiano são cometidos pelos paramilitares, não seria lógico que o povo estivesse cansado de quem é agora o seu maior inimigo e votasse contra o seu projecto político? No entanto, graças à manipulação da grande imprensa e dos meios de comunicação, apontaram ao povo uma falsa doença e um falso remédio: a doença é a esquerda e o remédio a direita fascista. Dizem que é necessário um governo firme para lidar com a esquerda, mas onde está a firmeza para lidar com o paramilitarismo responsável pelos 80 por cento dos crimes? E se tivermos em conta que este paramilitarismo é agora um narcoparamilitarismo, então ficaremos a saber quem vai mandar na Colômbia abertamente, embora já antes o fizesse de forma encoberta.

O ascenso da direita fascista na Colômbia é um projecto que tem mais de 50 anos de gestação, desde que as oligarquias mataram Gaitán, e obedece actualmente ao ascenso da sua progenitora norte-americana, a extrema-direita religiosa, com George W. Bush à cabeça, que chegou à presidência do seu próprio país através de um golpe de Estado judi-

cial. O lema de campanha de Bush — «conservadorismo compassivo» — parece ter sido adoptado pela campanha de Uribe com a sua «mão firme» e «coração grande». Tal como as palavras de Bush, que uma vez chegou ao Poder deitou fora a compaixão, as palavras de Uribe converter-se-ão também naquilo que são: um lema eleitoral que se despojará do que não convém uma vez que se obtenha o objectivo político. Tanto os Estados Unidos como a Colômbia têm uma democracia pervertida, se é que a farsa eleitoral onde os vencedores são escolhidos de antemão se pode chamar democracia.

Um sistema sem máscara

As experiências fascistas ao longo da história apenas deixaram morte e miséria. Os governos fascistas que foram derrotados na Segunda Guerra Mundial renasceram no mundo graças ao apadrihamento dos EUA. O fascismo é agora uma arma política que os Estados Unidos aplicam segundo os seus interesses de momento. Fascismo na Indonésia e dois milhões de mortos; fascismo no Chile e na Argentina e milhares de mortos, torturados e desaparecidos; fascismo por meio de golpes de Estado ou por meio de eleições «livres», fascismo anunciado pelos meios de comunicação, que o apregoam como a única saída do caos reinante que os próprios sistemas neoliberais de rapina e exploração criaram. Curiosamente, o sistema capitalista cria a doença e oferece o remédio. O problema é que a doença não é a que dizem, nem o remédio serve para curar o problema mas sim para agravá-lo.

No meio do caos reinante, surge a figura messiânica de Álvaro Uribe, que sem ainda ter proposto nenhum programa de governo já tinha assegurados mais de 50 por cento dos votos dos colombianos. Se isto não é manipulação massiva, que outro nome lhe havemos de chamar? O projecto fascista de extermínio da oposição pensante tem avançado na Colômbia graças ao narcotráfico e ao paramilitarismo e estes dois aumentaram na medida em que os Estados Unidos enterraram mais as suas garras na debilitada classe dominante colombiana. O fascismo não é uma prova de força mas de debilidade de um sistema que tira a máscara para fazer abertamente o que antes fazia de forma encoberta.

Por mais que o fascismo na Colômbia se disfarce de Sagrado Coração, continuará a ser o que é: um fascismo ordinário ao estilo colombiano, um reino deste mundo para narcotraficantes e paramilitares e um extermínio total de todos aqueles que se atrevam a discordar, denunciar ou combater este corrupto estado de coisas. Há que ter presente: Jesus Cristo não estava ao lado dos poderosos e um império estrangeiro pôs-lhe a cabeça a prémio, para finalmente cair vítima dos esquadrões da morte da época. Se Cristo tivesse nascido na Colômbia, seguramente já estaria no exílio ou teria sido assassinado por ter ideias «subversivas».

Os romanos acusaram, inclusive, Cristo de ser um subversivo que tentava sublevar o povo contra o poder romano. É que a dignidade e a liberdade e a luta contra a opressão sempre foram e serão ideias subversivas para as classes dominantes de agora ou de há dois mil anos.



• Miguel Urbano Rodrigues

Tenochtitlan

e o sonho do estado universal

Ao visitar o México pela primeira vez no início dos anos 70, a minha imaginação tomou voo na contemplação das maquetas de Tenochtitlan.

Sabia que a cidade dos aztecas fora diferente daquilo. Os arqueólogos e historiadores iam até ao limite do possível. Recriavam uma aproximação, inspirados pelos relatos de Cortéz e de Bernal Díaz del Castillo.

Eu lera e relera as «Cartas de Relação» do primeiro e a «História da Conquista da Nova Espanha» do segundo e conhecia alguma coisa dos antigos códices mexicanos.

Mas a visão das miniaturas dos templos na grande praça sagrada era suficiente para me fazer voltar pelos caminhos da imaginação aos anos trágicos da conquista espanhola.

Pormenor do Templo de Quetzalcoatl



Recordo que nessa primeira visita não havia ruínas nas imediações do Zocalo. A localização exacta dos antigos palácios e templos destruídos pelos invasores europeus era desconhecida.

Achados ocasionais traziam a certeza de que um património monumental e artístico inapreciável se encontrava soterrado no coração do centro histórico, sob edifícios da época colonial.

Mas somente em 1978, um acontecimento cuja notícia correu pelo mundo da arqueologia levou o governo a tomar uma decisão que fez ressurgir parcelas de Tenochtitlan, abrindo novas perspectivas ao conhecimento da história e da cultura dos antigos mexicanos. Operários da companhia de Electricidade localizaram durante trabalhos de rotina o monólito circular de Coyolxauhqui, a deusa da lua. Pude admirar agora a famosa divindade esquarterada, no seu deslumbrante disco de pedra que, pela perfeição e pela criatividade, traz à memória obras-primas da escultura clássica grega.

Foi o presidente Lopez Portillo quem aprovou o ambicioso Projecto Templo Mayor. A terra abriu-se e sob ela foram emergindo, muito perto do conjunto da Catedral e do Sagrário e da Praça do Zocalo, estruturas do edifício símbolo da cosmogonia e do poder do império azteca.

As modernas técnicas arqueológicas revelaram a existência de diferentes templos sobrepostos ao longo de mais de 130 anos, em etapas que sucessivamente, preservando as anteriores construções, foram dando a cada novo edifício a dimensão que expressava a ânsia de grandeza de um Estado cuja ambição era ilimitada. Hoje podemos observar altares que eram invisíveis à data da chegada dos espanhóis.

O museu, fascinante, apareceu-me como o complemento natural da prodigiosa recuperação das escadarias, muralhas, e altares do Templo e das salas da ordem militar dos Águias.

Janela sobre a história

Não foi fácil situar-me. Em pleno centro da maior cidade do mundo, descobria um campo arqueológico recentíssimo que revelava segredos de uma grande civilização pré-colombiana. Sendo antigo, tudo ali tinha o toque do novo, por descoberto há poucos anos.

As esculturas, de pedra ou argila, do panteão de deuses de Tenochtitlan impressionam pela harmonia e força. As oferendas comoveram-me. Nas sepulturas encontradas apareceram objectos, jóias, tecidos, sementes e ossos de aves e mamíferos, de peixes petrificados que abrem clarões sobre a vida quotidiana dos antigos mexicanos. Um alentejano de Moura como eu senti os aztecas mais próximos - um simples exemplo - ao saber que eles comiam beldroegas muito antes de nós.

Percorrendo as pontes de madeira que abraçam os paredões de pedras vulcânicas do Templo Mayor não consegui, uma vez mais, resistir à tentação de imaginar reacções e pensamentos de interlocutores tão diferentes como eram

os capitães e soldados da Espanha renascentista e os príncipes e guerreiros mexicanos quando em 1519 se encontraram pela primeira vez em Tenochtitlan.

Aquelas ruínas eram parte de um Templo cuja beleza ofuscava, no dia em que Hernan Cortéz subiu as escadarias e, dirigindo-se a Moctezuma, falou com desprezo dos seus deuses, chamando-lhes ídolos. Ofendeu, sugerindo que nos altares fosse colocada uma imagem da Virgem, mãe de Jesus. Poucas semanas depois, Pedro de Alvarado destruiu os altares, incendiou os deuses e fê-los rolar pelas escadarias. O povo, em insurreição espontânea, expulsou os espanhóis na famosa «noche triste», matando em combate mil dos mil e quinhentos soldados do exército invasor.

O diálogo era de surdos. Mas os espanhóis tinham canhões, arcabuzes, cavalos e espadas de aço; os mexicanos apenas arcos, flechas e espadas de obsidiana. Cortéz voltou com reforços e cercou Tenochtitlan isolada do mundo pela sua laguna.

Os sacrifícios humanos eram para os aztecas o preço da continuidade da vida. Sem eles o sol deixaria de iluminar a terra e o mundo acabaria.

Bernal Díaz descreve admiravelmente a sua sensação de desespero e agonia ao assistir de longe ao ritual da morte dos companheiros no altar de Huitzilopochtli, após um combate nas calçadas de acesso à capital em que haviam caído prisioneiros.

A cinco séculos de distância é possível, contudo, compreender o que sentiam os mais fracos ao defenderem a sua cidade, conquistada casa a casa, palácio a palácio. Da gigantesca Tenochtitlan - então a maior e mais povoada cidade do mundo depois da Constantinopla turca - sobram dois palácios, montões de entulho e 15 mil sobreviventes. Foi o maior e mais cruel genocídio de sempre, antes dos modernos, cometidos por Hitler e, posteriormente, pelos norte-americanos em Hiroshima e Nagasaki, e agora no Afeganistão.

Cuauhtemoc e Cortéz

As escavações arrancaram do ventre da terra um património histórico fabuloso. Gerações sucessivas caminharam durante séculos pelas ruas que cobriam as ruínas que eu tive agora o privilégio de contemplar. Muita gente, descendente de espanhóis e aztecas, viveu, amou e sofreu em casas edificadas sobre o Templo Mayor, sem ter sequer ideia do tesouro cultural soterrado no lugar.

Prospecções arqueológicas revelaram a existência sob a catedral e o Palácio Nacional, jóias da arquitectura colonial, de outras ruínas, as dos templos do Sol e de Quetzalcoatl, dos edifícios do jogo da pelota e do colégio dos nobres. Esses vestígios são irrecuperáveis. Permanecerão soterrados porque as escavações exigiriam a destruição dos dois monumentos mais belos da cidade contemporânea.

Recordo essa evidência porque ela facilita a compreensão de sentimentos

contraditórios. A meditação nas ruínas de Tenochtitlan é simultaneamente um acto de encantamento e de dor. Ela nos permite entrar pelo passado e ver o que se imaginava desaparecido, e nos proíbe rever outras maravilhas sepultadas cuja recuperação implicaria a morte da catedral e do palácio mais imponente da América.

Abraçando com o olhar os belíssimos edifícios do Zocalo - a maior praça do Continente - meditava no dilema que desespera os arquitectos mexicanos. De alguma maneira ele se apresenta como inseparável da grande contradição que está presente na caminhada do povo mestiço do México, filho de duas culturas que não se fundiram ainda, transcorridos cinco séculos da Conquista e do genocídio.

É uma contradição sofrida e explosiva, mas que escapa a quantos não conhecem bem o México. O holocausto de Tenochtitlan deixou na memória colectiva feridas não cicatrizadas. O México não é, ao contrário do Brasil e de Cuba, um «país importado». Independentemente da origem predominantemente índia ou espanhola, todo o mexicano se vê como cidadão de uma terra conquistada, herdeiro de uma cultura assassinada. Creio que ninguém desceu tão fundo na interpretação desse sentimento como Octavio Paz no seu «Labirinto da Solidão», um ensaio luminosamente inteligente.

A profusão de monumentos que enaltecem Cuahemotl, em contraste com a raridade de pedras ou bronzes que recordam Cortéz, são expressivas da antinomia de atitudes perante o herói nacional e o invasor estrangeiro.

A arrogância azteca

As horas de sonho e reflexão passadas entre as ruínas do Templo Maior da mágica capital dos antigos mexicanos tornaram para mim obrigatório visitar em Chapultepec as salas do Museu de Antropologia, que continua a aparecer-me como paradigma de instituições do género, concebidas para que ao longo do tempo grandes culturas desaparecidas possam ser sentidas, compreendidas, quase tocadas por visitantes de diferentíssimas culturas modernas.

Eu tinha a certeza antecipada de que iria redescobrir ali facetas novas da história e do génio criador dos povos da Mesoamerica. Mas ao rever peças conhecidas, ao ser reabsorvido pela atmosfera de esplendor do grande museu, não esperava que a retomada da intimidade com a história profunda dos antigos mexicanos me colocasse com força de revelação perante atitudes que, de repente, me trouxeram a sensação estranha de que o presente repete sempre o passado na ambição dos homens.

Esse choque abalou-me ao ler inscrições extraídas de antigos poemas dos aztecas, no auge do poderio de Tenochtitlan, glorificando a superioridade da sua cidade-império. São belos esses textos. Mas assustam, provocam também um sentimento de angústia. Aparece plasmada neles uma ambição ili-

mitada, uma fome de dominação agressiva. O mito do estado universal e, portanto, da sociedade imperial perpétua, de um povo eleito e de povos vassalos, inferiores, costuma ser associado ao macedónio Alexandre. Mas não me parece correcto ligar o projecto a referências temporais e geográficas. Foi retomado por Roma, pelo Mongol Gengis Khan, por Napoleão, em certa medida pela Inglaterra vitoriana e encontrou uma expressão aberrante na megalomania delirante do Reich hitleriano.

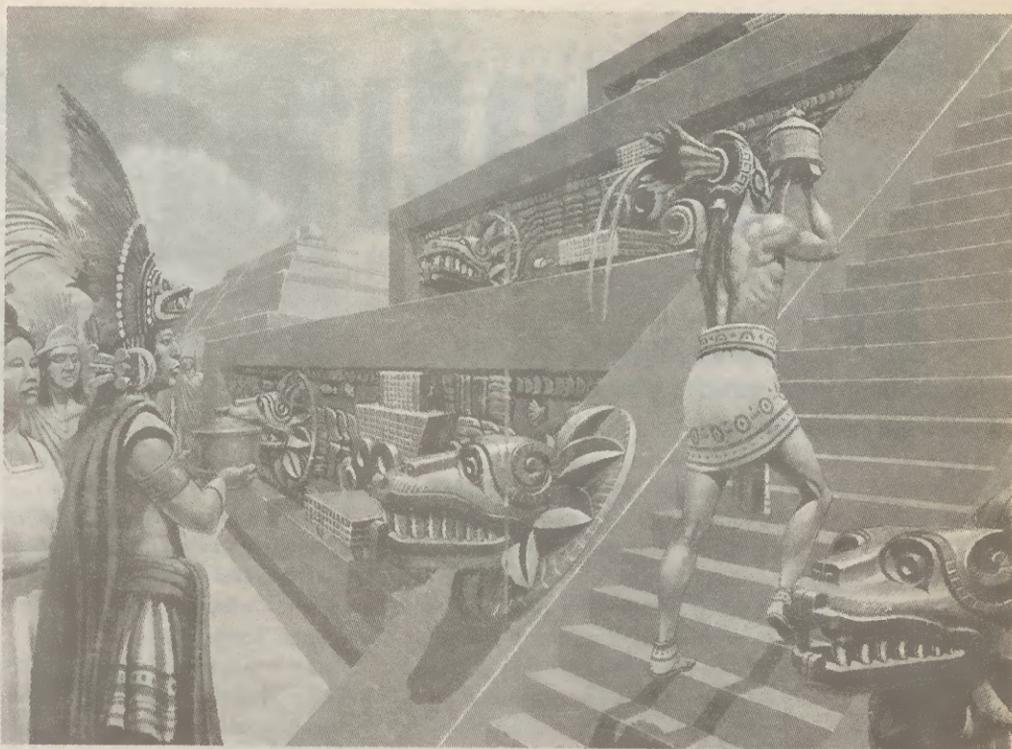
Tenochtitlan, ao assumir-se como império em expansão, também fez seu o projecto do estado universal. Os governantes da grande cidade não tinham noção das fronteiras do mundo. Mas actuavam como centro daquele que conheciam, convictos de que não havia forças capazes de impedir que submetessem todos os povos da periferia.

As referências à sua invencibilidade, nos cânticos entoados à glória e à cultura de Mexico-Tenochtitlan, estão impregnadas de arrogância e irracionalidade.

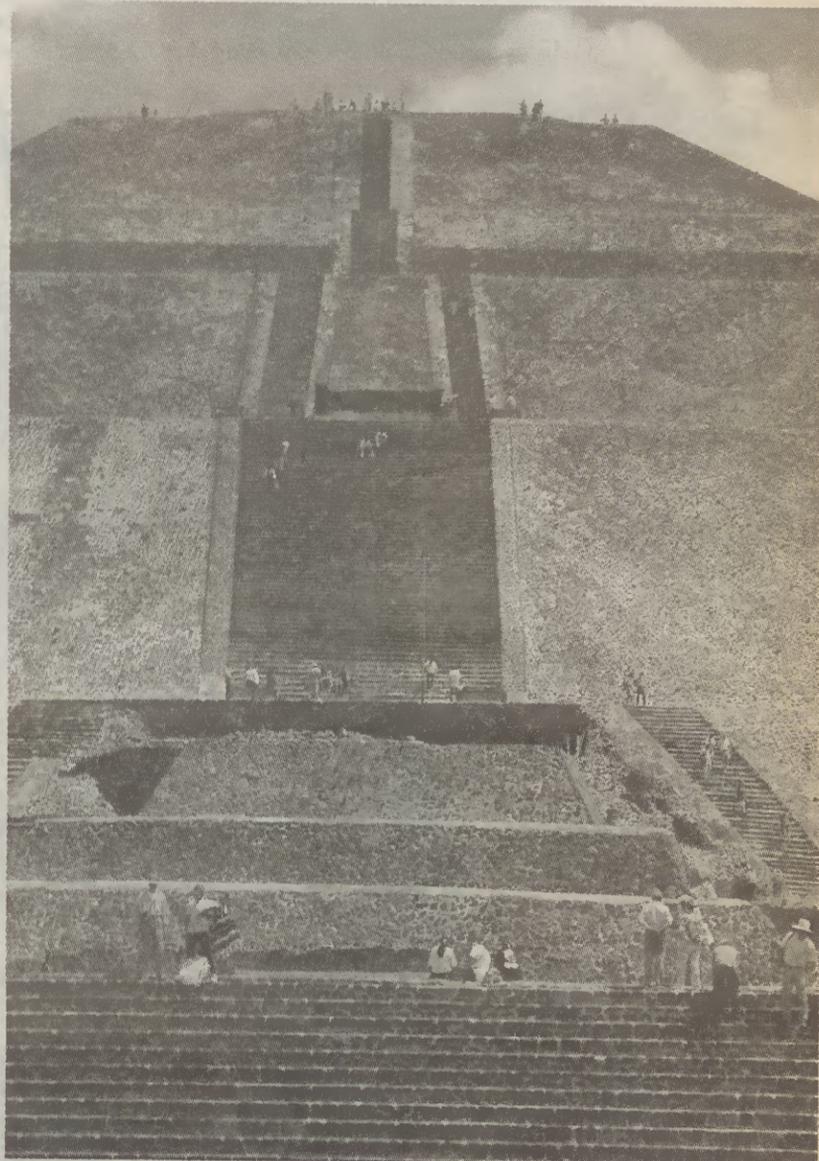
O que lhes aparecia como eterno era, afinal, efémero. A chegada de Cortéz iria transformar em ruínas a capital do império universal.

Recordo que ao atravessar o grande pórtico do Museu de Antropologia, uma camarada argentina que me acompanhara na visita e no descobrimento das ruínas do Templo Maior, comentou os poemas aztecas alusivos ao estado universal. A nossa reacção foi instantânea e simultânea. Ambos pensamos no monstruoso sonho imperial do sistema de poder dos EUA no limiar da crise de civilização que vivemos. Ambos registamos que o projecto desafiador e irracional encontra hoje, neste prólogo da idade espacial, o seu porta-voz num político medíocre e primário.

E concluímos que o novo e louco sonho do estado universal, materializado numa ditadura militar planetária, terá o mesmo destino dos anteriores. Será derrotado pela luta dos povos.



Da gigantesca Tenochtitlan sobram dois palácios e 15 mil sobreviventes. Foi o maior genocídio de sempre, antes dos tempos modernos



• Eduardo Galeano

Contratoféus

Diante da febre de premiações, o escritor uruguaio propõe galardões às Mãos Limpas, à Honestidade Involuntária, à Impunidade do Poder e a muitos outros.

Apesar dos terroristas que nascem com certa frequência nas suas sagradas areias, a Arábia Saudita é o principal bastião do Ocidente no Médio Oriente.

Uma monarquia democrática: cada dia vende aos Estados Unidos um milhão e meio de barris de petróleo, a preço baixo, e cada dia lhe compra armas, a preço alto, por 10 milhões de dólares.

Uma monarquia que ama a liberdade: proíbe os partidos políticos e os sindi-

catos, decapita ou mutila seus prisioneiros no estilo talibã e não permite que as mulheres conduzam automóveis, nem que viajem sem permissão do marido ou do papá.

Desde Maio de 2000, a Arábia Saudita é membro da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Este reconhecimento internacional aos méritos da Arábia Saudita, que tanto faz pelos direitos humanos dos seus 5 mil príncipes, anima-me a propor outras recompensas.

Poder-se-ia, por exemplo, conceder a **Taça Mundial da Democracia Representativa** à empresa petrolífera Unocal, dos Estados Unidos. Antes de conseguir emprego como presidente do Afeganistão, o elegante Hamid

Karzai trabalhava para a empresa, e o mesmo fazia Zalmay Khalilzad, que agora é delegado do governo de Washington em Cabul. A chuva de mísseis que varreu a tirania dos talibãs abriu o caminho à democracia representativa dos representantes de Unocal, que já começam a concretizar seu velho projecto: o gasoduto que permitirá o escoamento para o Ocidente do gás do mar Cáspio, através do território afegão.

Soma e segue

Numerosos candidatos teria, naturalmente, o galardão latino-americano para as **Mãos Limpas**.

Num final cabeça a cabeça: muitos são os governantes que cobraram caro os serviços prestados aos seus países, nestes últimos anos da grande rifa das privatizações.

A Raúl Salinas, irmão daquele que foi presidente do México, chamavam «senhor Quinze por Cento». Carlos Menem criou uma Secretaria de Assuntos Especiais, para tornar efectivas as suas comissões. O filho do presidente equatoriano Abdalá Bucaram fez uma festa para celebrar seu primeiro milhão. Com o que se encontrou numa das contas de Vladimiro Montesinos, braço direito do presidente peruano Fujimori, podia-se ter construído 500 escolas.

Enquanto foi presidente do município de Manágua e presidente da Nicarágua, Arnoldo Alemán, que vale o seu peso em ouro, aumentou sua fortuna de 26 mil dólares para 250 milhões, segundo denunciou seu embaixador junto à União Europeia, que bem lhe conhece os negócios. Seria para chegar a isto que Ronald Reagan sangrou em longa guerra um dos países mais pobres do mundo?

Também me atrevo a sugerir que se distinga a empresa Daimler-Chrysler com o **troféu da Responsabilidade Social**.

No ano passado, no Fórum de Davos, que é algo como o Fórum de Porto Alegre ao contrário, um dirigente da Daimler-Chrysler pronunciou o discurso mais aplaudido. Jürgen Shrempp emocionou a concorrência exortando a assumir «a responsabilidade social das empresas no mundo de hoje». De hoje, disse. No dia seguinte, sua empresa despediu 26 mil trabalhadores.

Vale tudo

A fim de continuar com as felicitações, creio que George W. Bush merece um **Prémio à Honestidade Involuntária**.

Como se sabe, o presidente da humanidade tem alguns problemas com a boca. Apesar dos conselhos da sua mamã, às vezes esquece-se de mastigar antes de engolir, e engasga-se com um pretzel marca Enron. É frequentemente enreda-se nas palavras que diz, e então diz o que deveras pensa.

Suas dificuldades de expressão actuam ao serviço da verdade. Em 2 de Março do ano passado, para dar um exemplo, Bush declarou: «Quero comunicar esta equívoca mensagem ao mundo: há que abrir os mercados.»

Equívoca mensagem, como disse muito bem. Nos Estados Unidos, mer-

cado fechado, multiplicaram-se por sete os subsídios agrícolas nos últimos cinco anos. E enquanto isso, nos países do sul do mundo, mercados abertos, milhões e milhões de camponeses foram condenados a viver como o caracol, que pode passar um ano sem comer.

O **prémio à Impunidade do Poder** teria que ir para a revista Newsweek.

Um par de meses depois da queda das Torres, a revista publicou um artigo do seu jornalista-estrela, Jonathan Alter, que sem papas na língua recomenda a tortura. O jornalista tem o mérito de desenvolver as ideias do presidente Bush, que nos seus discursos havia avisado: a partir de agora, vale tudo. Segundo o artigo, a tortura é o método mais adequado para fazer frente ao inimigo nos tempos que se avizinham.

O jornalista não o diz, porque isso não se diz, mas a guerra contra Satã e a guerra contra o terrorismo não têm nada de inovador como pretextos para exercer o terrorismo de Estado. Desde os verdugos da Inquisição até os militares que aprenderam a torturar na School of Americas, sabe-se que a tortura não é muito eficaz para arrancar informação, mas é eficientíssima para disseminar o medo.

Outros méritos

O **prémio ao Dinamismo da Economia** teria que ser atribuído, parece-me, à indústria do medo.

Agora que se privatiza tudo, também se privatiza a ordem. A delinquência cresce e assusta. No Brasil, por exemplo, as empresas privadas de segurança constituem um exército cinco vezes mais numeroso do que as forças armadas. Somando os empregados legais e os ilegais, chegam ao milhão e meio.

Este é o sector mais dinâmico da economia no país mais injusto do mundo. Uma implacável cadeia produtiva: o Brasil produz injustiça que produz violência que produz medo que produz trabalho.

Seria preciso pendurar a **Medalha do Mérito Militar** no peito do aposentado Norberto Roglich.

Ocorreu na Argentina, em princípios deste ano. Em plena guerra contra as pessoas, os bancos haviam confiscado as poupanças. Roglich, aposentado, doente, desesperado, lançou-se ao assalto de uma fortaleza financeira. No punho, segurava uma granada.

— Ou me dão o meu dinheiro ou explodimos todos.

A granada era de brinquedo, mas devolveram-lhe o seu dinheiro.

Depois foi preso. O promotor pediu de oito a 16 anos de prisão para ele, não para o banco.

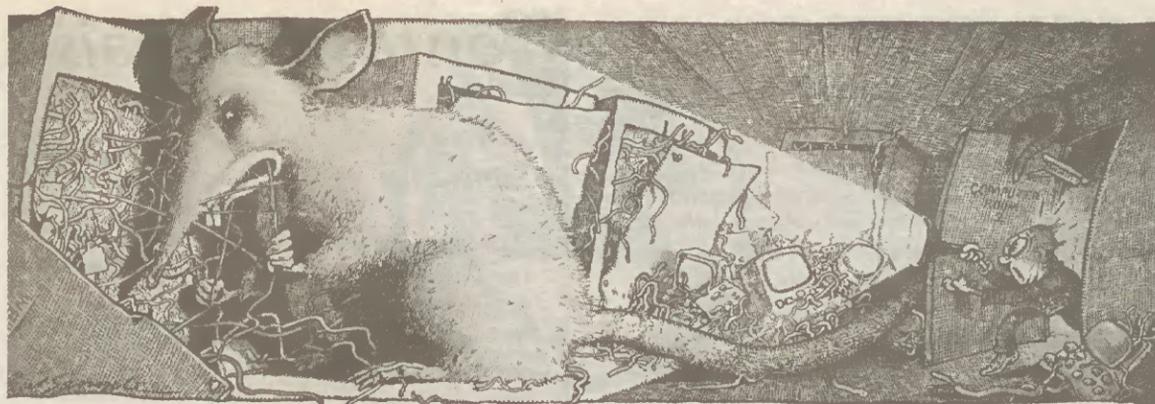
Para mim, não há dúvidas. O **troféu de Ciências Sociais** deve ir para as mãos de Catalina Alvarez-Insúa. Ela definiu a pobreza melhor do que ninguém:

— Pobres são os que têm a porta fechada.

Se se aplicasse o seu critério, haveria que corrigir os cálculos: os pobres do mundo são muitos mais do que as estatísticas confessam.

Catalina tem três anos de idade. A melhor idade para aparecer no mundo, e ver.





Comunicação

• Francisco Silva

Está aí outra vez, a banda larga. Mas agora uma banda larga para já um pouco mais estreita que antes - antes, quando ainda se falava da banda larga em termos de futuro. As capacidades de transmissão - ou de escoamento de informação das ligações de banda larga são significativamente maiores, de cerca de uma ordem de grandeza (isto é, vem multiplicada por dez ou mesmo mais vezes), do que as próprias à banda estreita, nomeadamente as capacidades relativas às corriqueiras linhas telefónicas. Banda larga, portanto, a permitir valores de transmissão na ordem das muitas centenas de kbit/s ou dos 1-2 Mbit/s, e não das dezenas de kbit/s que são os valores utilizados pelos modems ligados às linhas telefónicas.

Banda larga...

A lembrar-me eu que, há uns quinze anos, quando se falava se falava em banda larga estava-se a pensar em dezenas ou mesmo centenas de Mbit/s no acesso do utente à rede de telecomunicações. E que, quando muito, havia um limite superior da banda estreita - 2Mbit/s. Daqui às dezenas de Mbit/s era uma zona cinzenta. Chegaram a usar-se o adjetivo médio para qualificar tal gama de capacidades (numa das versões, a europeia, esta gama iria de 2Mbit/s a 8 Mbit/s ou 34 Mbit/s) (!).

Sistemas de transmissão a 2Mbit/s (o correspondente a 30 canais telefónicos) tinha sido a capacidade adoptada para trabalhar com os pares de cobre existentes nas redes de telecomunicações. Na versão europeia. Na versão americana, e também na versão adoptada pelo Japão, o valor para a capacidade de transmissão foi de 1,5 Mbit/s (o correspondente a 24 canais telefónicos). Estratégias político-industriais condicionaram tais valores, mas a ordem de grandeza dos dois era a mesma, isto é, suficiente para nos indicar uma capacidade "máxima" pragmaticamente estabelecida. Daí a fronteira atrás referida. Por volta de "acima" dos 2Mbit/s (melhor dito, tanto de 1,5 Mbit/s como de 2 Mbit/s) seria "necessário" utilizar outros meios, em particular as fibras ópticas. O tal grande mercado visualizado pelos fabricantes de telecomunicações... o qual, no que toca a linha de acesso ao utente, ainda está generalizadamente por cumprir, passada que foi mais de uma quinzena de anos!

Pois é, vieram outras prioridades (o telemóvel, a internet com muito texto, mas não o videotelefone) e outras, então, seminovidades, como é o caso da compressão de dados (com a sua aplicação podem ser enviados volumes de informação mais elevados através de ligações com menores capacidades de transmissão).

Uma banda larga... mais estreita

Até que voltou a "novidade" da banda larga. E agora com outras parangonas e outros acessos aos mais elevados níveis da direcção política (Conselho Europeu é um exemplo que nos ocorre). E uma banda larga, como dissemos, consideravelmente mais estreita do que a prevista inicialmente. De qualquer forma, um cavalo de batalha que, parece, tornou-se - no virar de 2001 para 2002 - numa obsessão dos círculos de topo quando se fala em fazer avançar a Sociedade da Informação.

Uma banda larga que pode ser estabelecida sobre o par de cobre da linha de assinante da rede telefónica fixa, sem perturbar o serviço telefónico. Boas novidades. E o raciocínio segue assim: mas um mercado para ser constituído é necessário garantir a existência da concorrência de diversos operadores; na prática -

em Portugal e em quase todos os outros casos -, só existe um operador que disponha das infra-estruturas necessárias (um operador entretanto privatizado e com posição dominante); para que outros operadores, além do dominante, possam fornecer banda larga, então, precisam estes de dispor de linhas do tipo telefónico sobre as quais possam fazer passar os sinais de banda larga, de/e para o cliente; solução encontrada - o operador dominante deve alugar aos outros, a preços controlados pelas autoridades, o acesso às linhas telefónicas e às respectivas instalações. O processo é, no mínimo, complicado. Será eficaz?

Outra solução, bastante aplicada no nosso país, tem sido a de fornecer acessos de banda larga através dos acessos de TV cabo. Contudo, uma banda larga, esta, ainda um pouco mais estreitinha do que a dos pares de cobre do telefone fixo.

Tudo muito bem. De repente a massificação do acesso à Internet, como condição da entrada de todos na Sociedade da Informação - para utilizar os conceitos que p'rá aí vagueiam - parece ter passado para a preocupação da banda larga - melhor acesso, mas bem mais caro que a corriqueira banda estreita. E a grande maioria dos portugueses, sem dinheiro para tal, quando é que vai poder aceder à Internet?

(!) Podem parecer estranhos estes valores, mas eles estavam relacionados com as capacidades correntes dos sistemas de transmissão digitais constituintes da infra-estrutura da rede telefónica.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Versos funcionais

Eu conto

Como se costuma dizer
conta-se em duas palavras.

O guerreiro partiu para o combate
cavalgando a serpente.
Muito longe, porém,
do campo bélico
tonto dos movimentos da montada
caiu e ficou sepultado
debaixo da armadura.

Assim acaba a história do guerreiro
que partiu para o combate
montado numa serpente.

Ponto de ordem à mesa

Marx não disse
que a verdade
é sempre
revolucionária.

O que ele disse foi
só a verdade
é revolucionária.

Desculpa
mas tudo está longe de ser
uma pura questão adverbial.

Salmo

Quero crer que é por mim
e só por mim
que sofres.
Mas por que me feres?

Parece que por mim
e só por mim
não dormes.
Mas por que me confundes?

Penso que é em mim
e só em mim
que pensas.
Mas por que me atormentas?

Sossega, vá.
Que serias sem mim?

Actual

A Rádio veio ter comigo
e eu devia ter pensado
como sou importante.

Os jornais vieram ter comigo
e eu devia ter pensado
como sou importante.

Veio a Televisão!
Então devia ter pensado
sou importantíssimo.

É difícil uma pessoa
não se julgar importante
mas eu, que sou velho, sei
que é por aqui que o rato vai ao queijo.

A imagem não será muito poética
mas de momento é o que se pode arranjar.

Cartoon

• Monginho

Hoje
também sou
Palestiano!

umj -





Plenários de células e organizações do PCP

Hoje, 4 de Abril

Montemor-o-Novo

- **Plenário** da Comissão Concelhia, célula da Câmara e outros militantes do Partido, às 21h00, na Biblioteca Municipal, com a participação de **José Soeiro**, da Comissão Política.

Sexta-feira, 5

Alandroal

- **Plenário de quadros** do Partido, às 21h00.

Loures

- **Plenário** de militantes de **Sta. Iria de Azóia** aberto a simpatizantes, às 21h00, no CT de Sta. Iria, para análise às eleições e à situação política, com a presença de um membro do Comité Central.

Moita

- **Plenário** de militantes de **Sarilhos Pequenos**, às 21h00, no CT de Sarilhos Pequenos, com a participação de **Valdemar Santos**, do Comité Central.

Portel

- **Plenário** de militantes, às 21h00.

Sintra

- **Plenário** de militantes da freguesia de **Aigualva**, às 21h30, no CT do Cacém, para análise da situação política, organização e direcção e discussão da proposta do organismo de direcção de Aigualva.

Torres Novas

- **Reunião** de militantes e simpatizantes, às 21h30, no CT do PCP em Torres Novas, com a participação de **Jorge Cordeiro**, da Comissão Política.

Torres Vedras

- **Plenário** de militantes, às 21h30, para analisar a situação política - resposta a dar à nova situação criada com as eleições legislativas e a intervenção do Partido no futuro, com a participação de **Júlio Vintém**, do Comité Central.

Vila Viçosa

- **Plenário** da Comissão Concelhia, às 21h00.

Sábado, 6

Almada

- **Plenário** de militantes do **Laranjeiro**, às 15h30, no CT do Laranjeiro.

- **Plenário** de militantes da **Charneca da Caparica**, às 15h30, no CT Charneca da Caparica.

- **Plenário** de militantes da **Cova da Piedade**, às 15h30, no CT da Cova da Piedade.

Almodôvar

- **Plenário** de activistas da CDU, às 15h30, no CT do PCP em Almodôvar, para análise aos resultados eleitorais e definição das grandes linhas de orientação do trabalho político a incrementar no concelho. O plenário conta com a participação de **João Oliveira**, da DORBeja.

Amadora

- **Plenário** de militantes da freguesia da **Buraca**, às 15h30, no Espaço CDU da Buraca, para análise dos resultados eleitorais e conclusões da reunião do Comité Central.

Castelo Branco

- **Reunião da DOR Castelo Branco**, às 10h00, no CT de Castelo Branco, com a participação de Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política. Proposta de Ordem de Trabalhos: Medidas para retomar o trabalho regular, planificação e tomada de medidas no âmbito da aplicação das decisões do 16.º Congresso e da 5.ª Assembleia da ÓRCB; Festa do *Avante!*; Balanço de contas de 2001 e Orçamento para 2002.

Moita

- **Plenário** de militantes de **Alhos Vedros**, às 15h00, no CT de Alhos Vedros, com a participação de **Valdemar Santos**, do Comité Central.

- **Plenário** de militantes da **Baixa da Banheira**, às 15h00, no CT de Baixa da Banheira, com a participação de **Jorge Pires**, da Comissão Política.

Odivelas

- **Plenário** de militantes da freguesia de Odivelas, às 15h00, no CT de Odivelas, com a participação de Francisco Pereira, do Comité Central.

Oeiras

- **Plenário** de militantes de **Paço d'Arcos e Porto Salvo**, às 16h00, no Tagus Park, Pavilhão Núcleo Central, 1.º piso, com a participação de **José Casanova**, da Comissão Política. (A *carreira 112 dá acesso ao Tagus Park. Para mais informações, tels. 214115746 ou 968094592.*)

Portimão

- **Plenário** de militantes, às 15h00, no CT de Portimão, com a presença de **José Neto**, da Comissão Política.

Seixal

- **Plenário** de militantes da freguesia de **Amora**, às 15h00, no CT de Amora, para análise dos resultados eleitorais e da situação política e social.

Sintra

- **Plenário** de militantes das **Empresas do Concelho**, às 16h00, no CT do Cacém (R. Elias Garcia, n.º 58/60), para discutir «reforço do Partido, recrutamento, Festa do *Avante!* e situação política e soci-

al em cada empresa, com a participação de **Alexandre Teixeira**, do Comité Central.

Vila Franca de Xira

- **Plenário** de militantes de **Vialonga**, às 15h00, para discutir a situação política e social e intervenção do Partido, com a participação de **Carlos Chaparro**, do Comité Central.

- **Plenário** de militantes de **Alhandra**, às 15h30, para discussão da situação política e social, eleições legislativas e intervenção do Partido, com **Adelaide Pereira**, do Comité Central.

Domingo, 7

Beja

- **Plenário** de militantes de **Aldeia de Palheiros**, às 18h00, na casa do camarada Francisco Pepe (Rua do Cerro), para análise à situação política e resultados eleitorais, com a participação de **António João**, do Executivo da DORBeja.

- **Plenário** de militantes de **Santana da Serra**, às 15h00, na casa do camarada Silvestre Coelho (Rua do Tejo), para análise à situação política e resultados eleitorais, também com a participação de **António João**.

Sintra

- **Almoço-convívio** dos militantes de **Queijas**, no CT de Queijas, às 13h00, com a participação de **Odete Santos**, do Comité Central.

Segunda-feira, 8

Mora

- **Plenário** da Comissão Concelhia, às 21h00.

Quarta-feira, 10

Amadora

- **Plenário** de militantes da freguesia de **Alfornelos**, às 21h00, no CT da Brandoa, para análise dos resultados eleitorais, conclusões da reunião do Comité Central e eleição da Comissão de Freguesia.

Montemor-o-Novo

- **Plenário** de militantes do **Escoural**, às 21h00, no Centro de Trabalho, com a participação de **Raimundo** e **António Ger-vásio**.

- **Plenário** de militantes de **Cortiçadas**, às 21h00, no Salão da Junta de Freguesia, com **Carlos P. Sá** e **Maria Margarida**.

Quinta-feira, 11

Évora

- **Plenário concelhio**, às 21h00, com a participação de **Agostinho Lopes**, do Secretariado e da Comissão Política.



Iniciativas preparatórias do Encontro Nacional do Ensino Secundário (13 de Abril)

Lisboa

- **Debate/convívio** - sábado, 6 de Abril, às 21h00, no CT Vitória. Com música homenagem aos «Doors».

Sintra

- **Reunião/convívio**, sábado, 6 de Abril, entre as 15h00 e as 19h00, para discussão dos documentos, seguida, às 21h00, de jantar-convívio com animação. A reunião prossegue, no domingo, dia 7, entre as 15h00 e as 17h00, para discussão da actividade, da campanha de recrutamento e da campanha de fundos.

— * —

Jantar de confraternização de membros das organizações Juventude do PCP

12 de Abril, às 20h00, na Voz do Operário
Confirmações, até 10 de Abril, para:
Brás Neves - telem. 914760936
F. Bárbara - telem. 919972201
Voz do Operário; telef. 21 886 2155

Pela construção do Centro de Saúde de Ramada

Domingo, 7, às 09h00
Concentração na Rotunda Sá Carneiro
(junto à Igreja)

Viagem ao Brasil

- Rio de Janeiro
- Angra dos Reis e Cabo Frio
- Búzios

Data prevista - **5 a 13 de Outubro** de 2002
(Organiza a Comissão Concelhia de Almada)
Inscrições e pedido de programa:
Camarada Artur Cabrita
Telefs: 21 275 2777 e 21 275 3939

ATVer

O Bom, o Mau e o Vilão, um dos grandes expoentes dos «westerns-spaghetti» de Sergio Leone

O Bom, o Mau e o Vilão

(Quinta-feira, 04.04.02, RTP-2)

O realizador italiano Sergio

Leone impôs-se no mundo do cinema (e ficou na sua história) como realizador de uma série de westerns rodados na Europa nos anos 60 e a que se convencionou chamar os «westerns-spaghetti». Não foi um trabalho de somenos: Leone soube recriar e explorar - com notável ironia e grande capacidade na reinvenção dos códigos - a carga mitológica e a iconografia da saga aventureira e heróica do western norte-americano, nessa altura em franca decadência. Na época de apresentação destes filmes, Leone foi injustamente acusado de realizar vulgares imitações da matriz original do género. Hoje, todos eles são



efeitos especiais, sendo mais abundantes e teoricamente espectaculares, só acrescentam números de circo que pouco adiantam às obras anteriores. A realização está a cargo de Joel Schumacher, que não enriquece o seu palmarés com esta obra, embora nos dê um entretenimento cheio de acção e movimento.

A Nona Porta

(Sexta-feira, Sexta-feira, 05.04.02, RTP-1)

Roman Polanski sempre teve uma particular predilecção pelos temas do Fantástico, nomeadamente os que abordam temas satânicos, de que é expressivo exemplo o seu celeberrimo (e magnífico) *Rosemary's Baby / A Semente do Diabo*. Cerca de 30 anos depois, Polanski volta ao tema satânico, desta vez adaptando ao cinema um romance de Arturo Perez sobre o acidentado inquérito conduzido por um jovem especialista em livros raros que tenta encontrar as duas únicas cópias de um livro do século XVII, supostamente escrito sob a directa influência do Diabo. O filme é conduzido com mão de mestre, em jeito de *thriller* satânico construído com grande suspense e eficácia, mas o final da história é tão convencional que nem o talento de Polanski lhe conseguiu dar a volta...

Um Homem Influente

(Domingo, 07.04.02, RTP-1)

Alan Rudolph, produtor, actor, argumentista e realizador que colaborou intimamente com Robert Altman, ganhou reputação de seu «herdeiro» como crítico atento e observador da realidade norte-americana, que caustica regularmente com ironia e sarcasmo. Neste *Um Homem Influente* diz-se que Rudolph constrói um olhar caricatural e incisivo sobre o chamado «sonho americano» e a incontornável sociedade de consumo, contando-nos a alucinante trajetória de um maníaco-depressivo em profunda crise existencial. Com Bruce Willis, Albert Finney, Nick Nolte e Barbara Hershey.

Alien 4, o Regresso

(Terça-feira, 09.04.02, RTP-1)

A célebre série de ficção científica de terror «Alien» chega aqui ao seu quarto episódio e, ao contrário do que é normal nestas sequelas, a qualidade mantém-se em grande nível, a que não é estranho o abundante recurso às novas tecnologias de efeitos especiais que vão aparecendo mas, sobretudo, a evolução inteligente da intriga, desta vez concretizando a espinhosa tarefa de «reconstituir», literalmente, a heróina (Sigourney Weaver, pois

claro!), que se havia autodestruido no filme anterior (a solução é moderna e engenhosa: recorreu-se... à clonagem!). Mais uma vez é posto em andamento um grande espectáculo de inquietação que, na ponta de quatro episódios, apresenta uma notável capacidade inventiva de renovação estética e artística sobre estas aventuras do futuro com monstros extraterrestres. A (eficaz) realização é do francês Jean-Pierre Jeunet e do elenco faz igualmente parte Winona Ryder.

Júlio César

(Terça-feira, 09.04.02, RTP-1)

Ao realizar, em 1953, *Júlio César*, o realizador norte-americano Joseph L. Mankiewicz produziu uma obra-prima: nunca, até então, o cinema tinha sido tão fiel à peça «*Júlio César*» de Shakespeare e, ao mesmo tempo, nunca se tinha dado a uma obra de Shakespeare uma forma cinematográfica tão exacta como fascinante. Para a qualidade da obra avulta igualmente a altíssima qualidade do elenco, onde pontificam nomes como James Mason, John Gielgud, Louis Calhern e, sobretudo, Marlon Brando, aqui num dos papéis mais impressionantes da sua carreira ao dar corpo e voz a Marco António.

Quinta, 4

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 «Batman e Robin» (Filme)
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Gregos e Troianos
23.30 Conversas de Mário Soares
00.30 Operação Triunfo
01.30 24 Horas
01.45 «À Beira da Morte» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Sinais do Tempo
14.30 Via Aberta
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.55 Clube da Europa
20.20 Casei com uma Feiteiceira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
00.00 «O Bom, o Mau e o Vilão» (Ver Destaque)
02.10 O Triunfo dos Porcos

Sexta, 5

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 «Amanhecer Violento» (Filme)
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telegiornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 O Jogo da Espera
22.15 «A Nona Porta» (Ver Destaque)
00.30 «Alien 3 - A Desforra» (Filme)
02.30 24 Horas
02.45 «Surcouf, o Maior de Todos» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
12.30 O Homem e a Cidade
13.00 Retratos - «Jimi Hendrix»
14.30 Via Aberta
15.00 Andebol - Sporting-Porto
16.30 Hóquei em Patins - Portugal-Itália
18.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 2010
20.25 Casei com uma Feiteiceira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Mente do Assassino
24.00 «Alamo» (Filme)

Sábado, 6

▼ RTP 1

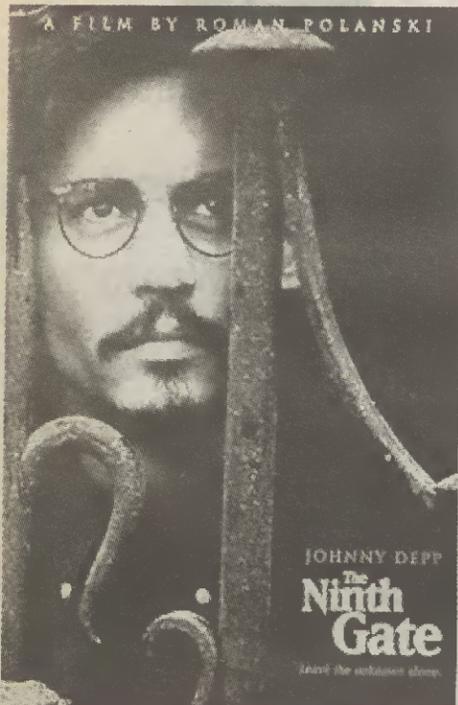
07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 Milionários à Força
16.00 O Fugitivo
16.00 Fórmula 1 - GP do Brasil
17.00 Passeio dos Alegres
20.00 Telegiornal
20.55 Futebol: Farense-F.C. Porto
23.00 «Mercenárias» (Filme)
00.50 Sociedade Anónima
01.50 24 Horas
02.05 «Massacre na Selva» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Sobrevivência
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Os Mecânicos do Mato
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História - «As Catedrais» (2ª Parte)
00.00 Britcom
01.00 Artes de Palco - Os 25 Anos do Teatro da Cornucópia
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo



Roman Polanski volta aos temas satânicos, desta vez contando a busca de um livro raro escrito sob influência do próprio Diabo...



Júlio César: nunca, até aqui, se tinha dado a uma obra de Shakespeare uma forma cinematográfica tão exacta

filmes de culto, honrosa e devidamente catalogados como inovadores do género. *O Bom, o Mau e o Vilão* é uma dessas obras (outros dois títulos emblemáticos deste trabalho de Leone são, por exemplo, «Era Uma Vez no Oeste» e «Por um Punhado de Dólares»). É interpretado por um actor norte-americano que Leone lançaria nestes filmes para a fama e o estrelato - nem mais nem menos que Clint Eastwood. Outros dois nomes importantes do elenco são Eli Wallach (um grande actor, que foi um eterno secundário de filmes de acção) e Lee Van Cleef (que aproveitaria a fama obtida neste filme para protagonizar outros «western-spaghetti» muito mais fracos e não realizados por Leone).

Batman e Robin

(Quinta-feira, 04.04.02, RTP-2)

Este é o quarto episódio da moderna série cinematográfica baseada nas aventuras do herói de banda desenhada do Batman e está longe da novidade que Tim Burton imprimiu ao primeiro filme, assente na visão crepuscular, sombria e nocturna do herói, da cidade e dos ambientes onde a acção decorria. Aqui, o Batman já vai no terceiro intérprete (George Clooney), o vilão é um desajeitado Arnold Schwarzenegger e os

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 O Clone
22.30 O Grande Mestre
23.30 «Código de Conduta» (Filme)



Camilo, o Pendura

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Academia de Estrelas
15.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.00 Filha do Mar
23.00 Nunca Digas Adeus
00.30 «Um Grito de Silêncio» (Filme)
02.15 Ally McBeal

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.45 Sexo e a Cidade
00.30 Amante Latino
01.30 «Paixão Fatal» (Filme)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Academia de Estrelas
15.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.00 Filha do Mar
23.00 Nunca Digas Adeus
00.30 «Eternamente Jovem» (Filme)
03.15 «Plano de Evasão» (Filme)

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Walter, o Ranger do Texas
16.45 Super Sábado
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre (Compacto)
23.00 «O Pacificador» (Filme)
01.00 «Anatomia do Golpe» (Filme)

▼ TVI

09.00 Chiquititas
09.30 Survivor
11.00 Filha do Mar
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.20 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
23.00 Ilha da Tentação
00.15 «As Palavras que Nunca te Direi» (Filme)
02.30 «Fim de um Sonho» (Filme)



Domingo, 7

▼ RTP 1

09.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 João Baião
16.50 «Caçadores de Diamantes» (Filme)
18.45 Melhor É Impossível
17.50 Fórmula 1 - GP do Brasil
20.00 Telejornal

Segunda, 8

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
16.55 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal

Terça, 9

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
16.55 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
21.00 Grande Informação
22.00 Fábrica das Anedotas
22.30 O Jogo da Espera
23.00 Magazine Liga dos Campeões
23.30 «Alien 4 - O Regresso» (Ver Destaque)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 horas
02.10 «Refém de Boa Vontade» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.00 2010
14.00 Estoril Open
16.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Caderno Diário
19.55 Turma das Ciências
20.20 Casei com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
24.00 «Júlio César» (Ver Destaque)
01.30 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher

20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Ficheiros Clínicos
00.30 «Corrida contra o Tempo» (Filme)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.15 Filha do Mar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.45 Academia das Estrelas
00.30 Os Homens do Presidente

Quarta, 10

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
16.55 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
19.40 Futebol: Real Madrid-Bayern Munique (Liga dos Campeões)
21.35 Fábrica das Anedotas
22.05 Jogo da Espera
23.05 Liga dos Campeões (Resumo)
23.35 «O Calor da Meia-Noite»
01.05 Operação Triunfo
01.35 24 Horas
02.05 «O Poder da Lei» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Por Outro Lado
14.00 Estoril Open
16.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Caderno Diário
19.55 Verdaderamente Insólito
20.20 Casei com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.05 Fora da Norma
24.00 «A Sombra do Guerreiro» (Filme)
02.20 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Hora Extra
01.00 «Rebeldes e Provocadores» (Filme)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.15 Filha do Mar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Academia das Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.00 Sonhos Traídos
22.45 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.50 «Loucura ou Crime» (Filme)
02.45 Os Olhos da Lei



O campeonato da I Liga aproxima-se do fim

21.00 Camilo, o Pendura
21.30 Operação Triunfo
23.15 Domingo Desportivo
24.00 Filme
02.00 24 Horas
02.30 «Um Homem Influente» (Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.30 Clube da Europa
13.00 Mulheres, a sua Realidade
14.00 Desporto 2
18.30 Brincar Tabanca
19.30 Onda Curta
20.00 Coleccionadores de Arte
20.30 Futurama
21.00 Artes e Letras «Joko Ono»
22.00 Jornal 2
23.00 «Tarde Demais» (Filme Português)
00.30 Sinais do Tempo
01.30 2010

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Rex, o Cão Belé» (Filme)
16.00 «A Reunião da Família Adams» (Filme)
18.00 «Índiana Jones e o Templo Perdido» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fora de Série
22.30 Herman SIC
00.30 «Ecstasy, a Entrega» (Filme)

▼ TVI

08.30 «Onda de Impacto» (Filme)
10.15 Filha do Mar
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Domingo Fantástico
18.00 «Libertem o Willy 2» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 Academia de Estrelas
00.15 «Albino Alligator» (Filme)
01.45 «Inocência Ameaçada» (Filme)
03.45 Os Médicos

21.00 Sorte Grande
21.15 Fábrica das Anedotas
21.45 O Jogo da Espera
22.30 Jogo Falado
23.30 «Boog Nights - Jogos de Prazer» (Filme)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 Horas
02.30 «Uma Vez na Vida» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 O Lugar da História
14.00 Estoril Open
16.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 Caderno Diário
19.55 Veterinário de Emergência
20.20 Casei com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Família Green
00.00 «O Imperador e o Assassino»
02.35 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 «Debaixo de Olho II» (Filme)
03.00 O Século do Sexo (1)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.15 Filha do Mar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Academia de Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.00 Sonhos Traídos
23.30 Nunca Digas Adeus
00.45 «Dead in a Heartbeat» (Filme)

Praça da Alegria com Manuel Luís Goucha

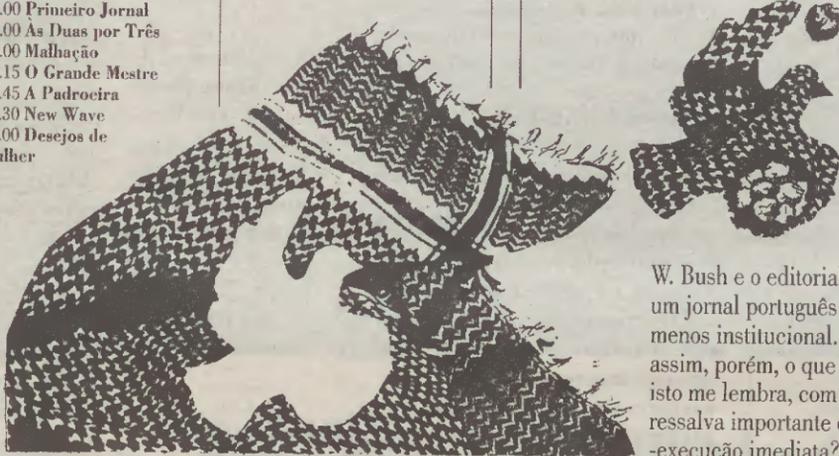


TVisto

Correia da Fonseca

O «comunista inveterado»

Um dirigente palestino nasceu numa terreola da chamada área autónoma da Palestina. Há dias, os militares israelitas entraram nela e levaram umas dezenas de habitantes. Isto aprendi eu, é claro, num telenoticiário português, não na Al Jazira ou similar. Os sujeitos foram presos, tanto quanto se sabe, não por andarem a fazer maldades mas por terem caído na asneira de nascer ali. Os israelitas levaram-nos e eu não acredito que os tenham executado, isto é, que tenham morrido logo ali ou nas horas seguintes. Os israelitas não são pessoas para isso, eles até são combatentes do mundo livre, como consensualmente garantem Ariel Sharon, o senhor presidente



W. Bush e o editorialista de um jornal português mais ou menos institucional. Ainda assim, porém, o que é que isto me lembra, com a ressalva importante da não-execução imediata? Já sei!, lembra-me as musculadas

acções dos soldados nazis (que de resto também se autoproclamavam defensores da civilização ocidental, não sei se há muita gente que ainda se lembre disso) nos territórios da França ocupada e, antes disso, na Checoslováquia. Lembra-me Oradour e Lidice. Não é que eu tenha querido lembrar-me, não queria ofender ninguém, mas a memória tem destas coisas, salta sobre nós por mais que não o queiramos. E note-se que para ter este género de memória não é preciso ter sido coevo e testemunha das coisas lembradas: basta estar informado em fontes seguras e ter a honestidade intelectual bastante para não recusar a informação. Percebo, naturalmente, que esta memória de métodos nazis a propósito dos métodos israelitas pode trazer-me dissabores, embora à minha pequeníssima escala. Olhe-se o que aconteceu a José Saramago por ter visitado a Palestina com olhos de ver honestamente e a memória de imagens em que soldados israelitas, agindo em óbvia defesa dos valores da nossa civilização, partiam a golpes de martelo a mão de um jovem palestino que lhes teria atirado pedras. Como se sabe, sobre Saramago despenharam-se as condenações de israelitas e portugueses, indignados porque tão inocente prática e outras com ela coerentes levaram o escritor a lembrar o nazismo e Auschwitz. Ora, compreende-se que os israelitas não suportem essa comparação, e

até houve quem perguntasse a Saramago onde estavam os fornos crematórios. A pergunta não é lá muito séria, pois nem o nazismo se caracterizava exclusivamente pelo uso dos fornos nem todos os campos nazis os tinham, mas a gente tem de ter compreensão e tolerância para com estas e outras desonestidades, bem se sabe que se elas tivessem asas vivíamos sempre em eclipse solar. E se calhar vivemos, nós é que não damos muito por isso, mas essa é outra conversa.

O nível do fantoche

A verdade é que o escritor José Saramago tem antecedentes, muitos e péssimos. É claro que o pior de tudo é ser Nobel da Literatura, ele, que nem uma licenciaturazinha tem, que até foi operário serralheiro e, mais grave que tudo, teima em ser comunista e nunca mais se decidir por um aconselhável arrependimento. «Comunista inveterado», chamou-lhe o papal «Osservatore Romano» e com carradas de razão. Por isso sobre ele desaba constantemente uma chuva de hostilidades e, para ajuda e reforço, de calúnias. Ainda há poucas semanas, quando se atreveu a dizer que não colaboraria com o governo de um partido que contra ele usou a censura para o privar de um importante prémio literário europeu, ainda o Nobel não era provável, logo saiu de covis diversos a reedição de uma antiga mentira que o dá como director de um jornal em que não o era e, sobretudo, por responsável por despedimentos havidos por decisão conjunta de um plenário de trabalhadores e de uma administração de que ele não fazia parte. Chegou a coisa ao ponto de mesmo num programa supostamente ligeiro como o «Bom dia, Portugal», aquela apresentadora que fala arregalando os olhos e um fantoche emergente do «Contra-Infomação» terem travado diálogo para mais uma repetição da impostura de facto infame. Como bem se compreende, é natural que José Saramago pouco ou nada se importe com tudo isso: tem muito mais coisas, e bem mais sérias, em que pensar. Mas importam-se os que, por cá, desde muito antes do Nobel o admiram e têm orgulho por o terem por camarada, se envergonham com o rasteiríssimo nível a que desce a coligação de inveja, sectarismo anticomunista, mediocridade militante e falta de vergonha, que comanda a espécie de anti-saramaguismo que prossegue o seu caminho pelas portas escancaradas dos grandes media portugueses. É claro, a culpa é dele, Saramago. Inveterado, como santamente o caracterizou o «Osservatore», que melhor pode esperar?

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Swissair

Discretamente, a notícia passou ao de leve pelos noticiários: a companhia aérea Swissair deixou oficialmente de existir, surgindo em seu lugar a Swiss Airlines operando nas mesmas rotas, usando os mesmos equipamentos, utilizando inclusivamente os mesmos símbolos (a bandeira da cruz branca nas caudas dos aparelhos, as fardas dos profissionais, etc., etc.) e apenas se distinguindo da anterior porque, na «nova» companhia aérea, trabalham menos 3000 pessoas, entretanto sumariamente despedidas no processo de falência.

Talvez com involuntária ironia, o redactor da notícia numa das televisões portuguesas até afirmava que, de concreto, o que distinguia a empresa «extinta» da empresa «criada» era, exactamente, o desaparecimento de 3000 postos de trabalho na operação de «transferência». Só que houve muito mais, de concreto, a desaparecer nesta extraordinária operação. Em primeiro lugar, desapareceram muitos, mas mesmo muitos milhões de contos em mais-valias (tantos, que jamais se saberá quantos...) que, entretanto, deixaram de mãos a abanar tanto os vários associados da Swissair (entre eles a TAP portuguesa...) como os inúmeros pequenos investidores da companhia e o próprio Estado suíço, no que toca aos também incontáveis investimentos estatais na empresa, ao longo dos seus 70 anos de existência.

Em contrapartida, a banca e os fatais investidores privados não apenas se locupletaram, ao longo de anos de gestão ruínoza, com muitos desses insondáveis milhões de contos agora misteriosamente desaparecidos, como também agora se apropriam de todos os passivos e activos da extinta Swissair, novamente sua propriedade após a estratégica «refundação» da empresa numa nova, onde voltam a «arriscar» o mesmo — ou seja, nada.

Entretanto, com o desaparecimento da Swissair evaporou-se igualmente qualquer responsabilidade desta empresa para com os seus trabalhadores (3000 foram, simplesmente, despedidos), credores e investidores, pagando estes das suas vidas e bolsos não apenas os prejuízos acumulados como o surgimento de uma «nova» empresa que não passa da velha, mas com outro nome.

Inclusivamente — e como de certo a realidade operacional da «nova empresa» vai impor — com o passar do tempo serão criados outros postos de trabalho que, substituindo os 3000 agora extintos, terão a grande vantagem de não cumprir quaisquer obrigações contratuais com os 3000 trabalhadores também agora postos liminarmente na rua sem contrapartidas ou ressarcimentos, após anos e anos de ligação à empresa.

Eis o capitalismo selvagem no seu esplendor: os poderosos saqueiam a belo prazer, com cobertura legal tanto dos Estados de origem como do sistema internacional, sem que isso escandalize quem quer que seja ou provoque o mínimo burburinho nos plurais e pluralistas meios de comunicação social que dominam esta «sociedade da comunicação».

No reverso (e no silêncio) ficam e estão os milhares de trabalhadores abruptamente despedidos — cada vez mais desamparados não apenas nos seus direitos contratuais, como na protecção estatal que os novos senhores do mundo procuram persistentemente reduzir até à extinção — e os incontáveis milhões assim desaparecidos nos bolsos e interesses de meia dúzia, mas produzidos e pagos por todos que, nas sociedades, garantem o seu funcionamento e sem os quais a vida humana não tem viabilidade ou sentido.

O mundo mudou?

Não. Apenas desembestou de novo na iniquidade da lei do mais forte. Por enquanto, ainda travestida de «sociedade democrática».



Centenas de pessoas exigiram o fim da agressão israelita e o reconhecimento do direito dos palestinianos a um Estado

Vigília em Lisboa frente à embaixada de Israel Pelo fim da repressão

Promovida por um amplo conjunto de organizações e movimentos sociais, teve lugar na passada terça-feira uma vigília de solidariedade com o povo da Palestina.

Centenas de pessoas manifestaram-se frente à embaixada de Israel, em Lisboa, com o objectivo de contestar a actual espiral de violência no Médio Oriente. «Viva a Palestina», «Guerra não, fim à ocupação», «Sharon terrorista», «ONU, que esperas tu?» ou «Contra a agressão imperialista e o terrorismo sionista» foram algumas das palavras de ordem que se ouviram durante o protesto. A acção de solidariedade para com o povo palestiniano teve como principal objectivo «reivindicar a retirada imediata do Exército israelita dos territórios palestinianos ocupados» e o cumprimento por parte de Israel das resoluções aprovadas pela ONU», como referiu Sandra Benfica, membro da direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação, uma das entidades organizadoras.

Entre a multidão, destacaram-se vários membros da direcção do Partido Comunista Português, entre eles, Carlos Carvalhas, Bernardino Soares, Jerónimo de Sousa,

Multiplicam-se as acções de solidariedade com a Palestina

António Abreu, António Filipe e Francisco Lopes. Durante o protesto, o secretário-geral do PCP juntou a sua voz à dos manifestantes alertando para o facto de os palestinianos «terem direito a um Estado independente, com capital em Jerusalém Leste».

CGTP-IN condena violência israelita

Em comunicado emitido na segunda-feira, a CGTP-IN condena a política do governo de Israel e denuncia a «posição hipócrita assumida pelo presidente George Bush, que mais não é que um apoio claro às acções terroristas dirigidas por Ariel Sharon».

A Central Sindical exige «o levantamento imediato e incondicional do cerco à Autoridade Palestiniana» bem como o fim da intervenção do exército de Israel em Ramallah e noutras cidades, vilas e aldeias da Palestina ocupada. Defende ainda o

desmantelamento dos colonatos israelitas em Gaza e na Cisjordânia, o regresso de Israel às fronteiras estabelecidas até 1967 e o escrupuloso cumprimento de todas as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A CGTP-IN considera que «só o fim da ocupação israelita e a reabertura do processo de paz, uma vez mais brutalmente interrompido pelo governo de Telavive, poderão conduzir a uma solução pacífica para o grave conflito que já resultou em milhares de vítimas palestinianas, mas também israelitas, que envolve todos os povos do Médio Oriente e que ameaça seriamente a paz mundial».

«É imperioso que a Organização das Nações Unidas decida o envio imediato de

uma força de interposição que permita criar as condições para a paz e conduzir à rápida implementação das decisões da comunidade internacional, nomeadamente à criação de um Estado palestiniano livre e soberano», afirma a CGTP, que exige que o Estado português, «a exemplo de outras situações recentes, assumia uma posição clara e inequívoca sobre a questão, contribuindo assim para a reposição das legalidade e para o fim da agressão israelita».

Outras organizações nacionais manifestaram o seu protesto pela violência usada pelo governo de Sharon, entre elas a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e a Associação Portuguesa de Deficientes.

Novo Governo toma posse no sábado

A lista completa dos ministros do XV Governo constitucional foi apresentada na terça-feira ao Presidente da República, Jorge Sampaio, pelo primeiro-ministro indigitado José Manuel Durão Barroso.

O novo executivo, que será empossado no próximo sábado, no palácio da Ajuda, pelo Presidente da República, tem a seguinte composição: Ministra de Estado e das Finanças — Manuela Ferreira Leite; Ministro de Estado e da Defesa — Paulo Portas; Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas — António Martins da Cruz; Ministro da Administração Interna — António Figueiredo Lopes; Ministra da Justiça — Maria Celeste Cardona; Ministro da Presidência — Nuno Morais Sarmento; Ministro dos Assuntos Parlamentares — Luís Marques Mendes; Ministro Adjunto do primeiro-ministro — José Luís

Arnaut; Ministro da Economia — Carlos Tavares; Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas — Armando Sevinate Pinto; Ministro da Educação — David Justino; Ministro da Ciência e do Ensino Superior — Pedro Lynce; Ministro da Cultura — Pedro Roseta; Ministro da Saúde — Luís Filipe Pereira; Ministro da Segurança Social e do Trabalho — António Bagão Félix; Ministro das Obras Públicas e Transportes — Luís Valente de Oliveira; Ministro das Cidades, Ambiente e Ordenamento — Isaltino Morais; Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros — Domingos Jerónimo.

Conferência sindical discute direitos

Hoje, quinta-feira, decorre em Évora a 4.ª Conferência sindical da USDE, sobre o lema «Trabalho com direitos — Melhores salários — Mais desenvolvimento».

Nesta iniciativa, em que a União de Sindicatos do Distrito de Évora irá eleger um nova direcção para o mandato 2002/2205, estão presentes delegações sindicais de União de outros distritos do país, estando ainda prevista a participação do secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, que encerrará os trabalhos pelas 16 horas.

Greve no Estoril Sol

Para ontem, quarta-feira, os trabalhadores do Hotel Estoril Sol tinham marcada uma greve, com início às 5 horas.

Uma nota do Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e similares do Sul explicava que a paralisação teve como objectivo pressionar a administração a negociar a revisão salarial para 2002 bem como a melhoria das condições de trabalho.



51603199000445